



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

Trabalho de Investigação Aplicada

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VS FORÇAS DE SEGURANÇA (GNR): ACTUAÇÃO OPERACIONAL E LIGAÇÕES FUNCIONAIS COM OUTROS SERVIÇOS

AUTOR: Aspirante Pedro Alexandre Pinheiro Pinto

ORIENTADORA: Tenente Patrícia Loureiro Almeida

LISBOA, 27 DE MARÇO DE 2009



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

Trabalho de Investigação Aplicada

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VS FORÇAS DE SEGURANÇA (GNR): ACTUAÇÃO OPERACIONAL E LIGAÇÕES FUNCIONAIS COM OUTROS SERVIÇOS

AUTOR: Aspirante Pedro Alexandre Pinheiro Pinto

ORIENTADORA: Tenente Patrícia Loureiro Almeida

LISBOA, 27 DE MARÇO DE 2009

DEDICATÓRIA

Ao meu eterno Amor e aos meus Pais.

AGRADECIMENTOS

Primordialmente gostava de agradecer a todas as pessoas que intervieram na realização deste trabalho, ajudando-me a encontrar o caminho adequado para a elaboração do mesmo.

Queria agradecer de uma forma individualizada aos representantes das instituições que estão em contacto directo com esta problemática, como a Dr.^a Luísa Wadherr, Gestora do Gabinete da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) de Lisboa; a Dr.^a Elisabete Brasil e a Dr.^a Anabela Gomes, Gestoras dos Gabinetes da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) de Almada e Lisboa respectivamente e por fim a Dr.^a Maria Shearman de Macedo Coordenadora do Centro de Atendimento da AMCV (Associação de Mulheres Contra a Violência) de Lisboa, por todo o apoio que me prestaram, e pela cooperação que tiveram comigo, permitindo que colocasse os questionários às vítimas e aos técnicos que trabalham nestas honrosas instituições e que dão um apoio fundamental às vítimas de violência doméstica.

De seguida irei mencionar algumas pessoas que me deram apoio ou indicações sobre a melhor forma de realizar o trabalho, e que no fundo deram um contributo fundamental para a elaboração deste trabalho.

À minha orientadora, Tenente Patrícia Almeida, pelas constantes orientações e conselhos dados durante a realização deste trabalho. Queria focar um aspecto que acho especial, que foi o enorme esforço que a minha orientadora realizou para estar sempre disponível para esclarecer algumas dúvidas emergentes.

À minha namorada por todo o apoio prestado, e pela ajuda que me deu durante os três meses de elaboração do trabalho de investigação aplicada.

Queria destacar também o contributo do Major Carlos Luís, Chefe do Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) do Comando Territorial de Lisboa, pelos dados que disponibilizou.

Ao Major António Pereira, Chefe da Repartição de Investigação Criminal do Comando Territorial de Lisboa, pela transmissão de conhecimentos sobre esta área, que recolheu ao longo da sua actividade profissional.

Ao Capitão Paulo Poiães, pela sua disponibilidade e o apoio prestado na aplicação dos questionários aos militares do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira.

A TODOS, o meu muito obrigado!

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS	II
ÍNDICE GERAL	III
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VII
ÍNDICE DE QUADROS	IX
ÍNDICE DE TABELAS.....	X
LÍSTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XII
RESUMO.....	XIII
ABSTRACT	XIV
 CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	 1
1.1.1 <i>Finalidade</i>	1
1.1.2 <i>Escolha e justificação do tema</i>	1
1.1.3 <i>Delimitação do objectivo geral</i>	2
1.1.4 <i>Objectivos específicos</i>	2
1.1.5 <i>Perguntas de investigação</i>	3
1.2.1 <i>Caracterização e execução do estudo</i>	3
1.3 <i>Estrutura</i>	4
 PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	 5
 CAPÍTULO 2 – DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	 5
2.1 INTRODUÇÃO	5
2.2 <i>Conceito de violência</i>	5
2.3 <i>Evolução da violência doméstica no domínio jurídico e social</i>	8
2.4 <i>Violência doméstica</i>	8
2.4.1 <i>Violência conjugal</i>	9
2.4.2 <i>Fases da violência conjugal</i>	10
2.4.3 <i>Tipos de violência conjugal</i>	12
2.4.4 <i>Instituições de apoio às vítimas de violência doméstica</i>	14
2.4.5 <i>APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</i>	14
2.4.6 <i>UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta</i>	15

2.4.7 AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência	15
2.4.8 CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	16
CAPÍTULO 3 – A GNR E O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	17
3.1 Enquadramento	17
3.2 Reestruturação dos NIAVE no dispositivo da GNR	17
3.2.1 A GNR como valência para o combate da violência doméstica	19
3.2.2 Necessidade de prestar um serviço especializado por parte da GNR	19
3.2.3 Formas de apresentar queixa	20
PARTE II – INVESTIGAÇÃO DE CAMPO.....	21
CAPÍTULO 4 – MÉTODO DA PARTE PRÁTICA	21
4.1 Introdução da parte prática	21
4.1.1 Hipóteses.....	21
4.1.2 Universo em análise.....	22
4.1.3 Caracterização do processo de amostragem e definição da amostra.....	22
4.1.4 Métodos e técnicas	24
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	25
5.1 Apresentação e análise dos resultados	25
5.1.1 Interpretação dos resultados dos militares da GNR	25
5.1.2 Interpretação dos resultados dos técnicos das Instituições.....	27
5.1.3 Interpretação dos resultados das vítimas de violência conjugal.....	29
5.2 Entrevistas.....	32
5.2.1 Análise das entrevistas – Primeira parte.....	32
5.2.3 Análise das entrevistas – Segunda parte.....	35
5.3 Discussão dos resultados obtidos.....	36
5.3.1 Trocas de informações entre a GNR e as Instituições que lidam com esta problemática	36
5.3.2 Serviço prestado pela GNR às vítimas de violência doméstica.....	38
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	39
6.1 CONCLUSÕES	39
6.2 Recomendações	42
6.3 Proposta para futuro estudo.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

<i>Elaboração Científica da Dissertação de Mestrado</i>	<i>43</i>
<i>Obras, Publicações e outros documentos</i>	<i>43</i>
<i>Legislação</i>	<i>45</i>
<i>Teses e trabalhos finais de curso.....</i>	<i>46</i>
<i>Documentos e Informações electrónicos</i>	<i>47</i>
APÊNDICES.....	48
<i>APÊNDICE A – Questionário para os militares.....</i>	<i>49</i>
<i>APÊNDICE B – Questionário para os Técnicos.....</i>	<i>54</i>
<i>APÊNDICE C – Questionário para as vítimas</i>	<i>58</i>
<i>APÊNDICE D – Continuação da apresentação dos resultados dos questionários</i>	<i>61</i>
<i>D1- Questionário aplicado aos militares do Destacamento Territorial de Vila Franca De Xira</i>	<i>61</i>
<i>D2- Questionário aplicado aos Técnicos da APAV, UMAR e AMCV.....</i>	<i>66</i>
<i>D3- Questionário aplicado às vítimas de Violência Conjugal</i>	<i>69</i>
<i>APÊNDICE E – Tabelas criadas com o Programa SPSS® Versão 15.0 para Windows XP.....</i>	<i>72</i>
<i>E1 – Questionários aplicados aos militares do Destacamento Territorial de Vila Franca De Xira</i>	<i>72</i>
<i>E2 – Questionários aplicados aos técnicos da APAV, UMAR e AMCV.....</i>	<i>76</i>
<i>E3 – Questionários aplicados às vítimas de violência conjugal.....</i>	<i>79</i>
<i>APÊNDICE F- Entrevista para as entidades da GNR.....</i>	<i>82</i>
<i>APÊNDICE G – Entrevista à APAV, UMAR e AMCV</i>	<i>99</i>
ANEXOS	109
<i>ANEXO H – Nº de queixas/ denúncias realizadas na GNR desde 2004 a 2008.....</i>	<i>110</i>
<i>ANEXO I – Informações que a GNR tem disponível em www.gnr.pt</i>	<i>111</i>
<i>ANEXO J – Dados da APAV.....</i>	<i>114</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Trajectória da concepção social de violência física contra a mulher.....	8
Figura 2.2 – Ciclo da Violência Conjugal.....	12
Figura H1 – Valores mensais dos Crimes de Violência Doméstica.....	110
Figura I1 – Definição de NIAVE.....	111
Figura I2 – Mapa de Notação de Crimes de Violência Doméstica.....	111
Figura I3 – Orientações para apresentar queixa/denúncia.....	112
Figura I4 – NMUME.....	112
Figura I5 – Definição de Violência Doméstica e Formas de Violência Doméstica	113
Figura I6 – Tipos de Violência Doméstica.....	113
Figura J1 – Nº de Ocorrências na APAV desde 1990-2008.....	114
Figura J2 – Encaminhamento para a APAV.....	114
Figura J3 –Distrito de residência da vítima de Violência Doméstica.....	115
Figura J4 – Distrito de residência da vítima de Violência Doméstica (Continuação).....	115

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 – Valor percentual relativo à questão 8 da Parte II.....	25
Gráfico 5.2 – Valor percentual relativo à questão 9 da Parte II.....	26
Gráfico 5.3 – Valor percentual relativo à questão 10 da Parte II.....	26
Gráfico 5.4 – Valor percentual relativo à questão 11 da Parte II.....	26
Gráfico 5.5 – Valor percentual relativo à questão 12 da Parte II.....	27
Gráfico 5.6 – Valor percentual relativo ao Nº de Técnicos que responderam.....	27
Gráfico 5.7 – Valor percentual relativo à questão 4 da Parte I.....	28
Gráfico 5.8 – Valor percentual relativo à questão 7 da Parte II.....	28
Gráfico 5.9 – Valor percentual relativo à questão 8 da Parte II.....	28
Gráfico 5.10 – Valor percentual relativo à questão 12 da Parte II.....	29
Gráfico 5.11 – Valor percentual relativo à questão 13 da Parte II.....	29
Gráfico 5.12 – Valor percentual relativo ao Nº de Vítimas que responderam.....	29
Gráfico 5.13 – Valor percentual relativo à questão 7 da Parte II.....	30
Gráfico 5.14 – Valor percentual relativo à questão 8 da Parte II.....	30
Gráfico 5.15 – Valor percentual relativo à questão 9 da Parte II.....	30
Gráfico 5.16 – Valor percentual relativo à questão 10 da Parte II.....	31
Gráfico 5.17 – Valor percentual relativo à questão 11 da Parte II.....	31
Gráfico 5.18 – Valor percentual relativo à questão 13 da Parte II.....	31
Gráfico D1.1 – Valor percentual relativo à questão 1 da Parte I.....	61
Gráfico D1.2 – Valor percentual relativo à questão 2 da Parte I.....	61
Gráfico D1.3 – Valor percentual relativo à questão 3 da Parte I.....	62
Gráfico D1.4 – Valor percentual relativo à questão 5 da Parte I.....	62
Gráfico D1.5 – Valor percentual relativo à questão 6 da Parte I.....	62
Gráfico D1.6 – Valor percentual relativo à questão 7 da Parte II.....	63
Gráfico D1.7 – Valor percentual relativo à questão 8 da Parte II.....	63
Gráfico D1.8 – Valor percentual relativo à questão 9 da Parte II.....	63
Gráfico D1.9 – Valor percentual relativo à questão 10 da Parte II.....	64
Gráfico D1.10 – Valor percentual relativo à questão 12 da Parte II.....	64
Gráfico D1.11 – Valor percentual relativo à questão 13 da Parte II.....	64
Gráfico D1.12 – Valor percentual relativo à questão 14 da Parte II.....	65
Gráfico D1.13 – Valor percentual relativo à questão 20 da Parte II.....	65
Gráfico D1.14 – Valor percentual relativo à questão 21 da Parte II.....	65
Gráfico D1.15 – Valor percentual relativo à questão 22 da Parte II.....	66

Gráfico D2.1 – Valor percentual relativo à questão 1 da Parte I.....	66
Gráfico D2.2 – Valor percentual relativo à questão 2 da Parte I.....	67
Gráfico D2.3 – Valor percentual relativo à questão 3 da Parte I.....	67
Gráfico D2.4 – Valor percentual relativo à questão 5 da Parte I.....	67
Gráfico D2.5 – Valor percentual relativo à questão 6 da Parte I.....	68
Gráfico D2.6 – Valor percentual relativo à questão 9 da Parte II.....	68
Gráfico D2.7 – Valor percentual relativo à questão 10 da Parte II.....	68
Gráfico D2.8 – Valor percentual relativo à questão 11 da Parte II.....	69
Gráfico D3.1 – Valor percentual relativo à questão 1 da Parte I.....	69
Gráfico D3.2 – Valor percentual relativo à questão 2 da Parte I.....	69
Gráfico D3.3 – Valor percentual relativo à questão 3 da Parte I.....	70
Gráfico D3.4 – Valor percentual relativo à questão 4 da Parte I.....	70
Gráfico D3.5 – Valor percentual relativo à questão 5 da Parte I.....	70
Gráfico D3.6 – Valor percentual relativo à questão 6 da Parte II.....	71
Gráfico D3.7 – Valor percentual relativo à questão 12 da Parte II.....	71

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1 – Respostas à questão nº 1 da entrevista/GNR.....	32
Quadro 5.2 – Respostas à questão nº 2 da entrevista/GNR.....	32
Quadro 5.3 – Respostas à questão nº 3 da entrevista/GNR.....	33
Quadro 5.4 – Respostas à questão nº 4 da entrevista/GNR.....	33
Quadro 5.5 – Respostas à questão nº 5 da entrevista/GNR.....	33
Quadro 5.6 – Respostas à questão nº 6 da entrevista/GNR.....	34
Quadro 5.7 – Respostas à questão nº 7 da entrevista/GNR.....	34
Quadro 5.8 – Respostas às questões que foram realizadas às instituições.....	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela E1.1 – Resultados obtidos à questão 1 da Parte I.....	72
Tabela E1.2 – Resultados obtidos à questão 2 da Parte I.....	72
Tabela E1.3 – Resultados obtidos à questão 3 da Parte I.....	72
Tabela E1.4 – Resultados obtidos à questão 4 da Parte I.....	72
Tabela E1.5 – Resultados obtidos à questão 5 da Parte I.....	72
Tabela E1.6 – Resultados obtidos à questão 6 da Parte I.....	73
Tabela E1.7 – Resultados obtidos à questão 7 da Parte II.....	73
Tabela E1.8 – Resultados obtidos à questão 8 da Parte II.....	73
Tabela E1.9 – Resultados obtidos à questão 9 da Parte II.....	73
Tabela E1.10 – Resultados obtidos à questão 10 da Parte II.....	74
Tabela E1.11 – Resultados obtidos à questão 11 da Parte II.....	74
Tabela E1.12 – Resultados obtidos à questão 12 da Parte II.....	74
Tabela E1.13 – Resultados obtidos à questão 13 da Parte II.....	74
Tabela E1.14 – Resultados obtidos à questão 14 da Parte II.....	74
Tabela E1.15 – Resultados obtidos à questão 15 da Parte II.....	75
Tabela E1.16 – Resultados obtidos à questão 16 da Parte II.....	75
Tabela E1.17 – Resultados obtidos à questão 17 da Parte II.....	75
Tabela E1.18 – Resultados obtidos à questão 18 da Parte II.....	75
Tabela E1.19 – Resultados obtidos à questão 19 da Parte II.....	75
Tabela E1.20 – Resultados obtidos à questão 20 da Parte II.....	76
Tabela E1.21 – Resultados obtidos à questão 21 da Parte II.....	76
Tabela E1.22 – Resultados obtidos à questão 22 da Parte II.....	76
Tabela E2.1 – Nº de questionários respondidos nas Instituições.....	76
Tabela E2.2 – Resultados obtidos à questão 1 da Parte I.....	76
Tabela E2.3 – Resultados obtidos à questão 2 da Parte I.....	77
Tabela E2.4 – Resultados obtidos à questão 3 da Parte I.....	77
Tabela E2.5 – Resultados obtidos à questão 4 da Parte I.....	77
Tabela E2.6 – Resultados obtidos à questão 5 da Parte I.....	77
Tabela E2.7 – Resultados obtidos à questão 6 da Parte I.....	77
Tabela E2.8 – Resultados obtidos à questão 7 da Parte I.....	77
Tabela E2.9 – Resultados obtidos à questão 8 da Parte II.....	78
Tabela E2.10 – Resultados obtidos à questão 9 da Parte II.....	78
Tabela E2.11 – Resultados obtidos à questão 10 da Parte II.....	78

Tabela E2.12 – Resultados obtidos à questão 11 da Parte II.....	78
Tabela E2.13 – Resultados obtidos à questão 12 da Parte II.....	79
Tabela E2.14 – Resultados obtidos à questão 13 da Parte II.....	79
Tabela E3.1 – Nº de questionários respondidos nas Instituições.....	79
Tabela E3.2 – Resultados obtidos à questão 1 da Parte I.....	79
Tabela E3.3 – Resultados obtidos à questão 2 da Parte I.....	80
Tabela E3.4 – Resultados obtidos à questão 3 da Parte I.....	80
Tabela E3.5 – Resultados obtidos à questão 4 da Parte I.....	80
Tabela E3.6 – Resultados obtidos à questão 5 da Parte I.....	80
Tabela E3.7 – Resultados obtidos à questão 6 da Parte II.....	80
Tabela E3.8 – Resultados obtidos à questão 7 da Parte II.....	80
Tabela E3.9 – Resultados obtidos à questão 8 da Parte II.....	81
Tabela E3.10 – Resultados obtidos à questão 9 da Parte II.....	81
Tabela E3.11 – Resultados obtidos à questão 10 da Parte II.....	81
Tabela E3.12 – Resultados obtidos à questão 11 da Parte II.....	81
Tabela E3.13 – Resultados obtidos à questão 12 da Parte II.....	81
Tabela E3.14 – Resultados obtidos à questão 13 da Parte II.....	81

LÍSTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AM – Academia Militar

AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

apud - Citação de um autor a partir do texto de outro autor

C – Concordo

CIAVE – Curso de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas

CIDM - Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CT – Concordo Totalmente

D – Discordo

Dr.^a – Doutora

DT – Discordo Totalmente

GNR – Guarda Nacional Republicana

H – Hipóteses levantadas às questões formuladas

IAVE – Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

NC/ND – Nem Concordo Nem Discordo

NIAVE – Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas

MAI – Ministério da Administração Interna

NMUME – Núcleo Mulher e Menor

PJ – Polícia Judiciária

PNCVD – Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

PSP – Polícia de Segurança Pública

SIC – Secção de Investigação Criminal

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TPO – Tirocínio para Oficiais

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

RESUMO

A violência conjugal, surge como um dos maiores desafios à Guarda Nacional Republicana (GNR), devido ao facto de se constituir um crime público e ser um fenómeno social que se encontra em ascensão e está presente em todas as classes sociais, não distinguindo idade, género ou cultura. Neste contexto, a GNR apresenta-se como um recurso ao dispor dos cidadãos, e neste caso específico das vítimas de violência doméstica.

Deste modo, este trabalho de investigação tem por base elementar, verificar se a GNR e as instituições de apoio às vítimas de violência, trocam informações entre si, para assim, em conjunto delinearem formas de prevenção e de actuação, visando melhorar a qualidade do serviço prestado a estas vítimas debilitadas quer ao nível social, psicológico, económico ou físico.

Assim sendo, este trabalho de investigação iniciou-se com uma fase exploratória, procurando esclarecer o estado da questão. Encontra-se dividido em duas partes, em que na primeira parte, procedeu-se à elaboração do enquadramento teórico que aborda os conceitos de violência, de violência doméstica e violência conjugal, referindo ainda as diversas fases e formas de violência doméstica, sendo que para a sua redacção foi necessário uma pesquisa bibliográfica que incidiu essencialmente em obras, teses, trabalhos, revistas e estudos anteriormente realizados sobre esta temática.

Na segunda parte, retrata-se a investigação de campo realizada com o objectivo de averiguar se a GNR e as instituições de apoio à vítima trocam informações entre si. Estão presente os resultados dos questionários que foram aplicados aos militares, aos técnicos das instituições e às vítimas de violência doméstica, cujos dados adquiridos foram tratados recorrendo às aplicações informáticas Microsoft Excel e SPSS 15.0. Encontram-se ainda as entrevistas que foram realizadas, a um conjunto de entidades destacando as opiniões chave dessas entrevistas.

Com isto, conclui-se que a GNR e as instituições não têm por hábito trocar informações sobre a vítima ou o agressor, não existindo uma prática habitual de actuação conjunta, com vista, à prevenção e melhoria dos índices de qualidade de actuação nestes casos e como tal elevar a confiança que as vítimas depositam nos militares da GNR quando recorrem a um Posto Territorial a pedir auxílio.

Este trabalho de investigação aplicada decorreu entre Janeiro e Março de 2009.

Palavras-chave: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, VIOLÊNCIA CONJUGAL, INFORMAÇÕES, QUALIDADE DE ACTUAÇÃO, PREVENÇÃO.

ABSTRACT

Domestic violence is one of the greatest challenges faced by the National Republican Guard (GNR), as it is considered a public crime and a rising social phenomenon in every social class, independently of age, gender or culture. In this context, the GNR presents itself a resource while disposing of the citizens, and in this specific case of the victims of domestic violence.

This research intends to determine whether GNR and other institutions of support to the victims of violence, exchange information, in order to implement new ways of prevention and action, so as to improve the quality of the service given to these weakened victims in social, psychological, economic or physical levels.

This work of investigation begins with an exploratory part, planning to ascertain the levels of the issue. It is divided in two parts: the first one focus on a theoretic frame about violence in general, domestic violence and conjugal violence, including the several stages and forms of domestic violence. A bibliographical research has been done with the help of theses, magazines and previous studies on the subject.

The second part describes the research fields used, with the objective to check if the GNR and the institutions of support to the victim exchange information between own them. There are the results to the questionnaires presented to the militaries, institutional technicians and domestic victims of violence, in Microsoft Excel and SPSS 15.0. It is also possible to find interviews to various entities, with their personal views.

Conclusions proved that GNR and other institutions do not usually exchange information on the victims or the aggressors, and do not usually act together to prevent and improve the quality rates and raise the levels of trust that the victims put in the GNR militaries when they ask for help to a Territorial Post.

This research was made between January and March 2009.

Keywords: National Republican Guard, Conjugal Violence, Information, Quality of Action, Prevention.

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

“Para acompanhar, no plano do conhecimento, o ritmo de transformação das sociedades modernas é necessário, antes de mais, observar a realidade de uma forma sistemática e precisa.”

(Matalon et al, 2005)

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 FINALIDADE

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), está inserido no quinto e último ano do Mestrado em Ciências Militares da Academia Militar (AM), no âmbito do Tirocínio para Oficiais (TPO) da Guarda Nacional Republicana (GNR).

A problemática da violência doméstica, tem nos últimos tempos sido alvo de imensos estudos, por parte de diversos investigadores. Desta forma, este estudo vai de encontro à necessidade da GNR encontrar novas formas de actuação operacional que permitam solucionar melhor e mais eficazmente estas situações.

A temática base do trabalho é: “Violência doméstica versus Forças de Segurança (GNR): Actuação operacional e ligações funcionais com outros serviços”.

1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Este trabalho de investigação aplicada versa a temática de violência doméstica, enquadrando a actuação operacional da GNR e as ligações que esta estabelece com os serviços existentes, de forma a solucionar este problema. A escolha do tema, surge pela utilidade científica desta investigação no desempenho da actividade profissional exercida ao nível da GNR, pela possibilidade de utilizar conhecimentos sobre a realidade da violência doméstica, dos mecanismos das associações e instituições de apoio como uma ferramenta no combate a esta problemática.

Apesar de ser um tema que tem vindo a ser alvo de estudos, nos anos transactos, por parte de instituições, tais como a GNR, PSP ou instituições de carácter não governamental, verifica-se a necessidade da continuidade desses estudos, que permitam

compreender melhor esta problemática. E concretamente por parte da GNR que tem um papel fundamental no combate e prevenção da violência doméstica.

Devido à sua extensão em todo território nacional, é uma das primeiras instituições que entra em contacto com as vítimas, e que acciona todos os meios disponíveis que permitam colmatar os pedidos de auxílio que provêm das vítimas.

A violência doméstica ocorre em grande parte no domicílio, espaço que os agressores escolhem para levarem a cabo os seus actos de violência. Devido ao facto, de este ser um crime essencialmente do foro pessoal, que ocorre dentro do espaço habitacional das vítimas e dos agressores, tal como revela o estudo realizado em Portugal sobre a violência contra as mulheres, em 1994. (LOURENÇO, 1997)

Assim sendo torna-se pertinente realizar um estudo, em que o problema central do trabalho será: **“Existirá uma actuação operacional conjunta eficaz entre a GNR e os outros serviços que se consubstancia em trocas de informações sobre os casos de Violência Conjugal?”**.

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTIVO GERAL

Pretende-se analisar, se as organizações de carácter não governamental, como por exemplo a APAV, UMAR e AMCV, incumbidas de dar informação e potenciar apoio às vítimas de violência conjugal, fornecem dados e trocam informações com a GNR sobre cada caso e verificar o inverso, no âmbito de uma estratégia de actuação operacional conjunta eficaz.

Esta investigação centra-se nos aspectos relacionados com a violência conjugal, restringindo a pesquisa apenas a estes casos.

1.1.4 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Seguindo uma orientação que possibilite arranjar uma resposta ao problema anteriormente referido, definiram-se estratégias que permitam chegar a ilações sobre este problema. Assim sendo, apresentam-se os seguintes objectivos específicos:

- Enquadrar teoricamente a violência doméstica, identificando as diferentes formas de violência doméstica e caracterizar a violência conjugal;
- Averiguar os procedimentos operacionais dos militares da GNR, aquando da abordagem de situações de violência doméstica;
- Analisar as ligações existentes entre a GNR e as instituições existentes neste campo;
- Verificar se as associações ou serviços de apoio à violência doméstica têm uma cooperação activa e se existe troca de informações entre estas e a GNR e vice-versa;

- Aferir se com a criação do Núcleo Mulher e Menor (NMUME), a GNR passou a dispor de uma valência capaz de responder a este problema.

1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Para atingir os objectivos propostos, definiram-se diversas questões de investigação¹. Assim sendo, surgem as seguintes perguntas de investigação:

☀ Será que existe troca de informação entre as forças de segurança (GNR) e os outros serviços competentes nesta área?

☀ Quais os principais obstáculos no procedimento operacional para o encaminhamento e acompanhamento da vítima de violência conjugal para as instituições competentes aquando da apresentação da queixa/denúncia?

☀ Os procedimentos operacionais da GNR nas situações de violência doméstica serão adequados e os necessários para a resolução deste problema?

☀ A GNR, com a criação dos NMUME, deu um enorme salto qualitativo no respeito ao combate desta problemática?

1.2 METODOLOGIA

1.2.1 CARACTERIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho é um estudo de carácter exploratório, que centrar-se-á em agregar dados que permitam seleccionar os assuntos que demonstrem maior relevo para a investigação, permitindo assim atingir os objectivos definidos. Assim sendo, “para acompanhar, no plano do conhecimento, o ritmo de transformação das sociedades modernas é necessário, antes de mais, observar a realidade de uma forma sistemática e precisa”. (Matalon et al, 2005, p.1)

Nesta temática, existem inúmeros livros, que ilustram diversos conceitos, teorias e ideias, que será importante introduzir no trabalho, para se ter noção, como é importante para a GNR acompanhar este problema das sociedades actuais, mantendo-se actualizada e informada para obter um papel fundamental na resolução eficaz deste problema.

Desta forma, inicia-se a investigação, procurando em diversos locais, como em bibliotecas, entre as quais a Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira e de Alverca, Biblioteca da Academia Militar, de forma a constar-se quais as obras existentes que teriam o relevo para a investigação. Devido ao facto de as novas tecnologias, serem cada vez mais importante para recolher informação mais rapidamente, recorreremos à

¹ As questões de investigação são as premissas sobre as quais se apoiam os resultados de investigação. (Talbot, 1995)

internet, para albergar um maior leque de informações, como teses e alguns estudos sobre esta temática. As associações também se apresentaram como uma fonte rica de recolha de informação, fornecendo diversos documentos. Estes locais foram fundamentais para a pesquisa bibliográfica, em que as obras mais procuradas, foram sobre violência, violência doméstica e violência conjugal.

Para cumprir o objectivo do trabalho, ou seja, verificar se a GNR e os outros serviços trocam informação entre si, foi desenvolvido um trabalho de campo, aplicando questionários aos militares da GNR do Comando Territorial de Lisboa, nomeadamente no Destacamento de Vila Franca de Xira; aos técnicos que trabalham nas associações e ainda às vítimas de violência conjugal. Estes dados recolhidos foram alvo de uma análise estatística, recorrendo ao Microsoft Excel e SPSS 15.0. De salientar que as associações que foram indigitadas a responder aos questionários possuem as suas competências territoriais ao nível do Comando Territorial de Lisboa.

Foram feitas entrevistas, às entidades que a nosso ver poderiam dar um contributo significativo para o trabalho, analisando as perspectivas e as opiniões apresentadas pelos entrevistados.

1.3 ESTRUTURA

Devido ao facto de se tratar de um estudo empírico, o presente trabalho segue as orientações que são adoptadas pela Academia Militar (Academia Militar, 2008) para redacção de trabalhos escritos, e deste modo, o trabalho encontra-se dividido em duas partes distintas.

Na primeira parte, foi feito o enquadramento teórico do tema, em que são enunciados alguns conceitos sobre violência doméstica, violência conjugal e associações de apoio que trabalham directamente com esta problemática, de forma a sustentar a investigação de campo.

Na segunda parte, são apresentados os dados recolhidos, bem como a análise e a discussão desses resultados, enquadrando-os com os conceitos que foram explanados na parte inicial do trabalho e procurando responder as questões de investigação inicialmente definidas.

Por fim, serão apresentadas no fecho do trabalho algumas conclusões sobre os resultados que foram obtidos.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“... eu não existia. Era um fantasma. Caminhava no vazio. As pessoas desviavam os olhos. Eu não estava ali. Olhavam para as nódoas negras por uma fracção de segundo e desviavam logo o olhar. A mulher não tinha nada de mal... a mulher que ia contra as portas”.

(Doyle, 1996)

CAPÍTULO 2 – DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

2.1 INTRODUÇÃO

“ A revisão da literatura é um processo que consiste em fazer o inventário e o exame crítico do conjunto de publicações pertinentes sobre um domínio de investigação. No decurso desta revisão, o investigador aprecia, em cada um dos documentos examinados, os conceitos em estudo, as relações teóricas estabelecidas, os métodos utilizados e os resultados obtidos. A síntese e o resumo destes documentos fornecem ao investigador a matéria essencial à conceptualização da investigação.” (Fortin, 1996, p.74)

2.2 CONCEITO DE VIOLÊNCIA

A violência doméstica, não aparece como um problema da sociedade actual, nem como um problema nacional. Surge em diversos países com culturas diferentes e separados geograficamente. Neste sentido, Fischer (1994, p.20) refere também que “a violência está inscrita na história da humanidade ao mesmo tempo como o seu acto fundador e como uma dimensão do seu funcionamento e do seu devir.” Nesta perspectiva, considera-se igualmente que “a violência é endémica em cada estrutura social e contexto conjuntural.” (Khan apud Dias, 2004, p.41)

Com o evoluir da sociedade humana, esta tornou as vítimas de violência, capazes de denunciar a violência que sofriam por parte dos agressores, o que fez com que aumentasse a taxa de crimes de violência doméstica, não estando implícito, que agora as mulheres sofram mais agressões do que antigamente. “ A partir da década de 70 a questão da

violência contra a mulher foi ganhando cada vez mais espaço, seja nas manchetes dos jornais e revistas, seja nas publicações de natureza científica.” (Azevedo, 1985, p.15)

Muitos autores para definem, este fenómeno social, que é a violência doméstica, seguindo a perspectiva que, “cada sociedade tem a sua própria violência, definindo-a segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura.” (Pais, 1998, p.33)

A violência sempre acompanhou o progredir das sociedades, adaptando diferentes abordagens ao longo dos tempos. “Durante séculos, a violência foi um meio privilegiado de regulamentar os litígios e os conflitos individuais” (Pais, 1998, p.34) e por esse motivo, o “conceito violência tem vindo a sofrer diversas modificações com o decorrer do tempo. Embora etimologicamente, a palavra violência derive do latim *violentia*, que por sua vez, remete para o étimo *vís*, que significa força, virilidade, vigor, potência, o modo como pode ser definida tem variado, com o decorrer dos tempos e com a sua aplicação aos mais diversos campos e situações.” (Costa, 1998, p.46)

Também Fatela (1989, p.14), afirma que nas sociedades tradicionais, “a violência era uma componente normal da vida social, uma expressão de fatalidade da ordem cósmica a que os homens aceitavam obedecer.”

Deste modo, alargando o espectro da violência, a C.I.D.M. define este conceito como “qualquer forma de uso intencional da força, coacção ou intimidação contra terceiro ou toda a forma intencional que, de algum modo, lese os direitos e necessidades dessa pessoa.”² (CIDM, 2005, p.7)

O conceito de violência é associado “a qualquer acção sobre alguém empregando força, intimidação, fazê-lo submeter-se e agir contra a sua vontade, obrigando-o a fazer o que o agressor pretende.” (Matos, 2000, p.14)

Para Khan (1978), a violência é definida como “o exercício de uma força física visando atingir ou causar danos a pessoas ou bens; uma acção ou comportamento assim caracterizados; um tratamento ou costume tendendo a causar danos físicos ou a usurpar pela força a liberdade de um indivíduo” (Khan apud Dias, 2004, p.88). Khan (1978, p.760) considera igualmente que “a violência é endémica em cada estrutura social e contexto conjuntural. Epigramaticamente, podemos afirmar que ser violento é humano, mesmo que o inverso não seja verdadeiro.”

Gelles (1997) interpreta a violência como “um acto intencional perpetrado por alguém para causar dano físico a outra pessoa” (Gelles apud Matos, 2000, p.14). Apesar de ter referido diversos autores, que enunciam definições de violência, verifica-se que todos referem a violência, como surgindo apenas no contexto de agressões físicas por parte do agressor à vítima, não englobando outras formas de manifestação de violência.

² Estudo realizado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)

Por seu turno, Pestieau (1992, p.193) entende por violência “uma agressão gratuita, impulsiva, excessiva, despropositada ou desmedida.”

Em suma, a violência sempre esteve presente nas sociedades³, como forma de resolver problemas e reclamar direitos, e muitas vezes foi utilizada para provocar abusos e ferimentos em pessoas e povos mais fracos.

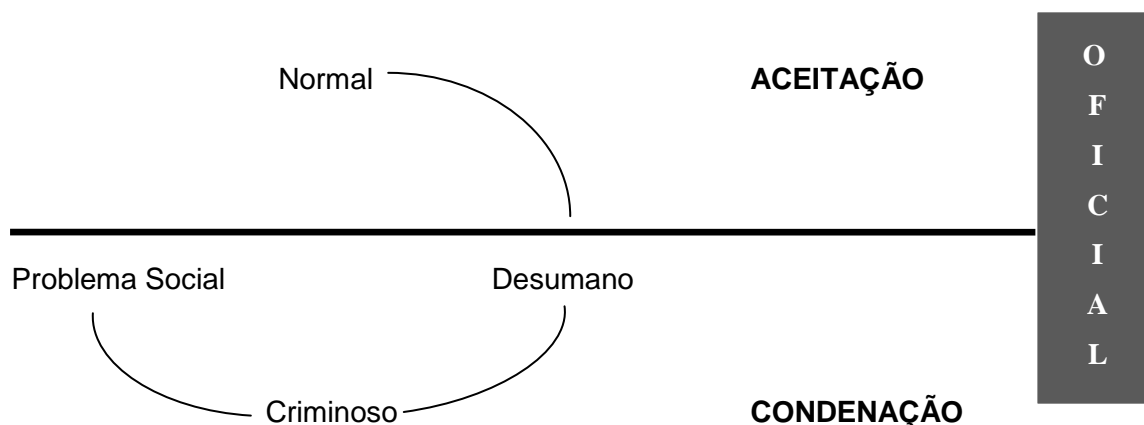
³ Hoje o conceito de violência integra “actos e situações que historicamente, mesmo em tempos recentes, não eram considerados violentos.” (Lourenço, 1992, p.5)

2.3 EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DOMÍNIO JURÍDICO E SOCIAL

Azevedo (1985), afirmou que o fenómeno de violência doméstica, sofreu alterações ao nível dos tempos, uma vez que nas sociedades antigas existia uma aceitação relativamente a este fenómeno, e consoante as sociedades têm evoluído, tem existido uma maior atenção e uma condenação crescente relativamente à violência doméstica.

Na Figura 2.1 é apresentada a trajectória da violência doméstica ao longo da “história”:

Figura 2.1 – Trajectória da concepção social de violência física contra a mulher



Fonte: Adaptado de (Azevedo, 1985, p.30)

Com este esquema, constata-se o progredir da violência doméstica no encadeamento da evolução das sociedades. Verifica-se que nas sociedades antigas, a violência doméstica era perfeitamente normal, isto é, era um aspecto considerado aceite na relação entre os cônjuges, fazendo parte da relação entre homens e mulheres.

Actualmente, a percepção que a sociedade tem sobre este problema, tem vindo a alterar-se, existindo mudanças na abordagem quer ao nível da justiça, quer na forma como as pessoas encaram este problema, no sentido da não aceitação e da sua condenação.

2.4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Muitos autores prestam diferentes noções e explicações do que é realmente a violência doméstica,

Deste modo, serão abordados e enunciados algumas definições de violência doméstica, citando para isso alguns autores.

Neste sentido, Pagelow (1984, p.21) define violência doméstica como “ qualquer acto, inclusive de omissão, por parte de membros da família, e quaisquer condições que

resultam de tais acções ou inacções, privando os outros membros da família de direitos e liberdades iguais, e/ ou interferindo com o seu desenvolvimento normal e sua liberdade de escolha.”

Seguindo este propósito, Andrews (1994, p.2) define a violência na família⁴ “como qualquer acto ou ameaça que resulte em injúria física ou psicológica.”

Por seu turno, Alexander (1993, p.229) afirma que “a violência doméstica inclui o abuso contra as mulheres, o abuso de menores, o incesto, a violação entre cônjuges, bem como o abuso contra pais, irmãos e outros familiares.”

Actualmente a violência doméstica, tem vindo a ser mais condenada, sendo-lhe dada uma maior atenção, em todas as vertentes da sociedade, como ao nível político e ao nível das forças de segurança e destacando-se também o esforço que as instituições têm desenvolvido, para fornecer um serviço mais especializado, para que as vítimas se sintam mais confiantes para recorrer às autoridades policiais. Nesta medida, “A violência contra as mulheres é hoje reconhecida como uma manifestação de desigualdade histórica da relação de poder entre os sexos, uma forma de discriminação da tradicional concepção de subordinação e de inferioridade da mulher face ao homem, onde os seus direitos foram sendo persistentemente violados, mesmo nas definições da própria lei, que só recentemente sofreu alterações significativas.” (Lourenço et al. 1997, p.49)

2.4.1 VIOLÊNCIA CONJUGAL

Existem inúmeras obras, dedicadas a estudar este problema da sociedade, contribuindo com isso, para uma melhor compreensão desta problemática.

Deste modo, alguns investigadores sobre este tema outorgaram algumas definições sobre o conceito de violência conjugal, que apesar de estar interligado com o conceito de violência doméstica, será necessário haver uma distinção entre estes dois conceitos. Assim sendo, abordaremos o conceito de violência conjugal, utilizando citações de alguns autores.

“Existem várias definições de mulher agredida, desde a que sofre repetidos e severos ataques físicos por parte daquele com quem vive, até à que é alvo, deliberadamente, de severas e repetidas injúrias por parte do companheiro.” (COSTA et al. 2000, p.25).

A violência conjugal possui múltiplas manifestações e, por definição, “é um padrão de comportamento que ocorre sobre a forma física, emocional, psicológica, sexual e económica e que é desenvolvido com vista a perpetuar a intimidação, o poder e o controlo do agressor sobre o cônjuge maltratado.” (Hampton et al., 1993, p. 113)

⁴ Entenda-se que para este autor os termos violência na família e violência doméstica significam o mesmo.

De uma forma mais abrangente, Straus et al. (1992) define a violência de uma maneira mais abrangente, como sendo “ um acto carregado de intenção e que pretende causar dor física ou injúria numa outra pessoa.” (Straus apud Costa et al. 2000, p.25)

A violência conjugal, por vezes, assume proporções muito perigosas, em que o agressor faz “ameaças, intimidação, manipulação, isolamento, mantém a mulher sem dinheiro, fechada em casa, sem alimentos, ou usar e abusar dos seus filhos de várias maneiras, de forma a aterrorizá-la ou obrigá-la à submissão.” (Johnson, 1995, p. 111)

A definição de violência conjugal por vezes, surge associada ao termo de violência doméstica, mas Alexander (1993) define violência conjugal como “ algo que ocorre quando um marido, companheiro de facto ou coabitante inflige deliberadamente, qualquer dano físico e /ou emocional sobre a sua esposa ou companheira.” (Alexander apud Fernandes, 2002, p.6)

Contudo para Walker (1994), a violência conjugal é entendida como “um padrão de controlo coercivo, envolvendo o exercício de poder e domínio, num relacionamento íntimo. Quer o agressor seja feminino ou masculino, a sua intenção é dominar o outro, fazê-lo sentir-se subordinado, incompetente, sem valor e com medo. Estes comportamentos de violência podem ocorrer em episódios esporádicos ou crónicos, durante um certo período de tempo ou durante várias décadas.” (Walker apud Matos, 2000, p.45)

Mas analisando as definições anteriormente referidas, a violência conjugal não se restringe só aos maus tratos físicos, mas abrange todas as outras formas de violência, sendo defendido por Giddens (2000, p.711), que refere que a violência conjugal é “ um comportamento padronizado que pode incluir a violência física, emocional, psicológica, sexual e económica e é desenvolvida de forma a criar por parte do agressor intimidação, poder e controlo sobre a vítima”.

2.4.2 FASES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Importa referir que a violência conjugal, apresenta um carácter cíclico e a sua intensidade cresce à medida que o tempo passa. O ciclo da violência conjugal, num sentido mais restrito, é um círculo que demonstra a relação de um casal que apresenta estas características anteriormente referidas, e que ocorre de uma forma regular, passando sempre pelas mesmas fases invariavelmente.

Este ciclo de violência conjugal apresenta três fases distintas que mais à frente serão descritas de forma mais aprimorada.

As três fases do ciclo de violência doméstica são: Fase do **Aumento de Tensão**; Fase do **Ataque Violento** e por fim a Fase do **Apaziguamento**.

Fase do Aumento de Tensão – Esta fase é caracterizada pelas tensões que o agressor, acumula no seu dia-a-dia, ou seja, pressões e situações que lhe provocam stress. O agressor não consegue arranjar formas ou esquemas para aliviar essas tensões, e a seu ver só com o recurso à violência é que consegue “aliviar” os problemas que surgem no desenrolar da sua vida. No entender do agressor/ofensor, a culpada por surgirem estas tensões e problemas é a sua companheira ou esposa. Então utiliza-a como meio de expulsar estas tensões acumuladas, recorrendo à vítima como bode expiatório e culpabiliza-a pelo insurgir destas tensões. Nesta fase a vítima corre bastante perigo, devido ao facto, de o agressor ir arranjar um pretexto para a culpabilizar da acumulação de tensões no agressor. Por fim, o agressor vai expulsar todas as suas tensões sobre a vítima, recorrendo para isso às diversas formas de violência.

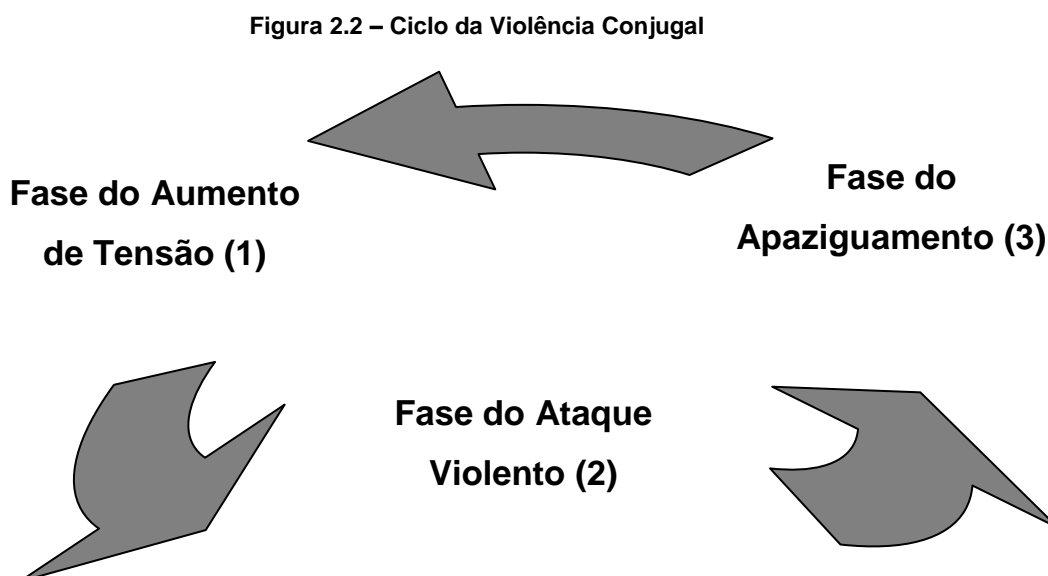
Fase do Ataque Violento/ Fase de Explosão – Nesta fase o agressor recorre à violência para maltratar a vítima, procurando atingi-la física e psicologicamente, não contemplando meios para a atingir. A vítima, nesta fase, simplesmente procura defender-se, utilizando para isso, a inércia, ou seja, espera que o agressor pare com a violência e também que já tenha libertado toda a tensão que existia dentro de si. Infelizmente, este ataque pode surgir com altos níveis de intensidade, levando com que a vítima fique com mazelas físicas e psicológicas, e em último caso, a vítima pode mesmo ter que receber cuidados médicos.

Fase do Apaziguamento – Existem autores que apelidam esta fase como sendo a “fase lua-de-mel”. A fase de apaziguamento é descrita como o pedido de perdão, ou seja, o agressor pede perdão pelas suas atitudes à vítima, mostrando-se arrependido, dizendo-lhe que vai corrigir e promete-lhe que nunca mais tornará a ser violento. Invoca diversos motivos, para que a vítima o desculpabilize, e por vezes, utiliza comportamentos ou acções da vítima que justifiquem o comportamento do agressor. A partir deste momento, trata muito bem a vítima, sendo atencioso, carinhoso, e procurando fazer todas as vontades da mesma. O agressor, nesta fase, quer transparecer para a vítima o sentimento que esta agressão, foi mesmo um momento infeliz do agressor, e que tais acções nunca mais irão acontecer.

Este Ciclo é vivido pela mulher vítima numa de constante medo e ao mesmo tempo com esperança e amor, uma vez que, o medo que sente é motivado pelas experiências de violência já vivenciadas e pelo perigo, que é real e está sempre presente. O ciclo da violência conjugal dificulta muito as tomadas de decisão da mulher vítima, pois esta vive nele fases muito dramáticas (a tensão e o ataque violento), mas que terminam numa fase considerada gratificante (o apaziguamento), na qual a sua esperança de ter uma relação conjugal sem violência faz acreditar e tentar novamente o projecto de vida sonhado.

Mas como foi referido inicialmente, isto é um ciclo, ou seja, o agressor começará acumular tensões que de seguida o levarão para as fases ilustradas de seguida na figura 2.2.

A Figura 2.2 ilustra o **ciclo da violência conjugal**:



2.4.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

A interpretação de violência doméstica tem vindo a sofrer diferentes análises, e o seu conceito sofreu diversos alargamentos de forma a incluir os casos que não se enquadravam dentro dos anteriores perfis de violência doméstica. Surgiu então a necessidade de definir diferentes tipos de violência doméstica.

Diversos estudos, permitiram chegar à conclusão, que afinal existe a indispensabilidade de diferenciar as formas de violência doméstica, como a violência física, psicológica, sexual, verbal e económica.

- **Violência física** – é o uso da força com o pretexto de ferir, podendo deixar marcar visíveis, ou ainda o agressor pode ter o cuidado de provocar ferimentos que fiquem encobertos pela roupa da vítima. A vítima pode sofrer diferentes tipos de agressões, entre elas, são comuns murros, bofetadas, com objectos e ainda queimaduras com objectos ou líquidos quentes, ficando a agressão dependente da imaginação do agressor. A violência física é a mais comum e atinge sobretudo as mulheres, podendo em menor percentagem afectar homens, idosos, deficientes e crianças.
- **Violência sexual** – “ a violência sexual é exercida por pessoas distantes e desconhecidas da vítima.” (Lourenço et al. 1997, p.49)

Submeter a mulher a práticas sexuais contra a sua vontade, sexo anal, oral, genital forçado, inserir objectos ou praticar sexo em grupo, ou seja, aqui estão incluídos todos os tipos de violação sexual e outras crueldades sexuais. A violência sexual pode ou não envolver a força física. Este tipo de violência pode ocorrer entre cônjuges, embora possa atingir crianças, práticas que podem ser mantidas por pais, tios e outras pessoas que tenham uma relação de afectividade ou de proximidade com a vítima.

- **Violência psicológica ou emocional** – É importante referir que este tipo de violência surge associada a violência verbal. A violência psicológica consiste no agressor intimidar a vítima, utilizando para isso comportamentos que visam criticar negativamente os atributos físicos ou os comportamentos da vítima, procurando também humilhar a vítima em locais públicos, não se inibindo da presença de pessoas estranhas para a insultar. É caracterizada pelo agressor como uma forma de ameaçar e intimidar a vítima, e para isso o agressor, recorre a certas palavras ou acções, para atingir o foro emocional da vítima, podendo incluir actos diversos como perseguir a vítima na rua e/ou no trabalho; destruir objectos de valor para a vítima; ameaçar ou maltratar familiares ou amigos da vítima ou ainda privá-la de bens essenciais.
- **Violência verbal** – Este tipo de violência consiste em fazer observações menos favoráveis, como acusar e insultar a vítima, de forma a criar um ambiente de inferioridade na vítima. À posteriori irá provocar um sentimento de insegurança, que a levará a não acreditar nas suas capacidades e consequentemente a baixar a sua auto-estima. A violência verbal pode incluir maus tratos físicos, e por vezes o agressor pode ter ataques verbais impetuosos, que têm como objectivo geral o conquistar por parte do agressor, um controlo total sobre a vítima.
- **Violência económica** – A vítima nestes casos é privada pelos agressores do acesso ao dinheiro, livro de cheques, ou seja, de todos os recursos financeiros que a vítima possa ter ao seu alcance. O agressor neste tipo de violência, gere completamente os recursos financeiros da vítima, provocando total dependência monetária. Nestes casos, é frequente o agressor impedir que a vítima procure emprego, de maneira a não ter forma de dependência do agressor. É normal, mesmo quando o casal se separa, uma vez que a vítima não tem meio de subsistência, esta tem necessidade de voltar para o agressor, para conseguir sobreviver. Quando isso acontece, o agressor ainda adopta uma conduta mais violenta, provocando uma dependência ainda maior.

2.4.4 INSTITUIÇÕES DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Como já foi vaticinado anteriormente, a partir dos finais dos anos 70, a problemática da violência doméstica, começou a ser discutida em diversos países, existindo uma consciencialização maior deste problema. Foram delimitadas estratégias para a prevenção deste crime, tais como a reinserção social do agressor e também a necessidade de criar infra-estruturas, cujo principal objectivo é dar apoio moral, psicológico e jurídico às vítimas de violência doméstica. Seguindo esta perspectiva surgem diversas instituições de cariz governamentais e não governamentais, para colmatar a inexistência de qualquer estrutura de apoio à vítima em Portugal. Estas instituições tiveram como fonte ideológica para a sua instauração a resolução nº 40/34 de 29 de Novembro de 1985 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Desta resolução resultou a Declaração dos Princípios fundamentais da justiça relativos às Vítimas de Crime e Abuso de Poder.

De seguida, será feita uma breve resenha histórica, das instituições que de uma forma muito significativa contribuíram para a elaboração deste trabalho, entre as quais se encontram a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR); Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

2.4.5 APAV – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, surge em 25 de Junho de 1990, como uma organização nacional não governamental de apoio à vítima de crime, depois da oficialização através da publicação dos seus estatutos a 12 de Junho de 1990 no Diário da República n.º 159, III Série. Tem como principais linhas orientadoras e de uma forma geral, apoiar de forma individual e humanizada, cidadãos vítimas de crimes, tendo como missão “Apoiar as vítimas de crime prestando-lhes serviços de qualidade.” (Plano estratégico da APAV, 2008, p.6)

O apoio prestado na APAV é gratuito e confidencial. O processo de apoio à vítima compreende três áreas. Compreende a área social, que tem como competências, explorar os contextos relacionais dos utentes; estabelecer contactos de cooperação entre a APAV e outras instituições, de modo a facilitar à vítima o acesso a esses serviços; oferecer à vítima informações sobre o funcionamento das instituições implicadas e clarificar os procedimentos adequados. (Plano estratégico da APAV, 2008) As vítimas, uma vez que sofrem crimes, têm que receber ajuda psicológica, e para isso a APAV, dispõem de uma área de psicologia, em que os técnicos procuram reconhecer os principais problemas das vítimas, proporcionando à vítima meios que lhe permitam lutar contra a violência que tem sido alvo e promover o

desenvolvimento de modos auto-valorativos de sentir, pensar e de comportamento. (Plano estratégico da APAV, 2008) Por fim, a APAV, através dos seus técnicos, abarca a área do direito, tendo ainda como função informar as vítimas dos seus direitos e formas para recorrer à justiça. No caso das vítimas não terem apresentado queixa, os técnicos informam quais os procedimentos e quais as instituições que tem ao seu dispor para agir judicialmente contra o agressor, como está delineado no artigo 3º dos Estatutos da APAV: a) “Promover a protecção e o apoio a vítimas de infracções penais em geral e em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio emocional, social, jurídico, psicológico e económico; b) Colaborar com as competentes entidades da administração da justiça, polícias, de segurança social, da saúde, bem como as autarquias locais, regiões autónomas e outras entidades públicas ou particulares de infracções penais e respectivas famílias;”. (Plano estratégico da APAV, 2008, p.2)

Para conseguir atingir estas três grandes áreas, a APAV aposta na formação dos seus colaboradores, na qualidade de serviço que é prestado às vítimas que recorrem à instituição e na melhoria da comunicação com outros serviços e instituições que estão ligadas directamente ou indirectamente com esta problemática.

2.4.6 UMAR – UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA

A UMAR é uma associação de mulheres, que surgiu em meados da década de 70, mais precisamente em 12 de Setembro de 1976, com o objectivo fundamental de defender os direitos das mulheres. Apresenta-se como uma organização não governamental e sem fins lucrativos. Procura desenvolver o seu trabalho denunciando situações de não cumprimento dos direitos humanos das mulheres.

Actualmente, a UMAR faz a sua intervenção visando as seguintes áreas: lutar pelos direitos feministas, direitos sexuais e reprodutivos e ainda na área da violência doméstica. Neste sentido, esta associação valoriza a intervenção no campo da violência doméstica, incidindo o combate às causas identificadas da violência nas relações entre cônjuges.

2.4.7 AMCV – ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA

A Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) é uma organização não governamental, independente e sem fins lucrativos que, em 1992, surge com o objectivo de apoiar mulheres e crianças sujeitas a situações de violência doméstica, violação e abuso sexual. Esta associação presta aos seus utentes diversos serviços, entre os quais, um atendimento telefónico especializado e realiza um atendimento, acompanhamento e aconselhamento jurídico individualizado. Fornece a todas as vítimas um apoio psicológico, e

se o desejarem a associação poderá disponibilizar uma casa às vítimas de violência. A sua localização é confidencial, para proteger as vítimas dos agressores.

2.4.8 CIG – COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, surge em 3 de Maio de 2007, pelo Decreto – Lei nº 164/ 2007 e é tutelada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. A CIG aparece como uma infra-estrutura ao dispor do Estado, com a missão de garantir a execução das políticas públicas, respeitando os aspectos da cidadania e promovendo e garantindo a defesa da igualdade de género de todos cidadãos. A CIG funciona ainda como um órgão fiscalizador de todas as associações que têm como função apoiar as vítimas de violência, verificando se estão a ser cumpridos todos os requisitos legais, isto é, verificar se as associações de apoio social estão a realizar todas as suas obrigações e a disponibilizarem um serviço especializado e adequado às exigências das vítimas de violência.

A CIG, tem um serviço, constituído por seis técnicos de atendimento, que têm como função atender todas as chamadas telefónicas respeitantes a casos de violência doméstica, encaminhando as vítimas que solicitarem apoio, para as associações de apoio à vítima, e esclarecem dúvidas e fornecem informações sobre os procedimentos que devem tomar, para fazer face a esta problemática.

A CIG, tem ainda uma função de formação, uma vez que através dos seus colaboradores, transmite conhecimentos a pessoas que estejam interessadas para colaborar no combate a este problema social. Realiza também acções de formação a militares da Guarda Nacional Republicana, actualizando procedimentos e expondo meios de actuação mais eficazes para o desfecho destes casos de difícil resolução.

CAPÍTULO 3 – A GNR E O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

3.1 ENQUADRAMENTO

A Guarda Nacional Republicana (GNR), no âmbito da reorganização da Investigação Criminal encetada a partir de 2002⁵, tendo como referência as problemáticas sociais e criminais que anteriormente não eram sujeitas a um tratamento específico e diferenciado, desenvolveu um projecto, que consistiu na implementação de uma valência para investigar os crimes cometidos contra as mulheres e os menores, designadamente crimes sexuais e violência doméstica, consubstanciado na criação do Núcleo Mulher e Menor (NMUME). Os NMUME têm competência para levar a efeito a investigação dos crimes relacionados com as problemáticas das mulheres e dos menores enquanto vítimas e promovem acções de apoio que, para cada caso específico, sejam consideradas necessárias e passíveis de ser efectuadas. No entanto, existiu a necessidade de alargar a intervenção da GNR, aos idosos e deficientes, e devido a este facto, surge a necessidade de alterar a designação de NMUME para NIAVE⁶, para abraçar todas as áreas de actuação anteriormente referidas.

3.2 REESTRUTURAÇÃO DOS NIAVE NO DISPOSITIVO DA GNR

Com a Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, foi aprovada a nova orgânica da Guarda Nacional Republicana. No final de 2008, com a publicação da Portaria n.º 1450/2008, de 16 de Dezembro, ficou determinada a organização interna das unidades territoriais, agora denominados por Comandos Territoriais. O artigo n.º 1 da Lei n.º 63/2007 diz que “ A Guarda Nacional Republicana é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” (Lei n.º 63/2007). No n.º 2 do mesmo artigo está definida a missão geral pela qual a GNR rege a sua actuação, definindo as linhas orientadoras da actividade da Guarda, “A Guarda

⁵ Com a publicação da Lei nº 21/2000 de 10 Agosto – *Organização da Investigação Criminal* (LOIC), foram atribuídas à Guarda Nacional Republicana renovadas competências no âmbito da investigação criminal, tendo a estrutura orgânica da investigação criminal da Guarda sido criada por Despacho n.º 07/03 – OG de 29Jan03.

⁶ Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (**NIAVE**).

tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.” (Lei n.º 63/2007)

Assim sendo, a missão genérica dos Comandos Territoriais, está estabelecida no ponto nº 1 da mesma Portaria, que refere que “A componente Territorial da Guarda, materializa-se pela ocupação do território por unidades, que executam todas as tarefas necessárias de comando, instrução, operacionais e logísticas na área à sua responsabilidade, constituindo a estrutura base do dispositivo da Guarda para cumprimento da sua missão geral.” (Despacho n.º 72/08 – OG)

Desta forma, o projecto NMUME, que a partir de agora passará a ter a designação de Projecto IAVE (Projecto de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas), irá dar início à III fase do projecto, que incorpora a intervenção em mulheres, crianças/menores, idosos e deficientes. Com isto, a GNR abrange um maior leque de situações que requerem uma actuação mais especializada e mais atenta por parte dos militares da Guarda. Em consequência disto, as equipas que irão lidar em particular com estas problemáticas, que ficarão assentes nos Comandos Territoriais, na Componente de Apoio Operacional. Estas equipas constituirão o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas⁷, que deixará de se denominar por equipas NMUME, e passando a apelidar-se por equipas NIAVE. Isto deve-se ao facto de a “Violência Doméstica atingir igualmente as crianças, os idosos, pessoas dependentes e pessoas com deficiência” (PNCVD, 2008, p.18). De acordo com os princípios enunciados no Curso de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas⁸ (CIAVE), pretende-se que os militares que o frequentem atinjam os seguintes objectivos:

- “Aprofundar os conhecimentos relativos aos fenómenos das violências cometidas sobre as mulheres, os menores, os idosos e os deficientes;
- Contribuir para a qualidade e o incremento do exercício dos direitos das vítimas;
- Melhorar a qualidade dos inquéritos relacionados com as violências sobre as mulheres, os menores, os idosos e os deficientes, designadamente as cometidas em contexto familiar;
- Promover e aprofundar a cooperação e coordenação com as demais Forças e Serviços de Segurança com interesses nestas matérias, principalmente com a Polícia Judiciária;
- Empregar, de forma correcta, as técnicas relacionadas com a psicologia do testemunho;

⁷ Despacho n.º 72/08 – OG.

⁸ Curso ministrado na Escola da Guarda (EG).

- Identificar os principais recursos de apoio existentes e integrar os elementos do Projecto IAVE na rede de apoio à vítima.”⁹

3.2.1 A GNR COMO VALÊNCIA PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A GNR, por força da sua missão necessariamente incute confiança e tranquilidade aquando da queixa apresentada pelas vítimas. As vítimas de violência doméstica são numa primeira instância caracterizadas por serem reticentes em denunciar ou testemunhar contra os que as agridem. Desta forma, a GNR deve estar preparada para atender às necessidades da vítima e acima de tudo protege-la ao longo de toda a averiguação, durante todo o processo e também se necessário depois deste terminar.

Nesta medida, o militar da GNR, deve ser capaz de no primeiro contacto com a vítima de violência doméstica, informar a mesma das competências e capacidades que a GNR possa colocar à sua disposição. O militar, deve falar da Instituição e daquilo que ela pode oferecer, bem como os direitos e obrigações de quem fica sob a sua alçada, sempre numa perspectiva de transmitir a confiança necessária à vítima. É importante, avaliar a motivação e a vontade real da vítima em se integrar num programa de apoio, para assim a GNR contactar as associações que possuem diversas valências para fornecer ajuda em todas as vertentes¹⁰, dando a conhecer as escolhas possíveis que tem à sua disposição para a auxiliar.

3.2.2 NECESSIDADE DE PRESTAR UM SERVIÇO ESPECIALIZADO POR PARTE DA GNR

Nesta perspectiva, a GNR criou os NMUME, agora denominados por NIAVE, isto porque, a Instituição sentiu a necessidade de definir um papel específico e mais abrangente. E para além disso pretendeu definir quais as tarefas que devem ser desenvolvidas pelos militares com o curso NMUME, uma vez, que “A violência doméstica identifica vários sub-universos de pessoas-vítimas coabitantes ou não, sejam adultas ou crianças, do sexo masculino ou feminino.” (PNCVD, 2008, p.18)

A GNR consiste normalmente na primeira instituição a entrar em contacto com vítimas de violência doméstica, e devido a este facto, esta deve estar apta a fornecer todas as informações à pessoa agredida entre os quais os seus direitos e a forma de exercê-los.

⁹ Objectivos recolhidos do Curso de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (**ClAVE**) – Normas Gerais de Funcionamento do Curso.

¹⁰ Apoio social, psicológico e jurídico.

Para que estes objectivos sejam atingidos, os militares devem receber formação específica e adequada, tendo sempre em mente, que as vítimas de violência doméstica devem ser atendidas o mais cedo possível após o crime ter sido cometido e devem ser tratadas com atenção, respeito e humanidade. Disto resulta, a possibilidade da vítima de violência conjugal poder queixar-se dos crimes que contra a sua pessoa ou os seus bens tiverem sido praticados pelo ofensor.

3.2.3 FORMAS DE APRESENTAR QUEIXA

O agressor utiliza um conjunto de estratégias que permite exercer um domínio parcial ou total sobre a vítima, que pode estar associado a um controlo a nível social, psicológico, económico, entre outros. Estes actos de natureza criminosa cometidos pelo agressor contra a vítima, são alvo de acção judicial, e por tais actos, o agressor terá que responder perante a lei. Será então importante, identificar nestes casos de violência conjugal, quais os crimes que a vítima poderá ter sofrido e quais os efeitos dessas agressões provocaram na mesma.

Para denunciar estes crimes, a vítima tem ao seu dispor diversas entidades e instituições, às quais poderá recorrer para a apresentar uma queixa-crime que iniciará um processo-crime. Assim sendo, a vítima poderá apresentar a queixa-crime junto da GNR, Polícia de Segurança Pública (PSP) ou Polícia Judiciária (PJ), que informarão o Ministério Público sobre o (s) crime (s) praticado (s). É importante a vítima ter testemunhas, que possam confirmar a ocorrência dos factos ou ter consigo objectos¹¹ que possam indiciar agressões que tenha sofrido por parte do agressor, pois poderão vir a ser usados como meio de prova, no âmbito de um processo judicial. A vítima pode sempre recorrer dos relatórios médicos, caso esta tenha-se deslocado a um serviço de saúde, sendo necessário, no entanto, que o indivíduo (a) declare ao médico ter sido vítima de crime de violência doméstica e mencionar quem é que foi pessoa responsável pelas agressões.

O prazo de apresentação da queixa-crime, nas entidades ou instituições anteriormente referidas é de seis meses após o conhecimento por parte da vítima do (s) crime (s).

¹¹ Por exemplo: roupas rasgadas, objectos quebrados, cartas com ameaças.

PARTE II – INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

“A análise de conteúdo resolve empiricamente o problema da articulação língua/situação, mas... resolve este problema por intermédio de uma posição teórica insustentável na medida em que não conceptualiza a sua prática”.

(Trognon, 1972)

CAPÍTULO 4 – MÉTODO DA PARTE PRÁTICA

4.1 INTRODUÇÃO DA PARTE PRÁTICA

Depois de se ter efectivado à revisão da literatura, tendo sido elaborado o respectivo enquadramento teórico da temática em questão, neste capítulo serão ilustrados os dados obtidos na investigação de campo. Desta forma, sucede-se a investigação de campo, que irá de encontro aos assuntos abordados durante a elaboração a parte I do trabalho. A investigação de campo foi encaminhada no sentido de responder às questões levantadas inicialmente. Serão também enunciados os métodos utilizados para a recolha de informação, definindo a população estudada e a respectiva amostra do estudo.

4.1.1 HIPÓTESES

Posteriormente às perguntas de investigação levantadas e de forma a dar resposta aos objectivos estipulados definidos no ponto 1.1.5 foram elaboradas as seguintes hipóteses práticas:

H₁: Os militares que não têm formação específica¹² apresentam dificuldades no atendimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica.

H₂: Não existe uma troca de informações entre a GNR e as instituições de apoio à vítima.

H₃: Os militares indicam que deveriam ser as equipas NIAVE, a abordar e resolver estes casos.

¹² Curso NMUME.

H₄: Só os militares com curso NIAVE, é que possuem as competências necessárias para lidar com estes casos de violência conjugal.

4.1.2 UNIVERSO EM ANÁLISE

O universo em análise, foi constituído de forma a incluir todos os intervenientes que participam no momento do surgimento de um caso de violência doméstica. Assim, “O universo ou população é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição (...) têm, obviamente, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos”. (Carmo e Ferreira, 1998, p.191)

Devido a este facto, decidiu-se aplicar questionários aos militares do Destacamento de Vila Franca de Xira, uma vez que segundo dados recolhidos no Comando Geral da GNR, é dos Destacamentos do Comando Territorial de Lisboa que apresenta uma maior incidência de casos de violência doméstica, visto que são estes os primeiros a contactar directamente com esta problemática. Aplicaram-se questionários aos Técnicos de Atendimento que prestam serviços nestas instituições que dão apoio a estas vítimas, entre as quais temos, a APAV; UMAR e AMCV. Foram também aplicados questionários às vítimas de violência doméstica que tivessem recorrido a estas instituições de apoio, para assim recolher o feedback das vítimas relativamente aos procedimentos efectuados pelos militares, aquando da apresentação do seu caso. É de referir que só foram inquiridas vítimas provenientes da área de acção do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira. É importante ressaltar, que a área territorial das instituições que foram inquiridas, abrange a área do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira e que apenas foram inquiridas vítimas oriundas da área do Destacamento anteriormente referido. Relativamente a serem aplicados questionários somente aos militares do Destacamento de Vila Franca de Xira, foi devido à limitação temporal do trabalho e em virtude de estar a decorrer a reestruturação ao nível da GNR.

Foram efectuadas seis entrevistas, entrevistas essas denominadas por questionário aberto¹³.

4.1.3 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE AMOSTRAGEM E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Uma vez que o tempo que é dado para a elaboração do TIA, é manifestamente reduzido para realizar uma investigação de campo, que permitisse incluir todos os indivíduos

¹³ O objectivo por utilizar uma entrevista por **questionário aberto** é “... a formulação e a ordem das questões são fixas, mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador.” (Matalon, 2005, p.64) Pode também denominar-se por entrevista directiva.

de uma determinada população, foi escolhida uma amostra que não consentisse perder de vista a finalidade e os objectivos do trabalho. Deste modo, a amostra seleccionada foi definida segundo os critérios do método de **amostragem por conveniência**¹⁴, acreditando que a população estudada possa representar o universo da GNR. Dos 130 militares a prestar serviço no Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira e respectivos postos territoriais, obteve-se a resposta de 85% da população, ou seja, 111 militares.

Relativamente à população estudada nas associações e às vítimas de violência, foi utilizado o método de **amostragem estratificada**. Isto porque a amostra compreende um número reduzido de pessoas, pertencentes aos técnicos de atendimento das associações que trabalham directamente com as vítimas, e ainda devido ao facto de só serem inquiridas as vítimas de violência doméstica oriundas da área de actuação da GNR em Vila Franca de Xira.

Por fim, para a realização das entrevistas foi utilizada a entrevista **directiva** ou **estandardizada**¹⁵, que teve como entrevistados, individualidades que se consideram marcos fundamentais na questão da violência doméstica. Os entrevistados são, no que concerne aos representantes da GNR, o Major Luís, Chefe do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), que é a valência da GNR que está directamente vocacionada para lidar com as situações de violência doméstica. Foi entrevistado o antigo Chefe da SIC do extinto Grupo Territorial de Loures, que tinha sobre o seu comando os NMUME agora denominados por NIAVE. Actualmente o Major Pereira é o Chefe da Repartição de Investigação Criminal do Comando Territorial de Lisboa. Por último, foi entrevistado o Comandante do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira, o Capitão Poiães.

Relativamente às entidades fora do seio da GNR, foram entrevistados os responsáveis pelas associações que foram alvo da aplicação de questionários. Deste modo, foi entrevistada a Dr.^a Luísa Wadherr, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Lisboa (APAV), a Dr.^a Maria Shearman de Macedo, Coordenadora do Centro de Atendimento da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), localizada em Lisboa e por fim a Dr.^a Elisabete Brasil, gestora do Centro de Atendimento da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), esta com sede em Almada.

¹⁴ Motivo por não ter utilizado uma **Amostra Representativa**, uma vez que é “ muito raro podemos estudar exaustivamente uma população, ou seja, inquirir todos os seus membros: seria de tal forma longo e dispendioso que se tornaria praticamente impossível.” (Matalon, 2005, p. 29)

¹⁵ A entrevista directiva ou estandardizada, permite com que o entrevistado responda de uma forma objectiva às questões.

4.1.4 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para efectivar o estudo, recorremos ao emprego de **3 questionários** (Carmo e Ferreira, 1998). Estes são diferentes entre si e têm por base atingir os objectivos definidos para o trabalho. Os questionários¹⁶ têm por suporte um conjunto de questões fechadas, apresentando apenas 4 questões de resposta aberta¹⁷. Para responder às questões fechadas, foi utilizada **escala de Likert**, sendo facultado aos inquiridos cinco possibilidades de resposta. Assim sendo, foi aplicado um inquérito por questionário¹⁸ aos militares do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira, de forma a perceber as opiniões dos militares relativamente à actuação destes quando são chamados a intervir em casos de violência doméstica. Este inquérito por questionário é constituído por 22 questões, dividido em duas partes distintas, em que na primeira parte (6 questões), é solicitado aos militares o preenchimento de alguns dados pessoais¹⁹, enquanto na segunda parte²⁰ (16 questões), é pedido a estes que classifiquem a actuação e procedimentos a tomar nos casos de violência doméstica e troca de informação entre a GNR e as instituições.

O questionário foi aplicado entre 15 e 31 de Janeiro de 2009, com o interesse de incluir o máximo de militares possíveis. Dos 130 militares disponíveis, obteve-se a resposta de **111** questionários, que foram alvo de uma análise estatística.

Quanto aos questionários aplicados aos técnicos²¹, durante todo o mês de Fevereiro de 2009, responderam **30** técnicos que trabalham nestas três instituições de apoio social. Este questionário é constituído por duas partes, constituído na sua totalidade por treze questões.

Relativamente aos questionários colocados às vítimas²² de violência doméstica, foi solicitada a colaboração de três instituições (APAV, UMAR, AMCV) que trabalham directamente com as vítimas de violência doméstica. A aplicação destes questionários decorreu durante o mês de Fevereiro de 2009, e foi aplicado somente às vítimas oriundas do concelho de Vila Franca de Xira. Obteve-se a resposta a **62** questionários. Os quais foram elaborados, de modo a possibilitar uma análise estatística dos dados quantitativos recolhidos.

¹⁶ Ver Apêndices **A**, **B** e **C**.

¹⁷ Destinam-se a verificar tempo de serviço; se for militar com curso NMUME qual o tempo que está nos NMUME; posto e qual o posto a que pertence

¹⁸ Ver Apêndice **A**.

¹⁹ Verificar quais os dados pessoais pedidos no Apêndice **A**.

²⁰ Ver Apêndice **A**.

²¹ Ver Apêndice **B**.

²² Ver Apêndice **C**.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentado o enquadramento teórico e a metodologia que foi adoptada, cabe neste capítulo mostrar a interpretação dos resultados obtidos, através de uma discussão dos mesmos, destacando apenas os que são relevantes para a resposta às perguntas de investigação que foram lançadas no ponto 1.1.5. Desta forma, e dado ao limite de páginas que foi imposto, apenas serão enunciados os resultados dos três questionários²³ considerados necessários para responder às questões formuladas. Os restantes resultados, estarão apresentados no Apêndice D, completando os resultados que são apresentados neste capítulo. O Apêndice E, contém a caracterização de todo o objecto de estudo, utilizando o SPSS 15.0 como ferramenta fundamental para uma melhor compreensão da análise realizada.

5.1.1 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DOS MILITARES DA GNR

De seguida, serão apresentados os resultados considerados relevantes para responder às questões levantadas. Do questionário aplicado aos militares²⁴ foram escolhidas as questões nº 8, 9, 10, 11 e 12 da parte II do questionário.

8- Existe uma troca de informações na vertente **proactiva** entre a GNR e as instituições (APAV, UMAR e AMCV) que servem de apoio para a vítima de violência doméstica? Nesta questão, a grande percentagem (**37%**) não concorda nem discorda, enquanto cerca de (**17%**), afirma que não existe trocas de informações entre a GNR e as instituições na vertente proactiva.

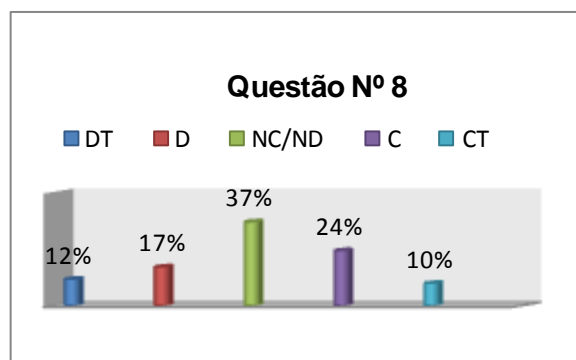


Gráfico 5.1 – Valor percentual relativo à questão 8 da Parte II

²³ Questionários aos militares da GNR, aos Técnicos da APAV, UMAR e AMCV e às vítimas de violência doméstica.

²⁴ Ver Apêndice A.

9- Existe uma troca de informações na vertente **reactiva** entre a GNR e as instituições (APAV, UMAR e AMCV) que servem de apoio para a vítima de violência doméstica?

Pela interpretação deste gráfico verifica-se que a percentagens obtidas são idênticas ao gráfico 5.1, logo a análise é igual, o que diferencia é que agora pretendia-se medir a troca de informações na vertente reactiva.

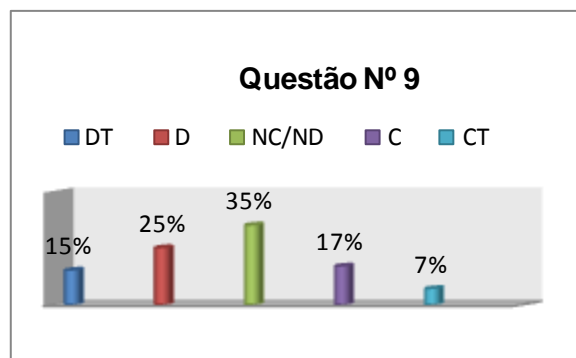


Gráfico 5.2 – Valor percentual relativo à **questão 9 da Parte II**

10- Pensa que a **base de dados** criada pelo **MAI** (Ministério da Administração Interna), cifra-se como uma ferramenta útil no tratamento de informação e para ajudar no combate a este tipo de violência?

Nesta questão, **(39%)** dos militares diz que nem concorda nem discorda, enquanto, **(37%)** dos inquiridos expressa que a base de dados criada pelo MAI, trouxe uma mais-valia no combate à violência doméstica.

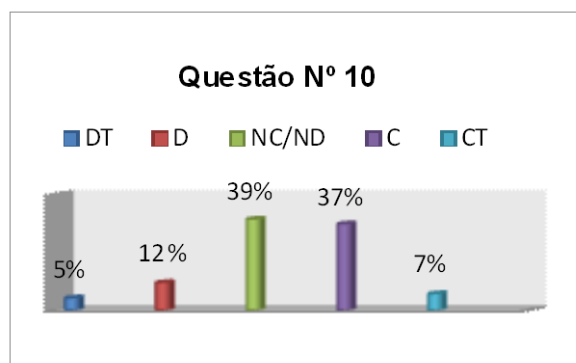


Gráfico 5.3 – Valor percentual relativo à **questão 10 da Parte II**

11- Alguma vez, não sentiu um feedback positivo na resolução de situações de violência doméstica por parte de outras instituições sociais que lidam com a problemática?

Com esta questão, verifica-se que existe quase uma maioria **(47%)** dos militares, que não tem uma opinião formada, mas cerca de **(27%)** responderem que nunca sentiram um feedback menos positivo por parte das instituições.

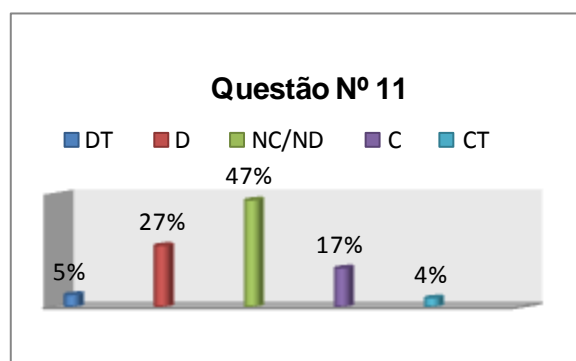


Gráfico 5.4 – Valor percentual relativo à **questão 11 da Parte II**

12- Na sua opinião, entende que a troca de informações entre a GNR e as instituições sociais que lidam com este problema é a eficaz e a necessária para solucionar estes casos?

Apesar de **(36,04%)** não terem opinião sobre se existe trocas de informações entre a GNR e as instituições de apoio, destaca-se que cerca **(26,12%)** da população afirma que a troca de informações não é eficaz nem a necessária para solucionar estes casos.

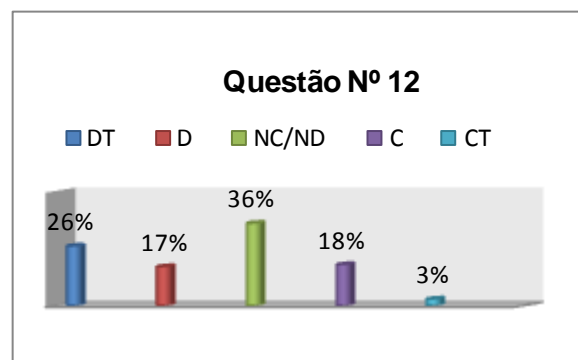


Gráfico 5.5 – Valor percentual relativo à questão 12 da Parte II

5.1.2 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES

Da análise dos resultados ao questionário que foi aplicado aos técnicos que trabalham nas instituições e que fornecem todo o apoio necessário às vítimas de violência doméstica, as questões que se mostram essenciais para responder ao problema do estudo são: as questões nº 4 e 7 da **parte I** e da **parte II** as questões nº 8, 12 e 13.

A este questionário responderam **30** técnicos que trabalham em diversas instituições, como a APAV, UMAR e AMCV. Assim sendo, na APAV obteve-se a resposta a **17** questionários, da UMAR a **7** e por fim a AMCV contribuiu com **6** inquiridos.

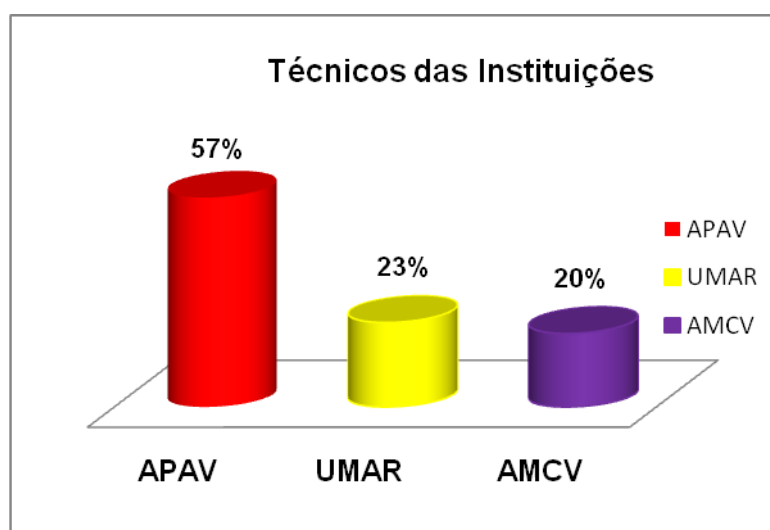


Gráfico 5.6 – Valor percentual relativo ao Nº de Técnicos que responderam aos questionários

4- Quando uma vítima, surge na associação, mas que ainda não deu conhecimento do seu caso às forças de segurança, vocês informam os militares da GNR ou a PSP?

Quando a vítima chega à instituição, os técnicos responderam que não têm como prioridade informar as forças policiais da zona de acção (**87%**) e apenas (**13%**) dos técnicos disseram que informam as autoridades policiais.

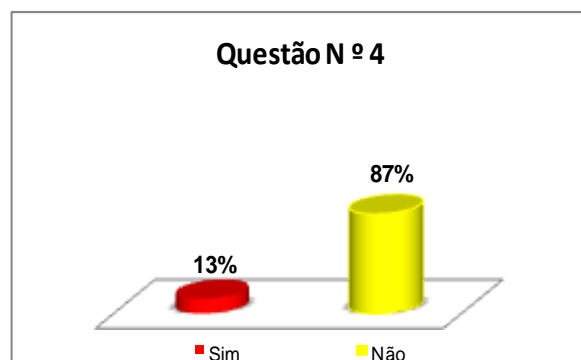


Gráfico 5.7 – Valor percentual relativo à **questão 4 da Parte I**

7- Costumam ter reuniões ou encontros com a GNR para resolverem algum caso ou discutir formas de interagir e trocar informações?

Relativamente a possíveis reuniões que as instituições possam ter com militares da GNR, os técnicos responderam que não é habitual ter encontros (**77%**) com pessoas ligadas à instituição GNR, não havendo ligação entre a GNR e as instituições de apoio à vítima.

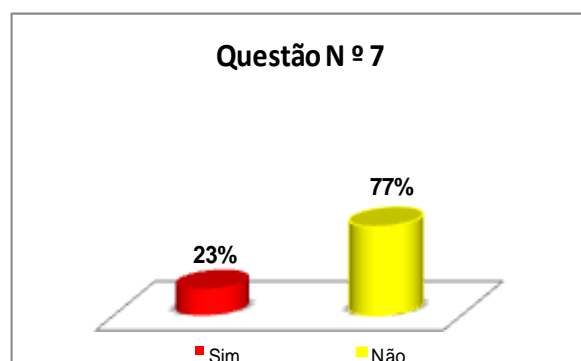


Gráfico 5.8 – Valor percentual relativo à **questão 7 da Parte I**

8- Quando tem contacto com as vítimas, tem como prioridade informar as autoridades policiais (GNR)?

Dos inquiridos, (**27%**) responderam que quando chega uma vítima de violência doméstica, não tem como prioridade informar as autoridades policiais, porque acima de tudo deve-se respeitar a decisão da vítima.

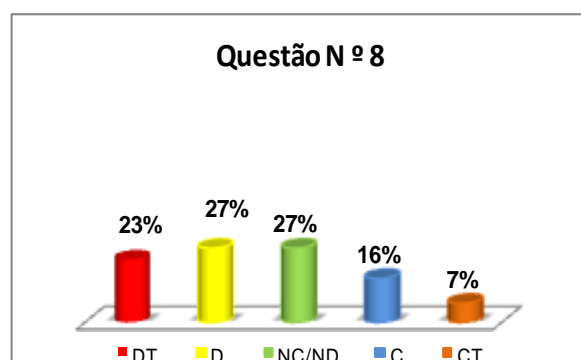


Gráfico 5.9 – Valor percentual relativo à **questão 8 da Parte II**

12- Na sua opinião e pelo feedback que recebe das vítimas, acha que os militares dão as informações e os apoios necessários às vítimas?

Este gráfico, mostra que o feedback que as vítimas de violência doméstica dão aos técnicos, mostra que metade (50%) das vítimas diz que os militares não fornecem as informações e apoios necessários às vítimas de violência. Denota-se uma opinião negativa das vítimas relativamente aos procedimentos realizados pelos militares da GNR.

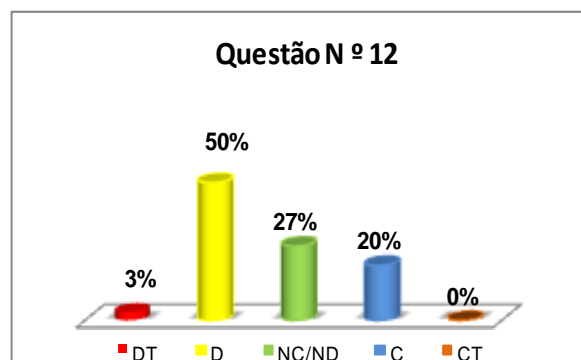


Gráfico 5.10 – Valor percentual relativo à questão 12 da Parte II

13- Quando uma vítima, surge na Associação, mas que ainda não deu conhecimento do seu caso às forças de segurança, vocês informam os militares da GNR?

Neste gráfico, está explícito que os técnicos não dão conhecimento dos casos de violência doméstica às forças de segurança com cerca de (44%) dos inquiridos a responder que discorda. Nesta medida, muitas vezes a GNR não tem conhecimento dos casos de violência doméstica.

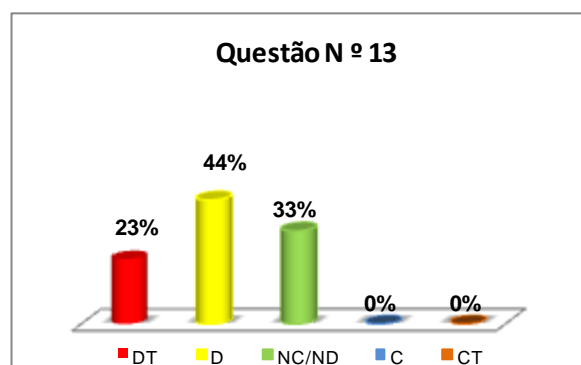


Gráfico 5.11 – Valor percentual relativo à questão 13 da Parte II

5.1.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Relativamente à interpretação dos resultados das vítimas, neste capítulo irão ser analisadas apenas as questões nº 7, 8, 9, 10, 11 e 13, que constituem a parte II do questionário que foi aplicado às vítimas de violência doméstica. Posteriormente, as restantes questões serão interpretadas e analisadas no Apêndice D.

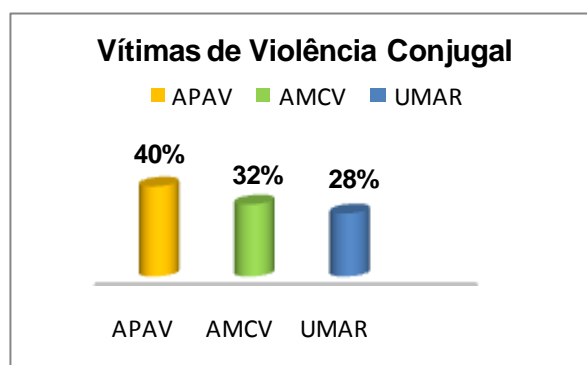


Gráfico 5.12 – Valor percentual relativo ao Nº de Vítimas que responderam ao questionário

7- Se recorreu às forças de segurança, estas procederam da forma mais adequada para solucionar o seu problema?

De facto e segundo os resultados obtidos verifica-se que as forças de segurança não procedem da forma mais adequada para com estas vítimas, em que **(63%)** destas dizem não concordar com os procedimentos adoptados pelas forças de segurança.

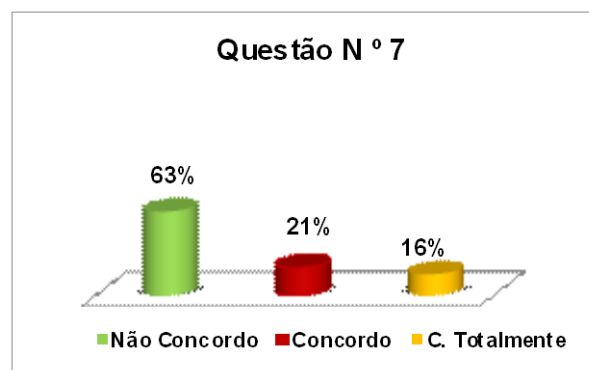


Gráfico 5.13 – Valor percentual relativo à **questão 7 da Parte II**

8- Se recorreu à GNR, sentiu apoio/conforto pelos militares da Guarda Nacional Republicana, aquando do conhecimento do seu caso?

Restringindo a pergunta exclusivamente aos militares da GNR, **(76%)** das vítimas de violência doméstica respondeu que não sentiu o apoio e conforto que necessitavam quando recorreram à GNR.

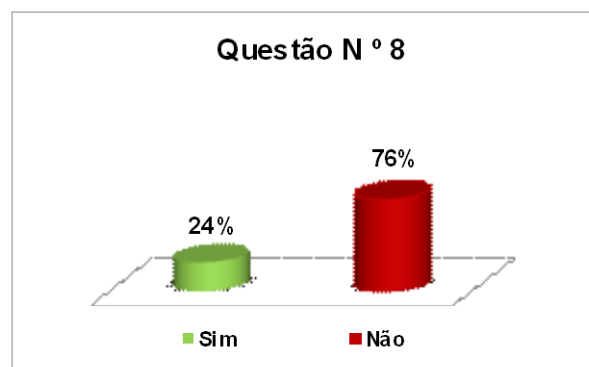


Gráfico 5.14 – Valor percentual relativo à **questão 8 da Parte II**

9- Os militares da GNR, forneceram-lhe todos os esclarecimentos para o seu caso específico, dizendo-lhe quais as instituições que lhe poderiam ser úteis?

Questionadas sobre se os militares da GNR lhe forneceram todos os esclarecimentos para o seu caso, estas responderam que deram poucas, com cerca de **(68%)** das respostas. Apenas **(13%)** dos inquiridos admite que os militares lhe deram todas as informações necessárias.

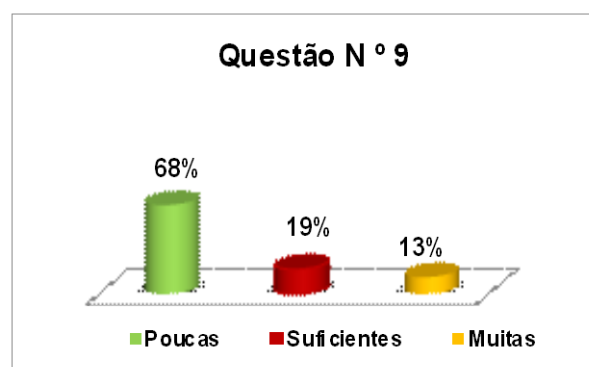


Gráfico 5.15 – Valor percentual relativo à **questão 9 da Parte II**

10- No caso de ter apresentado queixa/denúncia a uma força de segurança, achou que os seus elementos tinham a formação adequada para orientar as vítimas de violência doméstica?

Quanto à questão se os elementos das forças policiais tinham a formação adequada para lidar com estes casos, (77%) dos inquiridos disseram que os elementos não têm a formação necessária para atender estas vítimas.

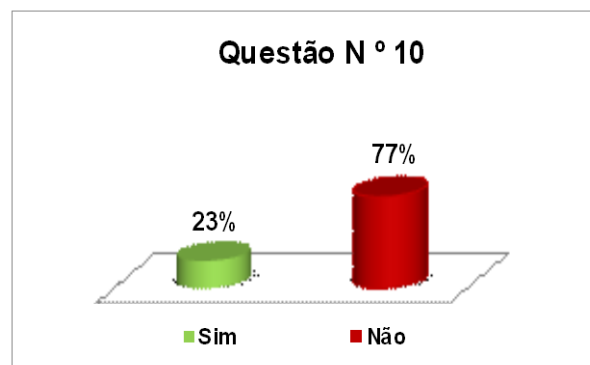


Gráfico 5.16 – Valor percentual relativo à **questão 10 da Parte II**

11- Na sua opinião, os militares agiram da forma mais rápida e eficaz no seu caso?

Seguindo a opinião das vítimas, os militares não agiram de forma rápida (76%), demorando demasiado tempo no atendimento e encaminhamento das vítimas para as instituições de apoio à vítima.

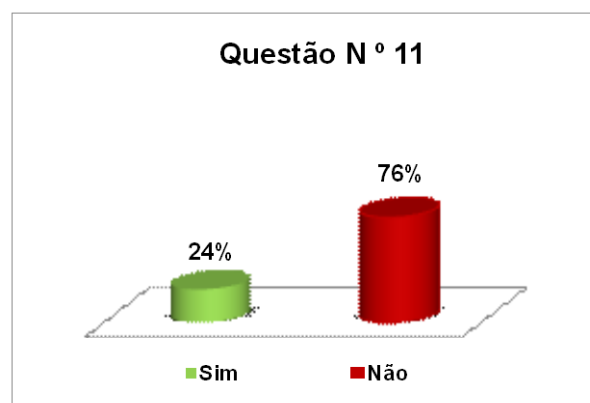


Gráfico 5.17 – Valor percentual relativo à **questão 11 da Parte II**

13- Por fim, entende que existem trocas de informações entre a Guarda Nacional Republicana e as diversas entidades de apoio à vítima, e vice-versa?

Em resposta a esta questão, cerca de (71%) das vítimas que responderam a este questionário, afirmam que não existe trocas de informações entre a GNR e as instituições de apoio a que recorreram para receber apoio social, psicológico e jurídico.

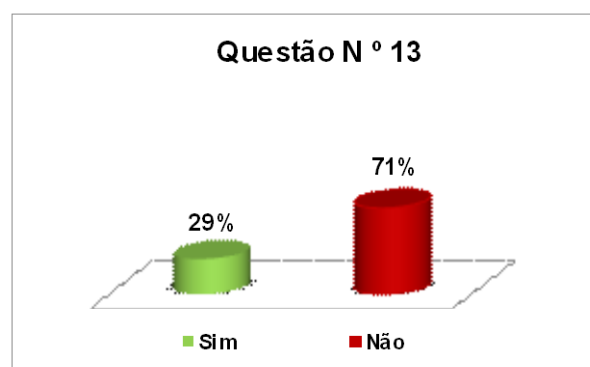


Gráfico 5.18 – Valor percentual relativo à **questão 13 da Parte II**

5.2 ENTREVISTAS

De seguida, serão apresentados os pontos mais importantes relatados pelos entrevistados²⁵, procurando enaltecer as ideias fundamentais transmitidas ao longo da realização da entrevista. Nesta parte do trabalho, será analisada em primeiro lugar a entrevista realizada aos inquiridos da GNR²⁶, relacionando as respostas dadas entre si. Na segunda parte, numa tabela única, serão confrontadas as respostas por parte dos inquiridos das instituições à entrevista²⁷ realizada.

5.2.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – PRIMEIRA PARTE

Questão n.º 1

Quadro 5.1 – Respostas à Questão nº 1

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> A não existência de vagas nas casas de abrigo; As vítimas não querem ir para esses locais; Possibilidade de locais mais próximos estarem ocupados.
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades presentes depois das 17 horas, por já não estarem disponíveis as instituições para o atendimento das vítimas; Ao fim de semana e feriados, as instituições não estão ao dispor das vítimas; Falta de formação por parte dos militares da GNR; Deveria existir um militar com curso NMUME por posto.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> Horário das instituições; O encaminhamento é bastante demorado; O processo de decisão muitas vezes não está disponível.

Questão n.º 2

Quadro 5.2 – Respostas à Questão nº 2

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> Manifestamente insuficiente para investigar todos os crimes; As equipas NIAVE serão para extinguir; Será um encargo do NIC de cada Destacamento; Existência de bastantes Postos com militares habilitados; Só nos casos mais complexos é que é solicitada a intervenção da equipa NIAVE.
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> Não será suficiente, nem é desejável; Uma equipa NIAVE, não consegue tomar conta de todas investigações; Deveria haver mais militares habilitados nas equipas dos Postos; Dar formação a nível psicossocial, assistência social e ainda a nível de abordagem nestes casos específicos.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> Não é suficiente; É uma grande área de actuação; Actualmente existe um grande número de casos de violência doméstica.

²⁵ Entrevistados da GNR e das associações de apoio à vítima (APAV; UMAR; AMCV).

²⁶ Ver apêndice F.

²⁷ Ver apêndice G.

Questão n.º 3

Quadro 5.3 – Respostas à Questão nº 3

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns militares não estão capacitados; • Por vezes, os militares não informam o Comandante; • Equipas NIAVE disponíveis 24h por dia e ocorrem ao local; • Nestes casos, o militar deve informar imediatamente o Comandante.
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> • Expediente só deve ser elaborado por quem tiver formação; • Não pode ser feito por quem não o sabe fazer; • É necessário ter a sensibilidade adequada para estes casos; • Privacidade.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> • Os militares estão sensibilizados com o crime, mas não estão capacitados para lidar com ele; • Os militares nestes casos entram em contacto com o Comandante.

Questão n.º 4

Quadro 5.4 – Respostas à Questão nº 4

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> • Difíceis, as instituições, por vezes, não estão na zona de acção onde é apresentada a queixa; • A Guarda não sabe para onde são levadas as vítimas;
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> • Existem seguramente boas relações; • Ajudam na intervenção técnica mais pertinente; • A dificuldade apenas se prende com o horário.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma boa relação, agora trocas de informações não.

Questão n.º 5

Quadro 5.5 – Respostas à Questão nº 5

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> • Durante um tempo largo somos capazes de não saber nada das vítimas; • Existe uma boa relação em termos abstractos, mas nada em concreto; • As instituições dão formação aos militares.
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> • Seguramente que sim; • No âmbito dos inquéritos, a Guarda solicita informações às entidades; • Bases de dados sobre violência doméstica no MAI.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> • Nas crianças, existe mais trocas de informações; • Na violência doméstica não; • Necessidade de criar uma comissão de protecção de mulheres.

Questão n.º 6

Quadro 5.6 – Respostas à Questão nº 6

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> Só no âmbito de um processo-crime; Verifica-se mais quando são crianças, vítimas de maus tratos;
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> Respondido na questão nº 5.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> As instituições não solicitam informação à GNR.

Questão n.º 7

Quadro 5.7 – Respostas à Questão nº 7

Entrevistados	Opiniões Chave
Major Luís	<ul style="list-style-type: none"> Nas zonas urbanas é muito difícil de fazer; Por vezes fala-se com o agressor; Muitas vezes a vítima simplesmente quer que acabe a violência; Nas zonas menos urbanas, é mais fácil fazer um policiamento preventivo; Verifica-se mais quando são crianças, vítimas de maus tratos.
Major Pereira	<ul style="list-style-type: none"> A Guarda tem que fazer um policiamento, que não permite andar a fazer acompanhamentos individuais; Poderá existir um acompanhamento preventivo; A Guarda não tem capacidade para proteger todas as vítimas, pois isso era segurança pessoal.
Capitão Poiares	<ul style="list-style-type: none"> Na maioria não existe; Algumas vezes, é dada uma atenção especial em determinados casos; Os militares passam pelo local, para verificar se está tudo bem.

5.2.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – SEGUNDA PARTE

Quadro 5.8 – Respostas às **Questões** que foram realizadas às **instituições**

Entrevistados			
Perguntas N.º	Dr. ^a Luísa APAV	Dr. ^a Maria AMCV	Dr. ^a Elisabete UMAR
1	<ul style="list-style-type: none"> •Existem trocas de informações; •Contactam os militares da GNR •Pedem aos militares para acompanhar a vítima a casa. 	<ul style="list-style-type: none"> •Contactam as forças policiais por telefone, ou por vezes pela convocação de uma reunião; •Estes contactos dependem da autorização da vítima. 	<ul style="list-style-type: none"> •Contacto para acompanhar a vítima a casa para retirar os seus objectos/pertences, em condições de segurança; • Contactam com o NIAVE por causa dos processos.
2	<ul style="list-style-type: none"> •Deveria existir uma maior cooperação; •Há pouca articulação; •Haver um interlocutor entre as entidades; •Seria mais rápida a actuação. 	<ul style="list-style-type: none"> •A GNR é imprescindível no combate à violência doméstica e terem um papel activo na intervenção destes casos. 	<ul style="list-style-type: none"> •As ligações institucionais deveriam ser estreitadas e reforçadas, no sentido da prestação de um melhor serviço à comunidade.
3	<ul style="list-style-type: none"> •Não comunicam às forças policiais; •Somente elucidam as vítimas sobre os meios à disposição. 	<ul style="list-style-type: none"> •No caso de concordância da vítima podem informar as forças policiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • A UMAR solicita um acompanhamento para situações de risco; •As informações sobre novas agressões são transmitidas directamente ao tribunal.
4	<ul style="list-style-type: none"> •Muito raramente; •Recorrem a outros meios; •A GNR, muitas vezes tem menos informação; •A GNR acompanha a vítima a casa. 	<ul style="list-style-type: none"> •Somente se for necessário para a segurança e protecção da vítima; •Com o objectivo de proteger a mesma. 	<ul style="list-style-type: none"> •Não; •A GNR solicita-nos informação sobre o paradeiro da vítima.
5	<ul style="list-style-type: none"> •É raro; •Devido à existência de confidencialidade; •Aconselham a vítima a ter confiança nas autoridades. 	<ul style="list-style-type: none"> •Depende do perfil do agressor; •Se for uma situação de risco eminente. 	<ul style="list-style-type: none"> •É informada a força policial da área de residência da vítima de violência.
6	<ul style="list-style-type: none"> •Bastante mais que os outros; •Existe uma diferença significativa; •Recebem um feedback positivo das vítimas. 	<ul style="list-style-type: none"> •Com os NMUME a qualidade dos serviços prestados aumentou; •Este tipo de crime exige uma intervenção multidisciplinar e institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> •São os militares com melhor preparação para este tipo de intervenção; •O que os coloca como actores privilegiados nesta intervenção.

5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Com a elaboração deste trabalho, procurou-se perceber qual a comunicação existente entre a GNR e as instituições que apoiam as vítimas de violência doméstica. E posteriormente, se essa relação permitiria que trocassem entre si informações, tendo em vista melhorar o atendimento e acompanhamento das vítimas. Este crime, é caracterizado maioritariamente por ser cometido dentro do espaço privado do agressor e da vítima, o que leva a que as autoridades policiais muito dificilmente consigam detectar estas situações. Frequentemente, as autoridades policiais, só tomam conhecimento destes factos, quando a vítima se desloca a um posto da GNR ou a uma esquadra da PSP, ou ainda a outra entidade que tenha a competência para receber a queixa/denúncia.

O combate a esta criminalidade, teria avanços significativos, se neste caso específico a GNR e as instituições cruzassem informações sobre os casos que surgem nos seus locais de atendimento respectivos. Assim sendo, a discussão dos resultados obtidos, irá ser feita faseadamente, para um melhor entendimento dos inúmeros resultados obtidos. No primeiro ponto, focar-se-á a existência ou não de trocas de informações entre a GNR e as instituições que prestam apoio social, psicológico ou jurídico às vítimas de violência doméstica, enquanto que, no segundo ponto é caracterizado o serviço que é prestado pela GNR às vítimas de violência doméstica.

5.3.1 TROCAS DE INFORMAÇÕES ENTRE A GNR E AS INSTITUIÇÕES QUE LIDAM COM ESTA PROBLEMÁTICA

Analisando os resultados obtidos dos questionários que foram aplicados aos militares do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira, aos técnicos que fazem o atendimento às vítimas de violência doméstica nas instituições APAV, UMAR e AMCV e por fim às vítimas que se deslocam a essas mesmas instituições para procurar o auxílio que possam receber nesses locais de aconselhamento e acolhimento, tendo como principal objectivo ouvirem possíveis soluções para os seus casos e também linhas orientadoras que permitam agir judicialmente contra o agressor. Comparando os dados recebidos pelas entrevistas que foram realizadas aos três representantes da GNR, com os das três gestores/coordenadores das instituições em que se aplicaram os questionários, permite-se dizer que não existe troca de informações entre as forças de segurança e as instituições que trabalham nesta área. Existem apenas contactos de forma a que quando a vítima se deslocar a um posto da GNR, os militares que a atendem, lhe prestem um serviço mais especializado, procurando atender às necessidades da vítima. Apesar de os militares quando questionados, sobre se existia uma troca de informações quer na vertente proactiva, quer na vertente reactiva, grande percentagem dos militares respondeu que nem concordava nem discordava, existindo ainda um número significativo de militares que afirmaram que não existe trocas de informações

entre a GNR e as instituições. Por sua vez, quando foi questionado aos técnicos sobre se existia trocas de informações entre as entidades, mediante a realização de reuniões entre elementos da GNR e representantes das instituições para delinear formas e meios de actuação para solucionar casos específicos conhecidos por ambas as entidades, os técnicos que trabalham directamente com as vítimas de violência doméstica, responderam na maioria que não se realizavam qualquer tipo de reunião ou encontro com o propósito de alcançar alguma resolução para algum caso de violência doméstica.

Por sua vez, quando às vítimas lhe foi perguntado se entendia se existiam trocas de informações entre a GNR e as instituições, a maior parte das inquiridas disseram que não existia qualquer ligação entre a GNR e as instituições. Isto leva a crer, que cada uma das instituições que lida com estes problemas de violência doméstica, não cruza informações entre si, para detectar possíveis problemas que existem. Devido à inexistência de cruzamento de informações, a GNR pode não ter conhecimento dos casos existentes na sua zona de acção. Este problema, pode surgir devido ao facto de a maioria das vítimas de violência doméstica se deslocarem primariamente às instituições de apoio, e só depois de aconselhadas pelos técnicos de atendimento, é que algumas das vítimas ganham a coragem necessária para se deslocarem a uma força de segurança para apresentar queixa/denúncia do agressor. Isto pode ser justificado pelo facto deste crime ser essencialmente caracterizado por ser cometido no seio familiar e muitas vezes tocar em questões do foro sentimental da vítima. Esta barreira à comunicação entre a GNR e as instituições, poderá encontrar resposta no facto dos técnicos que entram em contacto directo com as vítimas de violência doméstica, respeitarem as decisões das vítimas. E se nesse conjunto de decisões contiver a decisão que não quer apresentar queixa/denúncia às autoridades policiais, então os técnicos nunca informam a GNR ou outra autoridade competente. Uma vez que a vítima pode ainda não sentir confiança para dar esse passo e pode ainda recorrer a outros meios para resolver o seu caso, procurando por exemplo ajuda psicológica para o seu cônjuge/companheiro.

Em suma, muitas vezes, as instituições detêm informações através dos seus técnicos, que poderiam ser utilizadas pela GNR, no sentido de minimizar as consequências que este tipo de actos pode provocar sobre a vítima. Nestes casos, a vítima sente-se muito deprimida, e quando encontra um “ombro amigo” conta tudo sobre o seu marido/companheiro, fornecendo informações, que entre as mais curiosas estão, que o seu cônjuge tem armas de fogo em casa, e muitas ilegais. Informa muitas vezes os técnicos, que é normal o seu cônjuge ou a pessoa que a maltrata, realizar práticas ilegais ao nível da justiça portuguesa, como por exemplo, tráfico de estupefacientes e outras mais. Mas essa informação, nunca é explorada pela GNR, para investigar possíveis práticas ilegais, uma vez que essa informação nunca sai do seio da instituição que acolheu a vítima de violência doméstica.

5.3.2 SERVIÇO PRESTADO PELA GNR ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O serviço prestado pela GNR às vítimas de violência doméstica, sofreu avanços significativos depois da criação dos NMUME em 2002, em que a GNR, passou a ter no seu dispositivo militares com formação específica para lidar com estes casos, podendo a partir desse momento prestar um serviço mais especializado e com mais qualidade às vítimas de violência doméstica.

Os militares com o curso NMUME, passaram a deter mais competências profissionais, que lhes permitem responder com mais eficácia quando são solicitados para intervir com estas vítimas. A GNR ficou então mais habilitada para lidar com esta problemática. Antes da entrada da nova lei orgânica, existiam equipas NMUME, com três a 4 militares por Grupo Territorial, e que intervinham quando surgia um caso de violência doméstica. Actualmente, os Grupos Territoriais foram substituídos pelos Comandos Territoriais, que estão distribuídos um por distrito. As antigas equipas NMUME, agora denominadas por equipas NIAVE, eram responsáveis por fazer a investigação de casos de violência doméstica e ainda agressões contra menores. Mas notava-se uma lacuna, quando os crimes eram cometidos contra idosos ou deficientes. Assim a GNR, aproveitou a nova reorganização da força, implementando a III fase do projecto NMUME, para abranger um leque maior de crimes, passando as equipas NIAVE a abranger todas as vítimas de violência. Neste momento, as equipas NIAVE encontram-se situadas na sede do respectivo Comando Territorial e ocorrem sempre que solicitadas a situações de violência doméstica, desde que ocorram dentro da área de acção do Comando Territorial.

Mas o que acontece, é que por exemplo no Comando Territorial de Lisboa, devido à sua densidade populacional e à grande área de actuação da GNR, existe um elevado número de casos de violência doméstica, e que depois da reorganização do dispositivo, onde para a mesma área existiam duas equipas NMUME, a do Grupo Territorial de Loures e a do Grupo Territorial de Sintra, agora existe apenas uma equipa NIAVE para fazer face a todos os crimes de violência doméstica. Segundo os resultados obtidos e pelas opiniões recolhidas durante a realização das entrevistas, é manifestamente insuficiente para realizar todos os inquéritos de violência doméstica. Analisando os questionários dos militares, dos técnicos das instituições e das vítimas de violência doméstica, estes são unânimes em dizer que se o atendimento e encaminhamento for realizado por militares que não têm o curso, a qualidade e a forma como as vítimas de violência são recebidas baixa drasticamente. Neste sentido, chega-se à conclusão que só os militares com curso NMUME, agora denominado curso CIAVE, detêm as competências necessárias para lidar com estes casos problemáticos.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 CONCLUSÕES

A violência doméstica, tem vindo a crescer ao longo dos anos, mas ela é hoje alvo de conferências, estudos, ou seja, há uma maior consciencialização desta problemática e por esse motivo as entidades que orientam o seu trabalho no sentido de reduzir esta criminalidade e facultar a melhor assistência às vítimas de violência doméstica. Procuram arranjar medidas que se tornem mais eficazes para aumentar a prevenção e melhorar o combate à violência doméstica. Mas que apesar de todas as diligências realizadas de forma a responder a um fenómeno social qualificado como crime público, a violência doméstica, em especial, a violência conjugal, o número de crimes denunciados tem vindo a aumentar de ano para ano.

Este trabalho de investigação aplicada, teve como objectivo fazer uma caracterização da violência conjugal, destacando conceitos como a violência, bem como abordar a violência doméstica. E dentro desta, destacar a violência conjugal e enaltecer o ciclo de violência doméstica, que é caracterizado por ter três fases, que vai desde o acumular de tensão, passando à fase do ataque do agressor à vítima, e por fim a fase de apaziguamento, em que o cônjuge demonstra arrependimento dos seus actos perante a vítima.

Seguindo este contexto, o presente trabalho, centrou o seu estudo numa questão fundamental que era verificar se existia troca de informações entre a GNR e as instituições e vice-versa, que legalmente estão habilitadas para lidar com esta problemática. Esta troca de informações é fundamental para delinear formas de actuação conjuntas, procurando sempre melhorar a prevenção e o combate à violência doméstica.

Uma vez que a GNR, se apresenta como um elo de ligação entre a justiça e as instituições que prestam apoio a estas vítimas específicas, era de primordial importância perceber qual o papel da Guarda na intervenção e resolução destes casos, que actualmente atormentam a sociedade moderna. Desta forma, a GNR poderá ter um papel determinante na prevenção de agressões futuras, se tiver conhecimento de todos os casos existentes na sua zona de acção.

Contudo para isso acontecer, a GNR busca ter nas suas fileiras, militares mais capacitados e habilitados, que permitam cabalmente fornecer um atendimento

personalizado e individualizado a cada vítima de violência que recorre aos serviços da Guarda Nacional Republicana.

Relativamente aos militares da GNR, estarem capacitados para lidar com esta problemática, chegou-se à conclusão que só os militares com formação específica é que reúnem todos os parâmetros indispensáveis para conseguirem atender a todas as necessidades que são levantadas pela vítima no momento da apresentação da queixa/denúncia contra o agressor. Embora a Guarda, tenha dado passos largos, no sentido de melhorar o atendimento e encaminhamento que é dado às vítimas, através da formação de militares, cuja principal missão é habilitar a vítima de todas as condições para superar os crimes que foram cometidos contra si. Verifica-se que existe falta de militares especializados, uma vez que a equipa NIAVE existente no Comando Territorial de Lisboa, não consegue fazer todos os atendimentos e encaminhamentos às vítimas de violência. Estes ficam limitados quase na totalidade do seu trabalho, a inserir os dados de violência doméstica na base de dados do Ministério da Administração Interna, ficando na maioria das vezes, ao encargo de militares sem formação específica, o atendimento e encaminhamento das vítimas. Apesar de ser um grande número de militares sem formação específica que foram inquiridos, estes afirmaram que não têm dificuldades quando recebem uma queixa de violência doméstica. Os técnicos e as vítimas que responderam ao questionário, embora admitam que com a criação dos NMUME, o serviço prestado melhorou imenso, continuam a realçar que os militares da GNR que não têm formação NMUME, não estão capacitados para lidar com estes casos. Denotando-se por isso mesmo, uma insatisfação por parte das vítimas à qualidade do serviço que foi prestado, quando estas se deslocaram a um Posto/Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana.

Relativamente à existência de trocas de informações entre a GNR e as instituições e vice-versa, prognosticou-se falhas graves no que concerne à comunicação existente entre as mesmas, devido à análise dos resultados obtidos, fruto do estudo que foi realizado a todos os intervenientes neste processo complexo. Assim sendo, relativamente à problemática formulada, verifica-se que não existe troca de informações, que trariam aspectos positivos que poderiam fazer com que a prevenção e o combate a casos de violência conjugal fosse mais eficaz. A GNR, em muitos casos, não sabe da existência dos mesmos, uma vez que as vítimas de violência doméstica recorrem directamente às instituições de apoio social, como a APAV, UMAR e AMCV, fazendo com que os militares da GNR não tenham conhecimento destas situações críticas. As instituições não informam a GNR, devido ao facto de serem as vítimas a decidir se querem apresentar queixa ou não a uma autoridade policial. Verificou-se então, que só quando as vítimas se dirigem em primeiro lugar à GNR, é que existe o conhecimento destas situações. Mas o que se sucede posteriormente, é que depois dos militares encaminharem as vítimas para as instituições, a GNR não recebe mais nenhum feedback por parte das instituições, ficando em muitos casos

sem saber o paradeiro das vítimas. De realçar ainda, que não existe entre a GNR e as instituições reuniões ou encontros, que visem abordar casos específicos com alguma gravidade em que a vítima possa estar em perigo, e assim delinear formas de actuação que possam minimizar futuras agressões.

Em suma, pode-se concluir que a actuação policial nestes casos, quando não é feita por militares com formação nesta área, é classificada como deficiente pelos técnicos e pelas vítimas, afirmando que estes militares não estão capacitados nem possuem as qualificações técnicas que permitem gerir este tipo de conflitos. Relativamente à questão mais sensível deste trabalho, que era determinar se existiria troca de informações entre as entidades anteriormente referidas, conclui-se que é muito deficitária, não permitindo que se criem formas de actuação conjuntas que permitam uma resolução eficaz destes casos de violência conjugal. Uma das lacunas existentes, e que foi enaltecida pelas entidades que foram alvo de entrevistas, foi o facto de as forças de segurança, estarem ao dispor dos cidadãos continuamente 24 horas por dia durante todo o ano. Facto este que não se verifica com as instituições, que têm horários de funcionamento pré-definidos, e muitas vezes as vítimas, ficam sem ter locais para onde ir, provocando transtornos, sentindo-se estas abandonadas e sem alternativas para “fugir” a estas agressões infligidas pelo seu cônjuge/companheiro. Cabe então, à GNR apinhar o dispositivo com um número de militares capazes de lidar com este aumento de criminalidade, por forma, a que estes sejam capazes de extrair o máximo de informação que as vítimas possam fornecer sobre a sua situação, e dotarem a GNR de um serviço qualificado no que respeita a esta problemática.

Só desta forma, é que a GNR será capaz de mudar a mentalidade das vítimas, e estas serem capazes de confiar nas forças de segurança na resolução dos seus casos, e para isso contribuirá um atendimento mais adequado e mais eficaz.

6.2 RECOMENDAÇÕES

Neste ponto serão enunciados alguns aspectos, que poderiam melhorar o atendimento e acompanhamento das vítimas de violência conjugal, e consequentemente aumentar os índices de confiança que as vítimas depositam nos militares da Guarda Nacional Republicana.

Assim sendo, elaborou-se as seguintes recomendações:

- ✗ Existência de um militar, que sirva de interlocutor entre a GNR e as instituições, recolhendo informações que se relevem úteis para solucionar determinados casos de violência conjugal;
- ✗ Aumentar o efectivo das equipas NIAVE, nos Comandos Territoriais para o número que se revelar necessário, para somente serem estes militares a recebem estas queixas de violência doméstica, e posteriormente serem eles a realizar a investigação destes casos;
- ✗ Existência de pelo menos um militar com formação NIAVE, por Posto Territorial;
- ✗ Incrementar trocas de informações entre a GNR e as instituições e vice-versa;
- ✗ Apostar num atendimento personalizado e adequado a estas vítimas que se encontram debilitadas física e emocionalmente.

6.3 PROPOSTA PARA FUTURO ESTUDO

Uma vez que a violência doméstica, atinge um diferente universo de vítimas, reconhecemos que será importante depois da criação das equipas NIAVE, que irão abranger todo o tipo de agressões que são cometidas contra as pessoas indefesas, estudar as agressões que são perpetradas sobre as crianças, idosos e deficientes, devido ao facto de ser uma área que ainda não tem muitos estudos que permitam compreender este fenómeno. Estas são vítimas que devido às suas características, não são capazes de sozinhas procurar ajuda. Neste contexto, a GNR pode apresentar-se como uma ferramenta a que estas vítimas possam ocorrer para obterem o respectivo auxílio e protecção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELABORAÇÃO CIENTÍFICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ACADEMIA MILITAR (2008), “*Orientações para redacção de trabalhos*”, Lisboa, Academia Militar.

CARMO, Hermano (1998), “*Metodologia da Investigação – Guia para a auto-aprendizagem*”, Lisboa, Universidade Aberta.

FORTIN, Marie (1996), “*O processo de investigação – da concepção à realização*”, Lusociência, Loures.

MATALON, Benjamin (2005), “*O Inquérito*”, Celta, Oeiras.

OBRAS, PUBLICAÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS

ALARCÃO, Madalena (2000), “*(des) Equilíbrios Familiares*”, Quarteto Editora, Coimbra.

ALEXANDER, Renata (1993), “*Wife-battering – an austrilian perspective*” in Journal of Family Violence, nº3.

ANDREWS, Arlene (1994), “*Developing community systems for the primary prevention of family violence*”, in Family & Community Health, nº4.

AZEVEDO, Maria (1985), “*Mulheres Espancadas: A Violência Doméstica*”, São Paulo

C.I.D.M. (2005), “*A intervenção em Agressores no contexto da Violência Doméstica em Portugal – Estudo Preliminar de Caracterização*”, Colecção de Estudos de Género 2, Lisboa.

COSTA, Cláudia (1998), “*Representações sociais da Violência Conjugal*”, ISCTE, Lisboa.

COSTA, Maria et al. (2000), “*Violência Familiar*”, Ambar, Porto.

DIAS, Isabel (2004), “*Violência na Família – Uma abordagem sociológica*”, Porto.

DOYLE, T. (1996), “*Women and Violence: Realities and responses Worldwide*”, Zed Books, London.

- FATELA, João (1989), "*O Sangue e a Rua. Elementos para uma Antropologia da Violência em Portugal (1926-1946)*", Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- FISCHER, Gustave (1994), "*A Dinâmica Social, Violência, Poder, Mudança*", Planeta Editora, Lisboa
- GIDDENS, Anthony (2000), "*Sociologia*", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- HAMPTON, Robert et al. (1993), "*Physical and sexual violence in marriage*", Sage Publications, California.
- JOHNSON, Michael (1995), "*Domestic violence: an overview*", MacMillan Press, London.
- KHAN, Rasheeduddin (1978), "*La violence et le développement socio-économique*", in Revue Internationale des Sciences Sociales, nº4.
- LOURENÇO, Nelson et al. (1997), "*Violência contra as mulheres*", Lisboa & Pais, C.I.D.M.
- MACHADO, Carla et al. (2002), "*Violência e Vítimas de Crimes – Vol.1 – Adultos*", Quarteto Editora, Coimbra.
- MATOS, Marlene (2000), "*Violência Conjugal e o Modelo de Intervenção em Crime. Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*", Quarteto Editora, Coimbra.
- PAGELOW, Mildred (1984), "*Family Violence*", Praeger Publishers, New York.
- PAIS, Elza (1998), "*Homicídio Conjugal em Portugal*", Hugin Editores, Lisboa.
- PESTIAU, Joseph (1992), "*Violence, impuissance et individualisme*", in Revue Internationale des Sciences Sociales, nº132.
- Plano Estratégico da APAV 2008.
- Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)
- SILVA, Luísa (1995), "*Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*", À Bolina, Celorico de Basto.
- TALBOT, L. (1995), "*Principles and practice of nursing research*", St. Luis, Mosby.

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI n.º 63/2007 de 6 de Novembro - Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

DECRETO-LEI n.º 164/ 2007 – Criação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

DESPACHO n.º 07/03 – OG - Criação da Chefia de Investigação Criminal e da Estrutura Orgânica da Investigação Criminal

DESPACHO n.º 72/08 – OG – Missão Genérica dos Comandos Territoriais

DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 159, III Série – Publicação da Criação da APAV

LEI n.º 21/2000 de 10 de AGOSTO - Aprova a Lei de Organização de Investigação Criminal

LEI n.º 61/91 de 13 de AGOSTO - Aprova a Lei que garante a protecção adequada às mulheres vítimas de Violência.

PORTARIA n.º 1450/2008 – Determinação da Organização Territorial da GNR

RESOLUÇÃO N.º 40/34 - Declaração dos Princípios fundamentais da justiça relativos às Vítimas de Crime e Abuso de Poder.

TESES E TRABALHOS FINAIS DE CURSO

ADRIANO, Abel Arcanjo de Sousa, (2005), “*A tipologia do crime: a vítima, o agressor e área do crime*”, Trabalho Final de Curso, Academia Militar, s.e

CANSADO, Teresa (2005), “*Representações sociais da violência conjugal – uma visão sociológica*”, Tese de mestrado Sociologia, Universidade de Évora, s.e

COSTA, Dália Maria de Sousa Gonçalves da, (2005), “*Percepção social da mulher vítima de violência conjugal: estudo exploratório no Concelho de Lisboa*”, Tese de mestrado Sociologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, s.e

FERNANDES, Felicidade Cândida Pinto, (2002), “*A Mulher vítima de violência conjugal*”, Dissertação de mestrado, Psiquiatria e Saúde Mental, Universidade do Porto

GONÇALVES, Nuno Fernandes (2007), “*O Serviço prestado pela PSP às mulheres vítimas de violência conjugal*”, Tese de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, s.e

LAMELAS, Fábio Emanuel Silva Gonçalves (2008), “*A GNR e o apoio à vítima: A prevenção da violência doméstica*”, Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, s.e

MATOS, Marlene Alexandra Veloso de, (2000), “*Violência Conjugal – O processo de construção de identidade da mulher*”, Tese de mestrado Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, s.e

REIS, Vanessa Ana Gabriel de Almeida da Silva (2000), “*Violência Doméstica e Actuação Policial*”, Tese de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, s.e

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES ELECTRÓNICOS

www.amcv.org.pt (Acedido em 9 de Fevereiro de 2009)

www.apav.pt (Acedido em 15 de Fevereiro de 2009)

www.bnportugal.pt (Acedido em 9 de Fevereiro de 2009)

www.cig.gov.pt (Acedido em 2 de Março de 2009)

www.gnr.pt (Acedido em 16 de Março de 2009)

www.mai.gov.pt (Acedido em 16 de Março de 2009)

www.umarfeminismos.org (Acedido em 9 de Fevereiro de 2009)

www.psp.pt (Acedido em 16 de Março de 2009)

www.emcviolenciadomestica.com (Acedido em 19 de Fevereiro de 2009)

www.amcv.org.pt (Acedido em 9 de Fevereiro de 2009)

www.amnistia-internacional.pt (Acedido em 20 de Fevereiro de 2009)

www.pcm.gov.pt (Acedido em 13 de Fevereiro de 2009)

www.mtss.gov.pt (Acedido em 17 de Fevereiro de 2009)

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS MILITARES

- Este questionário tem como objectivo contribuir para a elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, em que o tema é “ Violência doméstica VS Forças de Segurança (GNR): Actuação Operacional e ligações funcionais com outros serviços”.
- A autoria do questionário é de Pedro Pinto, Aspirante da Guarda Nacional Republicana.
- Pede-se a sua colaboração para participar num estudo que pretende obter resultados e informações sobre as ligações actuais entre a Guarda Nacional Republicana (GNR) e as diversas entidades existentes (APAV; UMAR e AMCV) no que respeita à **Violência Conjugal**.
- **É importante que responda a todas as questões o mais honestamente possível. Todas as respostas serão anónimas e confidenciais.**
- Qualquer informação, incluindo as pessoais, será utilizada apenas para fins estatísticos. Este estudo interessa-se por valores de grupos e não por resultados individuais.
- Por razões éticas e experimentais, não deverá comparar as suas respostas com as dos seus camaradas (se os tiver). Peço a máxima celeridade, a preencher o questionário.

Parte I

1- Sexo:

M ☐ F ☐

2- Qual o seu tempo de serviço na **GNR**?

_____.

3- É Militar dos **NMUME**?

Sim ☐ Não ☐

4- Se respondeu **sim**, diga à quantos anos está no **NMUME (Núcleo Mulher e Menor)**?

_____.

5- Qual a graduação que detém actualmente (ex: Cabo; 1ºSargento; Sargento-ajudante)?

_____.

6- Qual o Posto/Destacamento/Grupo em que está a trabalhar?

_____.

Parte II

Não existem respostas certas ou erradas, apenas existem respostas que reflectem opiniões pessoais. Em cada item ser-lhe-á pedido se concorda ou discorda e com que intensidade. **Use a escala seguinte para a ajudar a responder e preencha o círculo (0) que mais se adequa à resposta correcta:**

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

7- Quando recebe uma queixa/denúncia, depara com dificuldades em dar conta da ocorrência?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

8- Sabe qual o encaminhamento que deve dar à vítima de Violência Doméstica?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

9- Sabe quais os procedimentos a tomar a seguir á queixa/denúncia?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

10- Na sua opinião, acha que os militares da GNR, deverão ter uma formação específica nesta área?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

11- Se respondeu afirmativamente à **Questão 3 de “Dados Pessoais”**, diga se a formação que recebeu no curso NMUME, permite-lhe responder eficazmente quer ao nível da actuação operacional, quer no encaminhamento das vítimas para instituições de apoio à vítima?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

12- Com a criação das equipas dos NMUME (Núcleo Mulher e Menor), na sua perspectiva a GNR ficou com uma maior capacidade de actuação nestes casos?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

13- Dentro da sua área de actuação (Posto/Destacamento), sente que os militares estão preparados para lidar com estas situações?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

14- A formação dos militares da GNR é suficiente para fazer face a este tipo de violência?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

15- Existe uma troca de informações na vertente **proactiva** entre a GNR e as instituições (APAV, UMAR) que servem de apoio para a vítima de violência doméstica?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

16- Existe uma troca de informações na vertente **reactiva** entre a GNR e as instituições (APAV, UMAR) que servem de apoio para a vítima de violência doméstica?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

17- Pensa que a base de dados criada pelo MAI (Ministério da Administração Interna), cifra-se como uma ferramenta útil no tratamento de informação e para ajudar no combate a este tipo de violência?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

18- Alguma vez, não sentiu um feedback positivo na resolução de situações de violência doméstica por parte de outras instituições sociais que lidam com a problemática?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

19- Na sua opinião, entende que a troca de informações entre a GNR e as instituições sociais que lidam com este problema é a eficaz e a necessária para solucionar estes casos?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

20- Acha que a GNR, com militares habilitados com o curso NMUME para fazer face a este tipo de criminalidade, está mais capacitada para dar respostas capazes de solucionar este problema?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

21- Serão necessárias mais acções de formação para actualizar procedimentos e métodos de actuação para os militares?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

22- A seu ver, as formações que teve forneceram-lhe as ferramentas necessárias para desempenhar a sua função correctamente?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

Muito obrigado pela sua Colaboração!

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS TÉCNICOS

- Este questionário tem como objectivo contribuir para a elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, em que o tema é “ Violência doméstica VS Forças de Segurança (GNR): Actuação Operacional e ligações funcionais com outros serviços”.
- A autoria do questionário é de Pedro Pinto, Aspirante da Guarda Nacional Republicana.
- Pede-se a sua colaboração para participar num estudo que pretende obter resultados e informações sobre as ligações actuais entre a Guarda Nacional Republicana (GNR) e as diversas entidades existentes (APAV; UMAR e AMCV) no que respeita à **Violência Conjugal**.
- **É importante que responda a todas as questões o mais honestamente possível, uma vez que os resultados são importantes para um melhor combate a esta criminalidade. Todas as respostas serão anónimas e confidenciais.**
- Qualquer informação, incluindo as pessoais, será utilizada apenas para fins estatísticos. Este estudo interessa-se por valores de grupos e não por resultados individuais.
- Por razões éticas e experimentais, não deverá comparar as suas respostas com as dos seus colegas (se os tiver). Peço a máxima celeridade, a preencher o questionário.

PARTE I

Preencha o círculo (●) que mais se adequa à resposta correcta.

1- Diga qual a percentagem de vítimas de Violência Doméstica, que quando chegam a instituição de apoio social, já fizeram denúncia numa força de segurança {Guarda Nacional Republicana (GNR)}?

0-25% 26-50% 51-75% 76-100%

☐ ☐ ☐ ☐

2- Enquanto dão apoio às vítimas, os funcionários que trabalham na associação indicam-lhes que devem ir apresentar queixa/denúncia nas entidades competentes (como por exemplo: GNR)?

Sim ☐ Não ☐

3- A seu ver, entende que os militares da GNR, estão habilitados a lidar com estes casos?

Sim ☐ Não ☐

4- Quando uma vítima, surge na associação, mas que ainda não deu conhecimento do seu caso às forças de segurança, vocês informam os militares da GNR ou a PSP?

Sim ☐ Não ☐

5- Acha importante que houvesse mais apoio às vítimas por parte das Autoridades Policiais?

Sim ☐ Não ☐

6- Segundo as opiniões que recolhe das vítimas, parece-lhe que estas confiam mais nas Associações de Apoio do que na ajuda por parte dos militares da GNR?

Sim ☐ Não ☐

7- Costumam ter reuniões ou encontros com a GNR para resolverem algum caso ou discutir formas de interagir e trocar informações?

Sim ☐ Não ☐

PARTE II

Não existem respostas certas ou erradas, apenas existem respostas que reflectem opiniões pessoais. Em cada item ser-lhe-á pedido se concorda ou discorda e com que intensidade. Use a escala seguinte para a ajudar a responder e preencha o círculo (●) que mais se adequa a resposta correcta:

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

8- Quando tem contacto com as vítimas, tem como prioridade informar as autoridades policiais (GNR)?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

9- As vítimas contactam as suas Associações de Apoio após de se deslocarem às autoridades policiais (GNR)?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

10- Sabe sempre o encaminhamento a dar à vítima?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

11- A vítima chega ao pé de si encaminhada pela GNR?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

12- Na sua opinião e pelo feedback que recebe das vítimas, acha que os militares dão as informações e os apoios necessários às vítimas?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

13- Quando uma vítima, surge na Associação, mas que ainda não deu conhecimento do seu caso às forças de segurança, vocês informam os militares da GNR?

0	0	0	0	0
1	2	3	4	5

Muito obrigado pela sua Colaboração!

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA AS VÍTIMAS

- Este questionário tem como objectivo contribuir para a elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, em que o tema é “ Violência doméstica VS Forças de Segurança (GNR): Actuação Operacional e ligações funcionais com outros serviços”.
- A autoria do questionário é de Pedro Pinto, Aspirante da Guarda Nacional Republicana.
- Pede-se a sua colaboração para participar num estudo que pretende obter resultados e informações sobre as ligações actuais entre a Guarda Nacional Republicana (GNR) e as diversas entidades existentes (APAV; UMAR e AMCV) no que respeita à **Violência Conjugal**.
- **É importante que responda a todas as questões o mais honestamente possível. Todas as respostas serão anónimas e confidenciais.**
- Leia as instruções com cuidado e se tiver dúvidas não hesite em ligar para o número em rodapé.
- **Se em qualquer altura sentir que prefere não continuar, é livre de desistir e de entregar o questionário.**
- Qualquer informação, incluindo as pessoais, será utilizada apenas para fins estatísticos. Este estudo interessa-se por valores de grupos e não por resultados individuais.
- Para preencher, **coloque um X** dentro do respectivo ☐ (ex: ☒)
- Logo que terminar pedimos que devolva o questionário

PARTE I

1- Sexo:

M ☐ F ☐

2- A sua idade está compreendida entre:

- Até 25 anos ☐
- 26-34 anos ☐
- 35-49 anos ☐
- 50-64 anos ☐
- A partir dos 65 anos ☐

3- O seu estado civil:

- Solteira(o) ☐
- Casada(o) ☐
- Divorciada(o)/ Separada(o) ☐
- União de facto ☐

4- Habilitações Literárias:

- Instrução Primária ☐
- Secundário Incompleto ☐
- Secundário Completo ☐
- Frequência Universitária ☐
- Licenciatura/Bacharelato ☐
- Outro: _____

5- Qual a sua situação profissional actual?

Desempregada(o) ☐

Trabalhador(a) independente ☐

Trabalhador(a) por conta de outrem ☐

Estudante ☐

PARTE II

- 6- Já alguma vez recorreu a uma força de segurança para apresentar uma queixa/denúncia? Se sim, qual?
- PSP ☐ GNR ☐
- 7- Se recorreu às forças de segurança, estas procederam da forma mais adequada para solucionar o seu problema?
- Não Concordo ☐
- Concordo ☐
- Concordo Totalmente ☐
- 8- Se recorreu à GNR, sentiu apoio/conforto pelos militares da Guarda Nacional Republicana, aquando do conhecimento do seu caso?
- Sim ☐ Não ☐
- 9- Os militares da GNR, forneceram-lhe todos os esclarecimentos para o seu caso específico, dizendo-lhe quais as instituições que lhe poderiam ser úteis?
- Poucas ☐
- Suficientes ☐
- Muitas ☐
- 10- No caso de ter apresentado queixa/denúncia a uma força de segurança, achou que os seus elementos tinham a formação adequada para orientar as vítimas de violência doméstica?
- Sim ☐ Não ☐
- 11- Na sua opinião, os militares agiram da forma mais rápida e eficaz no seu caso?
- Sim ☐ Não ☐
- 12- Se recorreu primeiro a uma instituição de apoio à vítima (ex: APAV; UMAR e AMCV), estas deram-lhe indicações para apresentar queixa/denúncia nas forças de segurança?
- Sim ☐ Não ☐
- 13- Por fim, entende que existem trocas de informações entre a Guarda Nacional Republicana e as diversas entidades de apoio à vítima, e vice-versa?
- Sim ☐ Não ☐

Muito obrigado pela sua Colaboração!

APÊNDICE D – CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

D1- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE VILA FRANCA DE XIRA

PARTE I

1- Sexo:

Com este gráfico, pretende-se mostrar qual o universo em análise, tendo como referência o sexo dos militares existentes no Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira. Existem **(97%)** militares do sexo masculino e apenas **(3%)** dos inquiridos são do sexo feminino. Pelo facto de grande percentagem de as vítimas de violência doméstica serem mulheres, deveriam existir mais mulheres do seio deste Destacamento para atenderem estas pessoas.

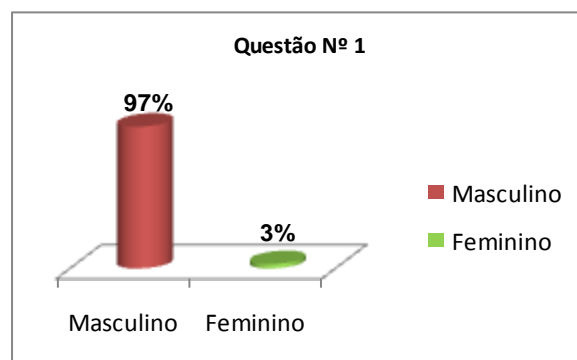


Gráfico D1.1 – Valor percentual relativo à questão 1 da Parte I

2- Qual o seu tempo de serviço na GNR?

Relativamente ao tempo de serviço, verifica-se que cerca de **(32%)** já se encontra ao serviço da Guarda à mais de 21 anos, o que pode indicar que estes militares estejam pouco habilitados e sensibilizados para esta problemática.

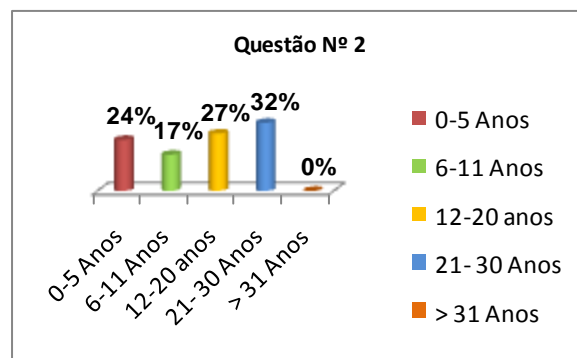


Gráfico D1.2 – Valor percentual relativo à questão 2 da Parte I

3- É Militar dos NMUME?

Do universo em análise, apenas existe **um** militar com curso NMUME, representado apenas **(1%)** do total dos inquiridos.

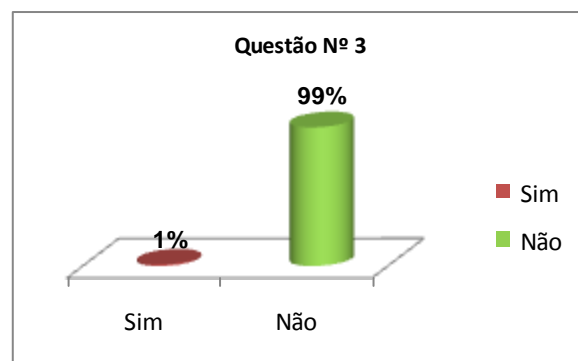


Gráfico D1.3 – Valor percentual relativo à **questão 3 da Parte I**

4- Se respondeu **sim**, diga à quantos anos está no **NMUME (Núcleo Mulher e Menor)**?

O único militar que respondeu que tinha formação NMUME, tirou o curso em 2006, estando portanto à três anos a desempenhar funções de apoio à mulher e aos menores.

5- Qual a graduação que detém actualmente (ex: Cabo; 1ºSargento; Sargento-ajudante)?

Quanto à graduação que os militares detêm actualmente, **(51%)** dos inquiridos são Cabos, **(46%)** são Guardas e apenas **(3%)** são Sargentos.

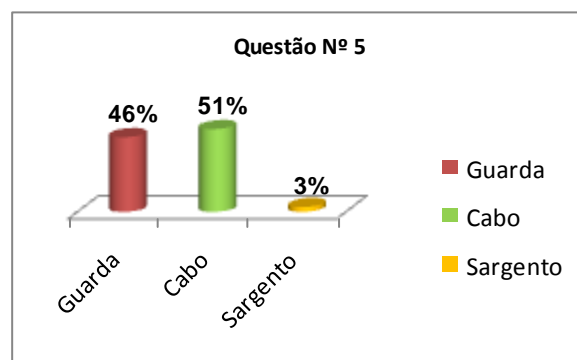


Gráfico D1.4 – Valor percentual relativo à **questão 5 da Parte I**

6- Qual o Posto/Destacamento/Grupo em que está a trabalhar?

O Destacamento de Vila Franca de Xira, tem 8 Postos, mas apenas **5** são Postos Territoriais. Deste universo de **130** militares, responderam **111** militares, distribuídos segundo o presente gráfico.

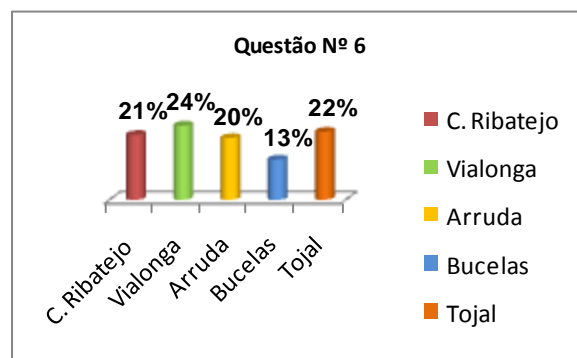


Gráfico D1.5 – Valor percentual relativo à **questão 6 da Parte I**

PARTE II²⁸

7- Quando recebe uma queixa/denúncia, depara com dificuldades em dar conta da ocorrência?

Face às respostas dadas pelos militares, observa-se que cerca dos **(41%)** dos inquiridos, afirma que não tem dificuldades em receber uma queixa de violência doméstica, em que apenas **(5%)** admite que sente dificuldade quando é solicitado para tomar conta desta ocorrência.

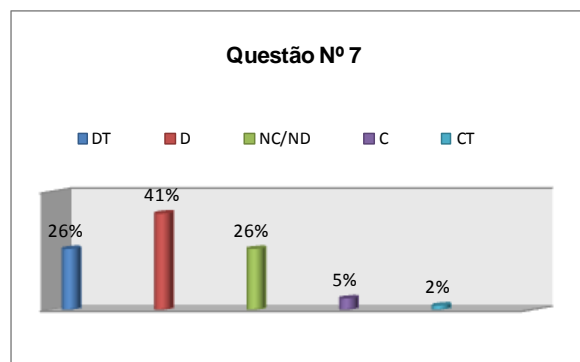


Gráfico D1.6 – Valor percentual relativo à **questão 7 da Parte II**

8- Sabe qual o encaminhamento que deve dar à vítima de Violência Doméstica?

Verificando este gráfico, nota-se que grande percentagem **(41%)**, respondeu que sabe qual o encaminhamento que deve dar à vítima de violência doméstica, mas ainda existem **(21%)** dos militares que mostram obstáculos nestes casos.

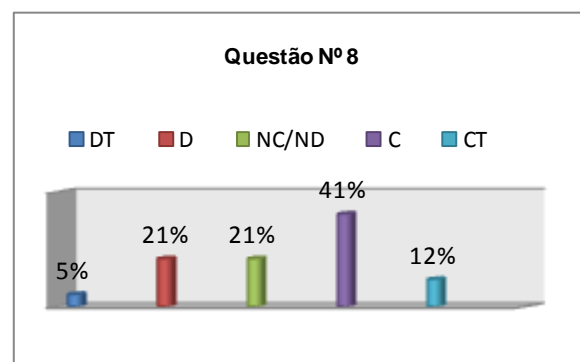


Gráfico D1.7 – Valor percentual relativo à **questão 8 da Parte II**

9- Sabe quais os procedimentos a tomar a seguir à queixa/denúncia?

Neste gráfico, verifica-se que os militares **(45%)** diz saber quais os procedimentos necessários para encaminhar as vítimas para as instituições de apoio. Contudo **(19%)**, admite não saber o que fazer.

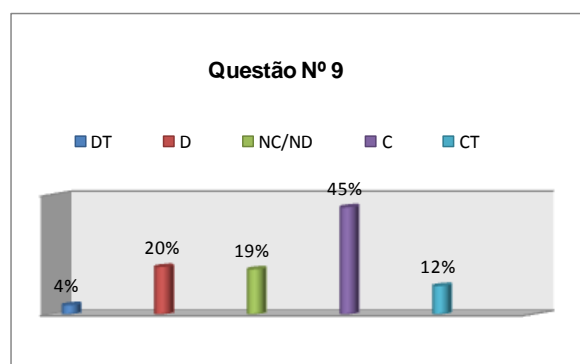


Gráfico D1.8 – Valor percentual relativo à **questão 9 da Parte II**

²⁸ As questões **15, 16, 17, 18 e 19** estão analisadas no Capítulo 5.

10- Na sua opinião, acha que os militares da GNR, deverão ter uma formação específica nesta área?

Atendendo ao que está implícito, a maioria dos militares (**53%**), defende que estes deveriam receber uma formação específica nesta área, para assim dar uma resposta mais eficaz nestes casos específicos.

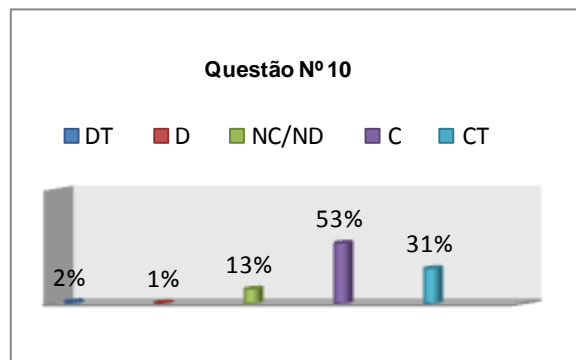


Gráfico D1.9 – Valor percentual relativo à **questão 10 da Parte II**

11- Se respondeu afirmativamente à **Questão 3 de “Dados Pessoais”**, diga se a formação que recebeu no curso NMUME, permite-lhe responder eficazmente quer ao nível da actuação operacional, quer no encaminhamento das vítimas para instituições de apoio à vítima?

O único inquirido que respondeu que tinha o curso NMUME, respondeu que concordava que o curso forneceu-lhe as ferramentas necessárias para lidar com estes casos de violência conjugal.

12- Com a criação das equipas dos NMUME (Núcleo Mulher e Menor), na sua perspectiva a GNR ficou com uma maior capacidade de actuação nestes casos?

Com a observação deste gráfico, verifica-se (**41%**) dos inquiridos concorda que a GNR ficou mais habilitada para uma melhor actuação e atendimento às vítimas de violência.

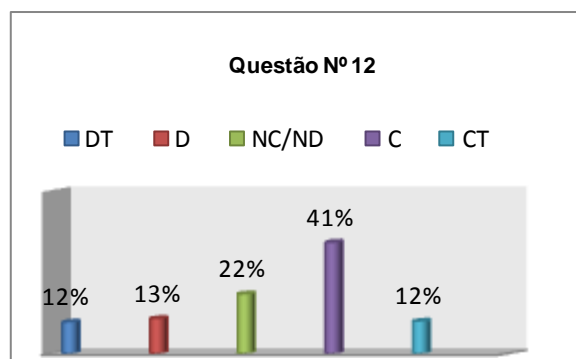


Gráfico D1.10 – Valor percentual relativo à **questão 12 da Parte II**

13- Dentro da sua área de actuação (Posto/Destacamento), sente que os militares estão preparados para lidar com estas situações?

Com este valor (**36%**), os militares sentem que os seus camaradas não estão preparados para actuar quando estão presentes perante este tipo de criminalidade, embora exista uma percentagem elevada (**31%**) que não manifeste opinião.

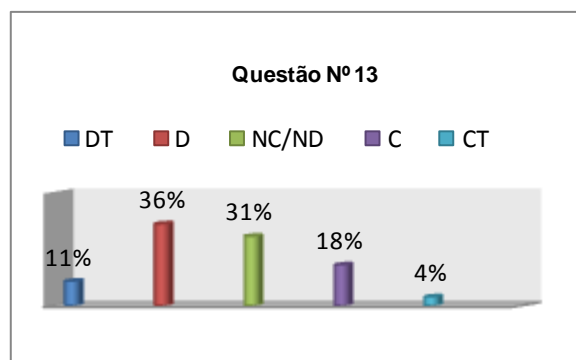


Gráfico D1.11 – Valor percentual relativo à **questão 13 da Parte II**

14- A formação dos militares da GNR é suficiente para fazer face a este tipo de violência?

Este gráfico, mostra que existe um grande número de militares (**42%**), que acha que a formação que recebeu não é suficiente para fazer a este tipo de violência.

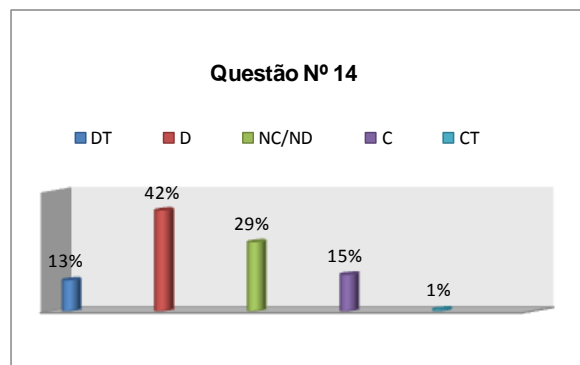


Gráfico D1.12 – Valor percentual relativo à **questão 14 da Parte II**

20- Acha que a GNR, com militares habilitados com o curso NMUME para fazer face a este tipo de criminalidade, está mais capacitada para dar respostas capazes de solucionar este problema?

Analisando este gráfico, os militares concordam (**40%**) que a GNR ficou mais capacitada, a partir do momento, que passou a contar nas suas fileiras, militares habilitados com o curso NMUME ficou mais capacitada para fazer face a esta criminalidade.

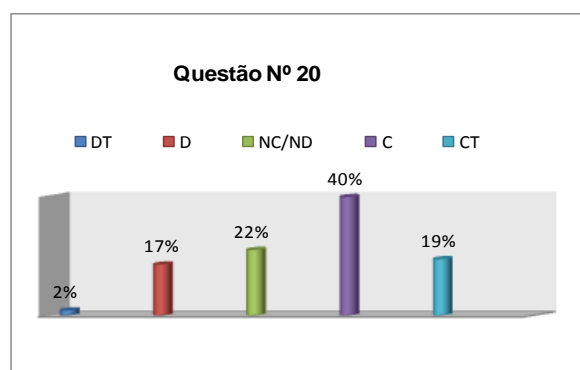


Gráfico D1.13 – Valor percentual relativo à **questão 20 da Parte II**

21- Serão necessárias mais acções de formação para actualizar procedimentos e métodos de actuação para os militares?

O presente gráfico, mostra que os militares (**41%**), defendem que seria fulcral receberem mais acções de formação, tendo em vista, a actualização de procedimentos e actuação perante estes casos.

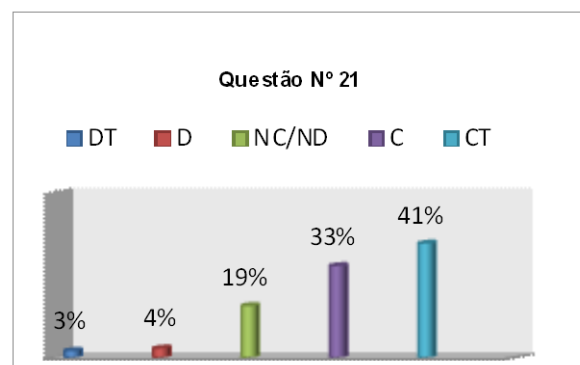


Gráfico D1.14– Valor percentual relativo à **questão 21 da Parte II**

22- A seu ver, as formações que teve forneceram-lhe as ferramentas necessárias para desempenhar a sua função correctamente?

Na última questão, os inquiridos **(32%)** responderam que as formações a que teve acesso, não lhe fornecem as ferramentas necessárias para desempenhar a sua função o melhor possível.

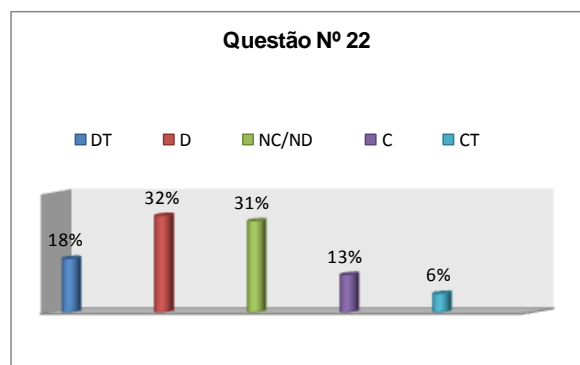


Gráfico D1.15 – Valor percentual relativo à **questão 22 da Parte II**

D2- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TÉCNICOS DA APAV, UMAR E AMCV

PARTE I ²⁹

1- Diga qual a percentagem de vítimas de Violência Doméstica, que quando chegam a instituição de apoio social, já fizeram denúncia numa força de segurança {Guarda Nacional Republicana (GNR)}?

Com a análise deste gráfico, verifica-se que **(40%)** das vítimas de violência doméstica, quando chegam as instituições de apoio à vítima (APAV; UMAR; AMCV), já apresentaram queixa/ denúncia na GNR do agressor.

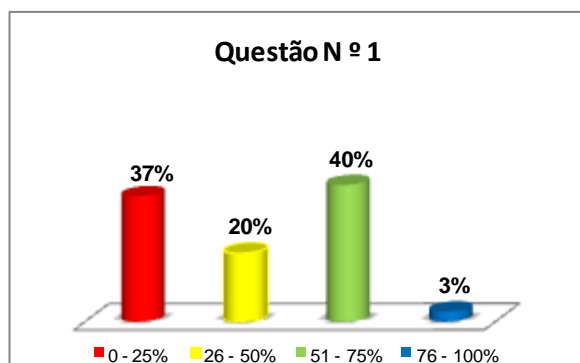


Gráfico D2.1 – Valor percentual relativo à **questão 1 da Parte I**

²⁹ As questões nº 4 e 7 estão analisadas no capítulo 5.

2- Enquanto dão apoio às vítimas, os funcionários que trabalham na associação indicam-lhes que devem ir apresentar queixa/denúncia nas entidades competentes (como por exemplo: GNR)?

Os técnicos das Instituições responderam de uma forma unânime (**100%**), dizendo que estes informam as vítimas que se devem deslocar a uma força policial (GNR, PSP e PJ) para denunciar os crimes que estão a ser cometidos contra si.

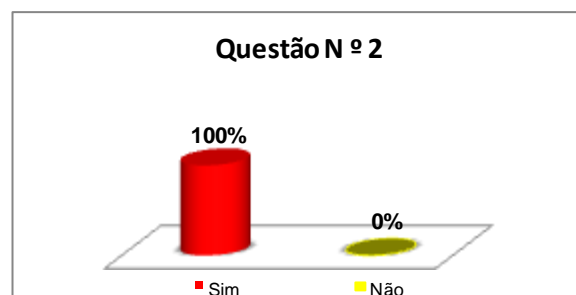


Gráfico D2.2– Valor percentual relativo à **questão 2 da Parte I**

3- A seu ver, entende que os militares da GNR, estão habilitados a lidar com estes casos?

Neste caso, os técnicos que trabalham nas instituições de apoio, responderam que (**77%**) dos militares da GNR não estão habilitados para lidar com casos de violência doméstica, enquanto só (**23%**) dos inquiridos entenderam que sim.

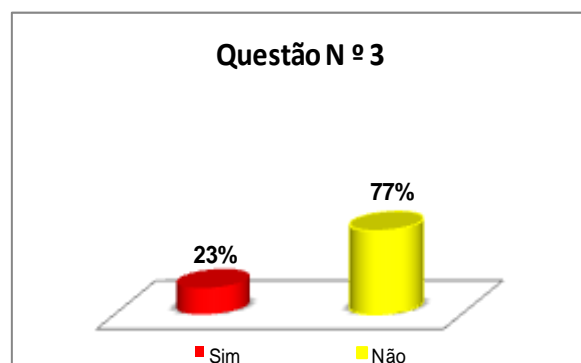


Gráfico D2.3– Valor percentual relativo à **questão 3 da Parte I**

5- Acha importante que houvesse mais apoio às vítimas por parte das Autoridades Policiais?

Nesta questão, os técnicos acham que o apoio que é dado pelas autoridades policiais às vítimas de violência doméstica não é suficiente, em que a totalidade dos inquiridos (**100%**) respondeu que deveria ser dado mais apoio às vítimas.

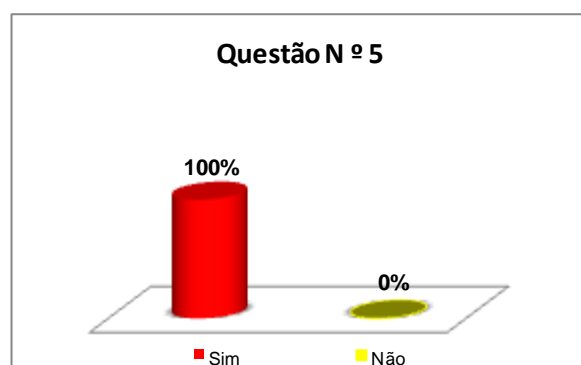


Gráfico D2.4– Valor percentual relativo à **questão 5 da Parte I**

6- Segundo as opiniões que recolhe das vítimas, parece-lhe que estas confiam mais nas Associações de Apoio do que na ajuda por parte dos militares da GNR?

Segundo as opiniões recolhidas pelos técnicos das vítimas, cerca de **(97%)** afirma que não sente confiança nos militares da GNR, não acreditando na ajuda que os militares da GNR possam fornecer à mesma.

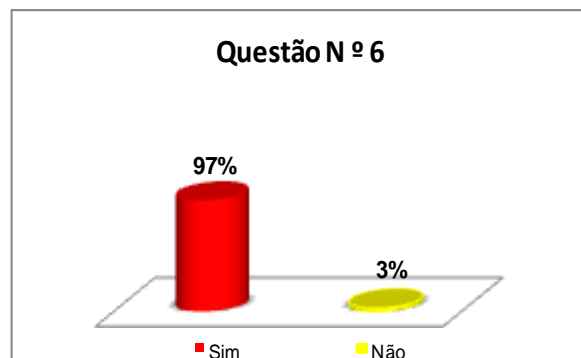


Gráfico D2.5– Valor percentual relativo à **questão 6 da Parte I**

PARTE II³⁰

9- As vítimas contactam as suas Associações de Apoio após de se deslocarem às autoridades policiais (GNR)?

As vítimas depois contactarem as instituições de apoio, **(34%)** contactam as autoridades policiais, enquanto **(47%)** dos técnicos não sabe se as vítimas contactam as autoridades policiais, no sentido de apresentar queixa/denúncia.

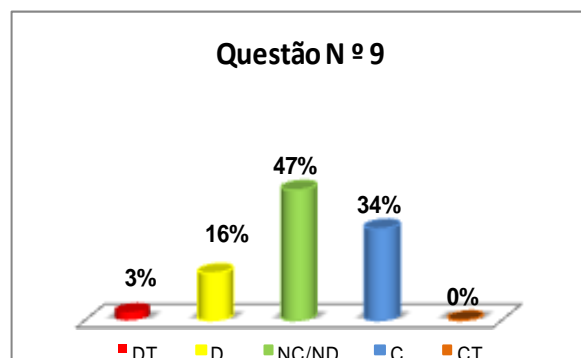


Gráfico D2.6– Valor percentual relativo à **questão 9 da Parte II**

10- Sabe sempre o encaminhamento a dar à vítima?

Os técnicos que trabalham nas instituições, afirmam que sabem dar o encaminhamento à vítima de violência doméstica **(43%)**, informando-as sobre os seus direitos e quais os meios processuais que tem ao seu alcance.

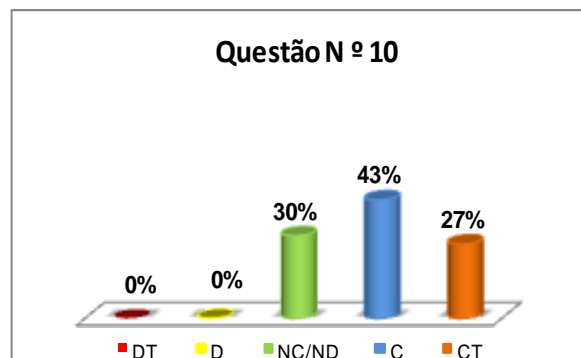


Gráfico D2.7– Valor percentual relativo à **questão 10 da Parte II**

³⁰ As questões nº 8, 12 e 13 estão analisadas no capítulo 5.

11- A vítima chega ao pé de si encaminhada pela GNR?

Relativamente à questão, se as vítimas chegavam às instituições encaminhadas pelos militares da GNR, os técnicos responderam (41%) discordavam que as vítimas chegassem às instituições de apoio encaminhadas pelos militares da GNR.

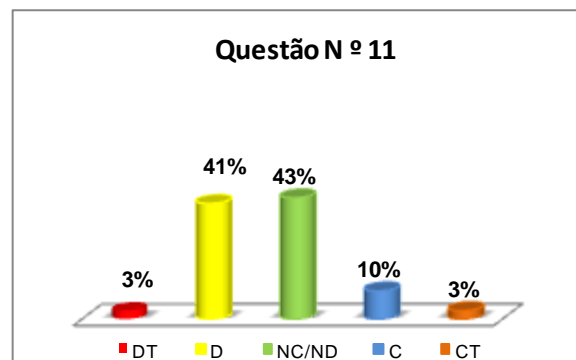


Gráfico D2.8– Valor percentual relativo à questão 11 da Parte II

D3- QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

PARTE I

1- Sexo:

Quase a totalidade dos inquiridos (94%) eram mulheres, enquanto apenas (6%) eram homens. Mais uma vez se verifica que a maioria das pessoas que sofrem de violência doméstica, são do sexo feminino, existindo apenas uma pequena percentagem que são do sexo masculino.

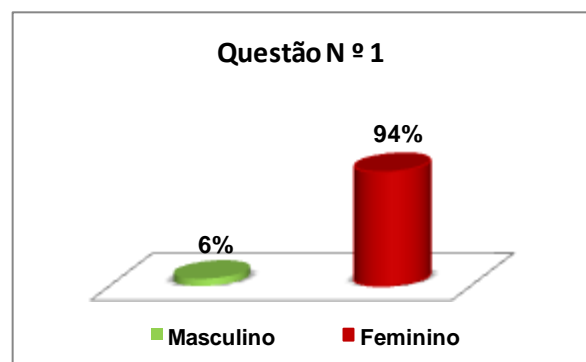


Gráfico D3.1– Valor percentual relativo à questão 1 da Parte I

2- A sua idade está compreendida entre:

Neste gráfico, a maior percentagem (40%) das vítimas que recorrem a estas instituições, tem uma idade entre os 26 e 34 anos. Convém referir, que existe cerca de (29%) das vítimas que têm menos de 25 anos.

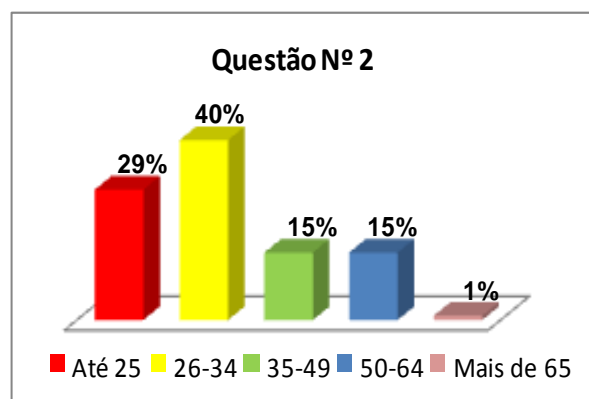


Gráfico D3.2– Valor percentual relativo à questão 2 da Parte I

3- O seu estado civil:

De facto, a maior percentagem de vítimas de violência doméstica, são casadas (**37%**). Assim sendo, estas mulheres são vítimas de violência conjugal. Importa realçar o facto de, (**36%**) dos inquiridos, estar ainda na condição de solteiro.

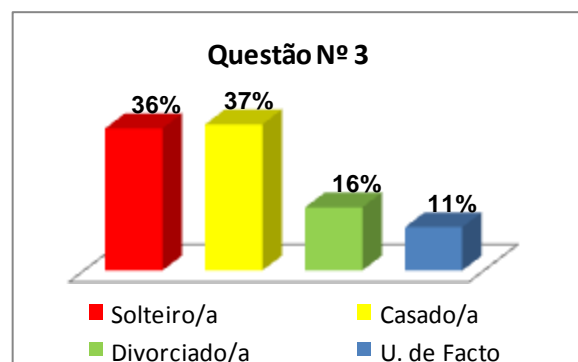


Gráfico D3.3– Valor percentual relativo à **questão 3 da Parte I**

4- Habilitações Literárias:

A grande maioria dos inquiridos, com (**47%**) tem o secundário incompleto, contudo existe (**18%**) das pessoas que têm o secundário completo. Convém referir, que (**5%**) das vítimas tirou uma licenciatura ou mestrado.

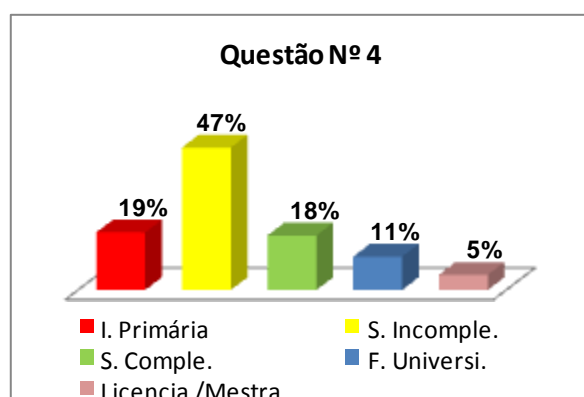


Gráfico D3.4– Valor percentual relativo à **questão 4 da Parte I**

5- Qual a sua situação profissional actual?

Quando questionados, sobre a sua situação profissional, (**55%**) dos inquiridos referiram que actualmente estão na situação de desempregado/a, o que poderá levar a um acréscimo de situações que provoquem condições a ocorrência de agressões. No entanto, cerca de (**8%**) das inquiridas, ainda estão a acabar os estudos, mas já são alvo de violência doméstica.

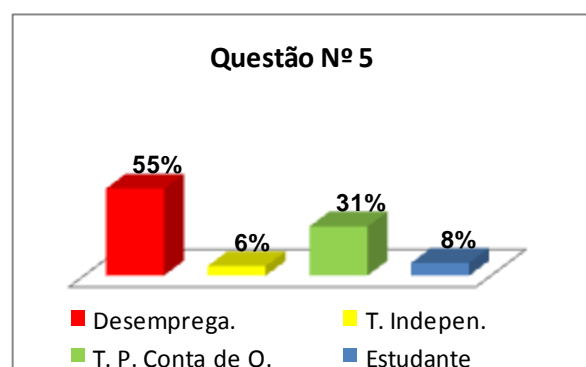


Gráfico D3.5– Valor percentual relativo à **questão 5 da Parte I**

PARTE II³¹

6- Já alguma vez recorreu a uma força de segurança para apresentar uma queixa/denúncia? Se sim, qual?

Neste gráfico, verifica-se que **(77%)** dos inquiridos, recorreu a um Posto ou a uma unidade da Guarda, para apresentar uma queixa/denúncia do agressor. Apenas **(23%)** dos inquiridos, afirmou que foi à PSP denunciar os crimes que foram cometidos sobre si.

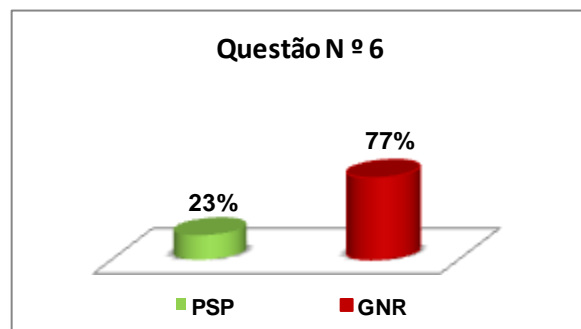


Gráfico D3.6– Valor percentual relativo à **questão 6 da Parte II**

12- Se recorreu primeiro a uma instituição de apoio à vítima (ex: APAV; UMAR e AMCV), estes deram-lhe indicações para apresentar queixa/denúncia nas forças de segurança?

Quando questionados, se quando recorrem a uma instituição em primeiro lugar, antes de se deslocarem a uma força policial, os técnicos dão indicações para se deslocarem às forças policiais para apresentarem queixa/denúncia. **(68%)** dos inquiridos responderem que sim, embora **(32%)** dos inquiridos admitem que os técnicos não lhe dão as indicações necessárias.

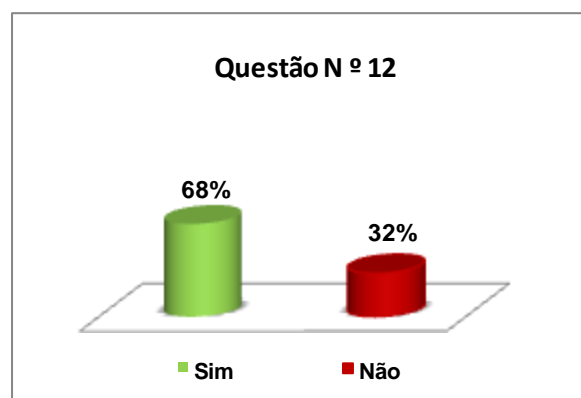


Gráfico D3.7– Valor percentual relativo à **questão 12 da Parte II**

³¹ As questões nº 7,8,9,10,11 e 13 estão analisadas no capítulo 5.

APÊNDICE E – TABELAS CRIADAS COM O PROGRAMA SPSS® VERSÃO 15.0 PARA WINDOWS XP

E1 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS MILITARES DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Parte I

Tabela E1.1 – Resultados obtidos à questão 1 da Parte I

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Masculino	108	97
	Feminino	3	3
Total		111	100

Tabela E1.2 – Resultados obtidos à questão 2 da Parte I

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	0-5 Anos	27	24
	6-11 Anos	19	17
	12-20 Anos	30	27
	21-30 Anos	35	32
	>31 Anos	0	0
	Total	111	100

Tabela E1.3 – Resultados obtidos à questão 3 da Parte I

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Sim	1	1
	Não	110	99
Total		111	100

Tabela E1.4 – Resultados obtidos à questão 4 da Parte I

		Nº Ocorrências	Idade
Validação	Militar NMUME	1	2
	Total	1	

Tabela E1.5 – Resultados obtidos à questão 5 da Parte I

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Guarda	51	46
	Cabo	57	51
	Sargento	3	3
	Total	111	100

Tabela E1.6 – Resultados obtidos à questão 6 da Parte I

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	C. Do Ribatejo	23	21
	Vialonga	27	24
	Arruda	22	20
	Bucelas	15	13
	Tojal	24	22
	Total	111	100

Parte II

Tabela E1.7 – Resultados obtidos à questão 7 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	29	26
	D	45	41
	NC/ND	29	26
	C	6	5
	CT	2	2
	Total	111	100

Tabela E1.8 – Resultados obtidos à questão 8 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	6	5
	D	23	21
	NC/ND	23	21
	C	45	40
	CT	14	13
	Total	111	100

Tabela E1.9 – Resultados obtidos à questão 9 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	5	4
	D	22	20
	NC/ND	21	19
	C	50	45
	CT	13	12
	Total	111	100

Tabela E1.10 – Resultados obtidos à questão 10 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	2	2
	D	1	1
	NC/ND	14	13
	C	59	53
	CT	35	31
	Total	111	100

Tabela E1.11 – Resultados obtidos à questão 11 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	0	0
	D	0	0
	NC/ND	0	0
	C	1	100
	CT	0	0
	Total	1	100

Tabela E1.12 – Resultados obtidos à questão 12 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	13	12
	D	15	13
	NC/ND	25	22
	C	45	41
	CT	13	12
	Total	111	100

Tabela E1.13 – Resultados obtidos à questão 13 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	12	11
	D	40	36
	NC/ND	34	31
	C	20	18
	CT	5	4
	Total	111	100

Tabela E1.14 – Resultados obtidos à questão 14 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	15	13
	D	46	42
	NC/ND	32	29
	C	17	15
	CT	1	1
	Total	111	100

Tabela E1.15 – Resultados obtidos à questão 15 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	13	12
	D	19	17
	NC/ND	41	37
	C	27	24
	CT	11	10
	Total	111	100

Tabela E1.16 – Resultados obtidos à questão 16 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	17	15
	D	28	26
	NC/ND	39	35
	C	19	17
	CT	8	7
	Total	111	100

Tabela E1.17 – Resultados obtidos à questão 17 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	6	5
	D	14	13
	NC/ND	44	40
	C	42	38
	CT	5	4
	Total	111	100

Tabela E1.18 – Resultados obtidos à questão 18 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	6	5
	D	30	27
	NC/ND	52	47
	C	19	17
	CT	4	4
	Total	111	100

Tabela E1.19 – Resultados obtidos à questão 19 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	29	26
	D	19	17
	NC/ND	40	36
	C	20	18
	CT	3	3
	Total	111	100

Tabela E1.20 – Resultados obtidos à questão 20 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	2	2
	D	19	17
	NC/ND	25	22
	C	44	40
	CT	21	19
	Total	111	100

Tabela E1.21 – Resultados obtidos à questão 21 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	3	3
	D	4	4
	NC/ND	21	19
	C	37	33
	CT	46	41
	Total	111	100

Tabela E1.22 – Resultados obtidos à questão 22 da Parte II

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	DT	20	18
	D	36	32
	NC/ND	34	31
	C	14	13
	CT	7	6
	Total	111	100

E2 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS TÉCNICOS DA APAV, UMAR E AMCV

Tabela E2.1 – Nº de questionários respondidos nas Instituições

		Nº Ocorrências	Porcentagem
Validação	APAV	17	57
	UMAR	7	23
	AMCV	6	20
	Total	30	100

PARTE I

Tabela E2.2 – Resultados obtidos à questão 1 da Parte I

	Nº Ocorrência	Percentagem
Validação 0%-25%	11	37
26%-50%	6	20
51%-75%	12	40
76%-100%	1	3
Total	30	100

Tabela E2.3 – Resultados obtidos à questão 2 da Parte I

	Nº Ocorrências	Percentagem
Validação Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Tabela E2.4 – Resultados obtidos à questão 3 da Parte I

	Nº Ocorrências	Percentagem
Validação Sim	7	23
Não	23	77
Total	30	100

Tabela E2.5 – Resultados obtidos à questão 4 da Parte I

	Nº Ocorrências	Percentagem
Validação Sim	4	13
Não	26	87
Total	30	100

Tabela E2.6 – Resultados obtidos à questão 5 da Parte I

	Nº Ocorrências	Percentagem
Validação Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Tabela E2.7 – Resultados obtidos à questão 6 da Parte I

	Nº Ocorrências	Percentagem
Validação Sim	29	97
Não	1	3
Total	30	100

Tabela E2.8 – Resultados obtidos à questão 7 da Parte I

	Nº Ocorrências	Percentagem
Validação Sim	7	23
Não	23	77
Total	30	100

PARTE II

Tabela E2.9 – Resultados obtidos à **questão 8** da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	7	23
	D	8	27
	NC/ND	8	27
	C	5	16
	CT	2	7
	Total	30	100

Tabela E2.10 – Resultados obtidos à **questão 9** da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	1	3
	D	5	16
	NC/ND	14	47
	C	10	34
	CT	0	0
	Total	30	100

Tabela E2.11 – Resultados obtidos à **questão 10** da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	0	0
	D	0	0
	NC/ND	9	30
	C	13	43
	CT	8	27
	Total	30	100

Tabela E2.12 – Resultados obtidos à **questão 11** da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	1	3
	D	12	41
	NC/ND	13	43
	C	3	10
	CT	1	3
	Total	30	100

Tabela E2.13 – Resultados obtidos à questão 12 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	1	3
	D	15	50
	NC/ND	8	27
	C	6	20
	CT	0	0
	Total	30	100

Tabela E2.14 – Resultados obtidos à questão 13 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	DT	7	23
	D	13	44
	NC/ND	10	33
	C	0	0
	CT	0	0
	Total	30	100

E3 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Tabela E3.1 – Nº de questionários respondidos nas Instituições

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	APAV	25	40
	UMAR	17	28
	AMCV	20	32
	Total	62	100

PARTE I

Tabela E3.2 – Resultados obtidos à questão 1 da Parte I

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Masculino	4	6
	Feminino	58	94
	Total	62	100

Tabela E3.3 – Resultados obtidos à questão 2 da Parte I

		Nº Ocorrência	Percentagem
Validação	<25 Anos	18	29
	26-34 Anos	25	40
	35-49 Anos	9	15
	50-64 Anos	9	15
	>65 Anos	1	1
	Total	62	100

Tabela E3.4 – Resultados obtidos à questão 3 da Parte I

		Nº Ocorrência	Percentagem
Validação	Solteira/o	22	36
	Casada/o	23	37
	Divorciada/o	10	16
	União de Facto	7	11
	Total	62	100

Tabela E3.5 – Resultados obtidos à questão 4 da Parte I

		Nº Ocorrência	Percentagem
Validação	Primária	12	19
	S. Incompleto	29	47
	S. Completo	11	18
	F. Universitária	7	11
	Licenciatura	3	5
	Total	62	100

Tabela E3.6 – Resultados obtidos à questão 5 da Parte I

		Nº Ocorrência	Percentagem
Validação	Desempregada/o	34	55
	T. Independente	4	6
	T. P. Conta de Outrem	19	31
	Estudante	5	8
	Total	62	100

PARTE II

Tabela E3.7 – Resultados obtidos à questão 6 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	PSP	14	23
	GNR	48	77
	Total	62	100

Tabela E3.8 – Resultados obtidos à questão 7 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Não Concorde	39	63
	Concorde	13	21
	Concorde Totalmente	10	16
Total		62	100

Tabela E3.9 – Resultados obtidos à questão 8 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Sim	15	24
	Não	47	76
	Total	62	100

Tabela E3.10 – Resultados obtidos à questão 9 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Poucas	42	68
	Suficientes	12	19
	Muitas	8	13
	Total	62	100

Tabela E3.11 – Resultados obtidos à questão 10 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Sim	14	23
	Não	48	77
	Total	62	100

Tabela E3.12 – Resultados obtidos à questão 11 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Sim	15	24
	Não	47	76
	Total	62	100

Tabela E3.13 – Resultados obtidos à questão 12 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Sim	42	68
	Não	20	32
	Total	62	100

Tabela E3.14 – Resultados obtidos à questão 13 da Parte II

		Nº Ocorrências	Percentagem
Validação	Sim	18	29
	Não	44	71
	Total	62	100

APÊNDICE F- ENTREVISTA PARA AS ENTIDADES DA GNR

- 1- Quais os principais obstáculos para o encaminhamento e acompanhamento da vítima de violência conjugal para as instituições competentes aquando da apresentação da queixa/denúncia?
- 2- Estando previsto a existência de uma equipa NIAVE nos comandos territoriais, será suficiente para tomar conta de todos os inquéritos e situações do contexto de violência conjugal?
- 3- Na possibilidade de não existirem militares habilitados com o curso NMUME em determinado Posto Territorial (o que é ainda bastante frequente), acha que os militares da Guarda estão sensibilizados para a problemática, capacitados para receber a queixa/denúncia e dar seguimento adequado e correcto às vítimas?
- 4- Aquando do aparecimento de uma queixa/denúncia, os militares solicitam a intervenção de uma instituição (como por exemplo: APAV; UMAR;AMCV), para a partir desse momento, fornecer todo o apoio às vítimas. Existe, uma boa relação entre a GNR e as instituições, ou seja, existe trocas de informações para recolher informações relativamente às vítimas e aos agressores?
- 5- Será que existem trocas de informações entre a GNR e os outros serviços competentes nesta área?
- 6- É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?
- 7- Por exemplo, a vítima vem apresentar uma queixa/denúncia, mas não quer receber o apoio por parte das instituições competentes. Existe por parte da GNR, um acompanhamento à vítima, ou seja, um policiamento virado para recolher informações e poder identificar futuras agressões?

F1 - Entrevista 1

NOME: Major Carlos Manuel Carraço Luís

FUNÇÃO: Chefe do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), antigo NMUME

DATA/HORA/LOCAL: 09 de Fevereiro de 2009/ 14 Horas/ Comando Territorial de Lisboa

Nota: Esta entrevista não foi alvo de qualquer tratamento literário

1- Quais os principais obstáculos para o encaminhamento e acompanhamento da vítima de violência conjugal para as instituições competentes aquando da apresentação da queixa/denúncia?

R: Os principais obstáculos da Guarda é haver ou não haver vagas nas casas de acolhimento, ou nos locais de acolhimento. Porque nós temos localmente uma lista de locais de acolhimento, temos os contactos, fazemos os contactos e depois é haver ou não haver vaga nesses locais e haver ou não haver vontade das pessoas em querer ir para esses locais. Que muitas vezes essas pessoas também não querem ir para esses locais. E as vítimas são livres de ir ou não. O problema que se põe é os locais mais próximos da residência da vítima estarem ou não estarem ocupados. Se a vítima apresentar queixa e quiser ser reencaminhada para um sítio de acolhimento, que normalmente nos primeiros tempos ou nas primeiras horas, será uma pensão, pelo menos na zona de Lisboa; nós normalmente contactamos o 144, se não tivermos um outro contacto mais pessoal na altura. E normalmente arranja-se um sítio para deslocar a vítima. Se a vítima não quiser, se a vítima ainda antes do contacto para o 144, ou para um local onde se deva conduzir a vítima, tentamos o contacto com os familiares. Porque achamos, que primeiro de tudo devem estar os familiares para tomar conta da vítima. Se depois a pessoa não quiser ir para casa de familiares ou instituições, volta para a residência.

2- Estando previsto a existência de uma equipa NIAVE nos comandos territoriais, será suficiente para tomar conta de todos os inquéritos e situações do contexto de violência conjugal?

R: Isto já não é uma situação nova. Esta situação só é uma situação nova, nos distritos onde havia dois grupos territoriais, e passaram a haver só um com esta reestruturação da Guarda, entre os quais o de Lisboa. O distrito de Lisboa tinha dois grupos, o de Loures e de Sintra, e agora passa a haver só um comando em Lisboa, e das duas equipas NMUME, que

eram o antecedente do NIAVE (havia duas equipas NMUME e agora há só uma equipa NIAVE), se as duas equipas NMUME já eram manifestamente insuficientes para investigar todos os crimes de Violência Doméstica, agora só uma equipa é muito insuficiente. Nós o que já fazíamos do antecedente era as equipas NMUME investigavam os crimes mais complexos (aqueles que era preciso fazer mais diligências, aqueles que tinham uma maior complexidade, porque as equipas tinham pelo menos uma viatura, enquanto que as equipas de inquérito não tinham, eram muito insuficientes. E agora mais insuficiente será, mas de qualquer maneira, as equipas NIAVE, pelo que está no despacho nº 72 do General Comandante Geral, será para extinguir a Violência Doméstica, que em princípio será mais tarde ou mais cedo um encargo do NIC dos destacamentos. A primeira fase do projecto NMUME, era criar os NMUME nos comandos dos grupos territoriais, dos ex-grupos territoriais, e numa segunda fase era colocar um militar com a especialidade ou com a valência NMUME, nos postos mais complicados (na equipa de investigação dos postos mais complicados). Já há uma quantidade enorme de postos que têm um militar com essa valência nos postos, que já poderá acorrer a alguns inquéritos e a auxílio de algumas vítimas, mas também já há alguns militares que entretanto saíram das equipas de investigação e inquérito dos postos para os NIC dos destacamentos. O pessoal vai saltando dessas equipas de investigação ou inquérito dos postos para o NIC dos destacamentos porque normalmente são os melhores, porque o comandante do destacamento conhece melhor. E pelo menos no NIC dos comandos de Lisboa já há alguns militares com o curso de Violência Doméstica (a valência principal será Investigação Criminal e depois haverá uma espécie de sub-curso na área da Violência Doméstica).

3- Na possibilidade de não existirem militares habilitados com o curso NMUME em determinado Posto Territorial (o que é ainda bastante frequente), acha que os militares da Guarda estão sensibilizados para a problemática, capacitados para receber a queixa/denúncia e dar seguimento adequado e correcto às vítimas?

R: Depende da pessoa, é muito difícil dar-te uma resposta definitiva. Eu acredito que determinados militares têm o perfil e recebem bem a pessoa, seja um homem, uma mulher ou uma criança, há outros que tenho as minhas dúvidas que estejam habilitados e capacitados para receber bem uma vítima de Violência Doméstica. Uma crítica que eu faço, que é mais uma auto-crítica aos militares dos postos territoriais é que querem ser pessoas muito independentes, por exemplo, um militar de atendimento, só quando quer é que telefona para o comandante de posto a dizer que tem ali um problema. Muitas vezes o comandante de posto só sabe do que se passou às 19h, 20h, 21h, 22h, no outro dia de manhã quando lá chega (quando lê o relatório do atendimento). E muitas vezes quando lá chega e depara com aquilo, já não tem solução para aquela situação que já devia estar resolvida do antecedente. O que há é as equipas NMUME dos ex-comandos de grupo, e

agora do NIAVE têm um telemóvel a funcionar 24h por dia, que ocorrem ou que deveriam ocorrer, mas o telemóvel normalmente faz uma escala pelo militar que está de serviço 24h que deve ocorrer a essas situações. Os militares recebem e ligam para esta equipa agora existente no comando, e essa equipa é que deve ocorrer ao local. Não tomam conta da ocorrência, mas pelo menos naquele espaço de tempo em que medeia entre a pessoa apresentar a denúncia e vir o apoio de uma instituição de solidariedade social, uma instituição de apoio, está ali aquela equipa da Guarda que tem formação. Mas dentro do próprio destacamento há vários militares de diversos postos, que se as coisas forem bem-feitas, podem ocorrer rapidamente a essas situações. A Chefia de Investigação Criminal fez o diagnóstico dos postos da Guarda onde haveria mais incidência de crime nesta área da Violência Doméstica, e foram os militares destes postos, os primeiros a serem escolhidos para ir fazer este curso na área da Violência Doméstica e foram colocados naquele posto. Se o posto A não tem esse militar, o militar deve contactar o comandante de posto ou comandante de destacamento, ou avança a equipa NMUME, e se a equipa NMUME não estiver disponível, será um militar do posto do lado que tem aquela valência. Há sempre um militar no atendimento que se calhar não se sente capacitado para tratar daquele assunto ou não tem tempo porque o telefone não para de tocar, aparecem mais pessoa, e mesmo que ele queira não tem essa disponibilidade. No NIAVE agora temos um Sargento e três Guardas para acorrerem a esses assuntos (outros assuntos não fazem), o que veio partir esta capacidade do NMUME de intervir mais na fase do apoio de primeira linha e depois nos inquéritos de Violência Doméstica, é uma base de dados de Violência Doméstica que nós carregamos. Nós carregamos todos os crimes praticados na nossa zona de acção de Violência Doméstica é carregada numa base de dados que é gerida pela Direcção Geral de Administração Interna. E quem tem que carregar essa base de dados do ano de 2008, 2009 ainda não sabemos como é que vai ser feita, tem sido feita pessoal do NMUME. O pessoal NMUME ao fazer isso perde muita capacidade de intervir noutras áreas. É muito complicado carregar todos os crimes, eu posso dizer que no ano passado Loures teve cerca de 400 crimes de Violência Doméstica e Sintra teve perto de 500 crimes. Já viste o que é carregar quase 900 autos. É carregar o auto de fio-a-pavio, e o auto de violência doméstica é uma coisa enorme. E desde que esta base de dados entrou em vigor não tem sido fácil.

4- Aquando do aparecimento de uma queixa/denúncia, os militares solicitam a intervenção de uma instituição (como por exemplo: APAV; UMAR;AMCV), para a partir desse momento, fornecer todo o apoio às vítimas. Existe, uma boa relação entre a GNR e as instituições, ou seja, existe trocas de informações para recolher informações relativamente às vítimas e aos agressores?

R: Muitas vezes é difícil, porque muitas instituições não estão na zona de acção onde é apresentada a queixa. Nós já tivemos queixas apresentadas na Lourinhã, e depois vimos a

saber anos mais tarde no decorrer do inquérito, que as pessoas estão institucionalizadas na zona de Santarém. Não se torna assim muito fácil saber para onde foram as pessoas, nomeadamente quando as pessoas vão para uma casa de acolhimento, também há ali um secretismo em saber para onde essas pessoas foram. A ideia é mesmo essa, as pessoas são levadas dali, a maior parte das vezes chega-nos o outro conjugue alguns dias mais tarde a apresentar uma queixa que a mulher ou o marido fugiu de casa ou foi raptada e levou as crianças, e nós ficamos um bocado sem saber o que fazer porque nem sabemos para onde é que elas foram, não sabemos para onde é que a instituição levou aquelas pessoas. Não são situações complicadas, porque há sempre alguém que saiba, ou seja, se nós formos ao tribunal, com certeza absoluta no processo no tribunal, sabe para onde é que aquelas pessoas foram. Porque não se pode levar ninguém para um sítio qualquer sem que se saiba no processo. Porque às vezes tem que haver um bocado de secretismo nestas coisas da Violência Doméstica.

5- Será que existem trocas de informações entre a GNR e os outros serviços competentes nesta área?

R: Temos aqui duas coisas distintas; É apresentada a queixa, as pessoas são levadas para uma instituição, e possivelmente nós durante um tempo largo somos capazes de não saber nada daquelas pessoas, porque entretanto foram institucionalizadas num sítio qualquer que não sabemos. Isso é perfeitamente possível acontecer. Agora o que eu te posso dizer é que existe uma relação muito boa entre a GNR com todas as instituições que trabalham na área da Violência Doméstica em termos abstractos, em termos de trabalho, no trabalho do dia-a-dia. Tanto que no curso que nós temos na escola prática neste âmbito da Violência Doméstica, ou na sub especialização, são todas essas instituições que vão lá dar formação aos nossos militares. Vai lá a APAV, vai lá a Associação de Mulheres Juristas, vão lá uma quantidade de instituições dar formação ao pessoal, e logo ali se formam algumas amizades e há alguns circuitos personalizados para ultrapassar essa situação. Mesmo com o Instituto de Medicina Legal, vai lá uma Assistente Social do Instituto de Medicina Legal. E essa situação ultrapassa-se com alguma facilidade. Agora o que te posso dizer é que as vezes num processo concreto, por exemplo, se a denúncia é apresentada num posto, se o processo vai chegar aos NMUME quinze dias depois. Naquela fase de transição do posto para o NMUME é muito possível que a Guarda não saiba para onde foram aquelas pessoas. Quando o processo chega aos NMUME depois começasse a tentar andar para a frente, e depois o pessoal tem que ir saber onde foram as pessoas, e crianças para continuar o inquérito. Às vezes mesmo com as equipas NMUME ficamos sem saber para onde as pessoas foram institucionalizadas. Era mais fácil se as equipas NMUME conseguissem ocorrer a todas as situações em tempo útil. O que não é fácil. Na minha opinião pessoal, é que se calhar teremos que fazer ao NMUME aquilo que foi feito ao NIC, o Núcleo de

Investigação de Crime de Droga; passar a Droga para os destacamentos. Repara se nós tivermos aqui 3 militares, sediados em Lisboa, muito dificilmente esses militares conseguem chegar a zona da Lourinhã, que é no extremo Norte Oeste do distrito, onde efectivamente há muitos casos de Violência Doméstica. Por exemplo há Castanheira do Ribatejo, ou mesmo Azambuja, não é fácil esses 3 militares conseguirem chegar a tempo. As vítimas ainda ficavam mais tempo à espera dos militares que se deslocam de Lisboa ao local. A ideia será haver, mais tarde ou mais cedo, haver um militar especializado em cada posto. E esse militar de cada vez que há qualquer coisa de violência Doméstica terá que ser chamado. Ele terá que ser logo a primeira pessoa da Guarda a entrar em contacto com a vítima. Mais tarde ao mais cedo teremos que ir por aí. Tanto mais que houve neste despacho nº 72 do nosso General de Dezembro do ano passado, vem lá que o NIAVE será uma valência a extinguir. A equipa NIAVE extingue mas a Guarda continua nos destacamentos e postos. A formação nunca vai acabar. A formação continua, agora quem trata destas temáticas da violência Doméstica não será o comando territorial, mas desço o escalão e será o destacamento e posto. É uma situação muito mais restrita, muito mais perto. O NIC de uma maneira geral tem duas, três viaturas. É passar tudo para o NIC, Droga, furtos e Violência Doméstica.

6- *É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?*

R: Sem ser no âmbito de um processo-crime, há processos que decorrem no âmbito das comissões de protecção de menor, onde a GNR também tem assento, e há crianças que são suspeitas de serem vítimas de maus tratos e esses processos correm perfeitamente dentro dessas instituições. E a GNR tem conhecimento e tenta saber o que se passa dentro da família. E socorre as organizações que nos pedem apoio. Nem só a Violência Doméstica corre no processo-crime, também corra fora do processo-crime, nomeadamente do âmbito das comissões de protecção de menores.

7- *Por exemplo, a vítima vem apresentar uma queixa/denúncia, mas não quer receber o apoio por parte das instituições competentes. Existe por parte da GNR, um acompanhamento à vítima, ou seja, um policiamento virado para recolher informações e poder identificar futuras agressões?*

R: Muitas vezes. Se me perguntares, nas zonas muito urbanas isso é fácil de fazer? Não é. Com o controlo social nas zonas Urbanas não, mas nas menos Urbanas isso faz se muitas vezes. Agora o problema que se põe é o problema do agressor estar disposto ou não estar disposto, ou “ter medo ou não ter medo” das atitudes da GNR ou da própria justiça. Muitas vezes o próprio agressor não tem qualquer receio daquilo que lhe pode acontecer. Agrediu o parceiro uma vez e sabendo que o parceiro pode vir ao posto da Guarda apresentar queixa

e pode voltar para casa e ser agredido novamente. O que as pessoas vítimas de Violência Doméstica, muitas pessoas, não estou a dizer todas, mas muitas pessoas não se querem separar da pessoa que as agride ou dos filhos se os houver. A pessoa simplesmente quer deixar de ser agredida, quer é viver com fulano tal, quer viver lá, quer viver em paz, quer viver descansada, que eu até gosto daquela pessoa, mas até o fulano bate nos filhos na mulher, porque apanhou uma bebedeira ou simplesmente está chateado. Mas isso não é uma desculpa. O que as pessoas muitas vezes não querem é separar-se, só não querem é ser agredidas. Que tem a sua razão de ser. Se me disseses que assim não temos possibilidade de ajudar a pessoa, teremos que recorrer a outra forma, falando com o agressor, muitas vezes nos ambientes mais pequenos o agressor até conhece o Guarda, o Comandante de posto tem alguma ascendência sobre as pessoas daquela zona, vai falando com eles, dizendo que aquilo não é maneira de tratar as pessoas. E algumas vezes consegue-se fazer. Enquanto, nas zonas mais urbanas é muito difícil de fazer. Surgem casos que temos queixas duas e três vezes por semana, e muitas vezes o que acontece é um fenómeno de transferência, em que a patrulha de ocorrências vai ao local, muitas vezes ligam-nos a informar que há um caso de violência doméstica num determinado local, a patrulha desloca-se ao local e daqui a pouco quem está a ser agredido são os próprios militares. Ele ou ela deixou de agredir o companheiro e começa a agredir os militares, como já se tem verificado em casos de violência doméstica de militares agredidos quando chegam ao local. Com esta alteração da lei está mais fácil a detenção do indivíduo, mas quando não seja flagrante delito não é fácil partir para a detenção. Não é fácil interpretar esta lei. Pela experiência que já tenho nestes processos em concreto, muitas pessoas partem para as queixas de violência doméstica, para se divorciarem, para tentar um divórcio mais favorável em termos económicos, ficar com a custódia dos filhos, ficar melhor na partilha da casa e dos bens comuns. Há coisas na área da violência doméstica essencialmente psicológicas e no final do processo, no relatório final, acusamos a vítima, ou a falsa vítima de prestar falsas declarações do início ao fim. Às vezes também podemos errar, mas pelas provas que fomos carregando para o processo, com as pessoas que nós fomos ouvindo, e por isso tudo muitas vezes a própria vítima é acusada de falsas declarações desde o princípio.

F2 - Entrevista 2

NOME: Major António Alfredo Rodrigues Pereira

FUNÇÃO: Ex-Chefe da Secção Investigação Criminal do Grupo Territorial Loures/ Actualmente desempenha as funções de Chefe da Repartição de Investigação Criminal do Comando Territorial de Lisboa

DATA/HORA/LOCAL: 12 de Fevereiro de 2009/ 11Horas/Ex-Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira

Nota: Esta entrevista não foi alvo de qualquer tratamento literário

1- Quais os principais obstáculos para o encaminhamento e acompanhamento da vítima de violência conjugal para as instituições competentes aquando da apresentação da queixa/denúncia?

R: Relativamente ao encaminhamento. Efectuamos os contactos com as instituições. Esses contactos fazem-se consoante aquilo que se suscitar pertinente, e que a vítima vier apresentar em termos concretos, e que se afigurar necessário. Para fazer face a alguma necessidade ou até a algum perigo. Esses contactos fazem-se com as instituições, quer públicas quer privadas, que possam dar uma resposta quantitativamente válida quanto a esta questão. Faz-se normalmente de uma forma simples, de uma forma prática, de uma forma muito rápida, desde que esse contacto ocorra no período entre as 9h e as 17h do dia útil. Quando saímos deste âmbito por norma, deparamo-nos com alguma dificuldade, numa ou outra instituição funciona com um horário um pouco mais alargado. Todavia, a esmagadora maioria acaba por não estar disponível, nem linhas de apoio estão disponíveis a partir das 17h, e fim-de-semana por norma não estão. O que se faz também neste aspecto, e quando se depara com uma situação de maior gravidade, é muitas vezes tentar envolver o ministério público para tentar encontrar uma solução. Só que por aí o delegado do ministério público não tem uma norma, não tem nenhum local, não tem para onde encaminhar a vítima, nem um sítio para onde a senhora vai, nem ele próprio pode estar a decretar uma medida de coação para o agressor, etc. Uma vez que isso só pode ser decretado se for suscitada essa pertinência no âmbito do processo pelo juiz no âmbito do processo. Por isso essa acaba por ser uma dificuldade acrescida, enquanto a Guarda está disponível 24h por dia. E depois as instituições nem sempre têm essa capacidade em termos de apoio e encaminhamento dos técnicos. Não é que não tenham locais em

funcionamento de abrigo, ou casas de abrigo a funcionar. Todavia técnicos e quem assume a responsabilidade por qualquer tipo de apoio não existe.

Relativamente ao encaminhamento feito no posto pelos militares, só é espectável que seja um encaminhamento correcto, se for feito por quem tem habilitações. Não se pode esperar que no âmbito de uma área tão complexa, tão específica, e tão debilitada, que haja alguém que não tem habilitação, que não tenha uma formação adequada venha a ter condições. E não basta ter sensibilidade, é preciso ter algum domínio sobre a forma de abordagem. Não é expectável que uma pessoa que não tenha de facto formação, consiga só porque tem uma sala já para acompanhar a vítima que tem algum enquadramento, em que a pessoa se irá sentir minimamente confortável. Pode faltar tudo o resto, e se falta tudo o resto, falta a empatia, falta gerar muitas vezes um clima e um ambiente de confiança, e um ambiente de diálogo que permita a pessoa, acreditar e obter algum tipo de respostas qualitativamente válidas que sejam de facto úteis e oportunas. Portanto a formação e militares habilitados para receberem este tipo de denúncia é qualquer coisa que é muito demente. Tem se procurado em todos os postos que têm militares habilitados, e a esmagadora maioria dos postos. Aqui o grupo territorial de Loures, só tem um posto neste momento que não tem um militar habilitado, que é o posto da Merceana, mas está neste momento já fez provas psicotécnicas, portanto é uma questão de tempo. Todavia todos os outros postos têm militares habilitados nas equipas de investigação e inquérito. Perante qualquer situação ou qualquer denúncia, esses militares deverão ser chamados para receberem a queixa, e fazerem o acompanhamento. Eles próprios se avaliam a situação com um nível de gravidade ou para além daqui que esta à sua disponibilidade. Vêm a solicitar o apoio dos militares que estavam (até 31 de Dezembro), que era o modelo que funcionava com o modelo NMUME, solicitam a comparência dos militares NMUME para o local. Havia por isso um telefone disponível, o chefe dos NMUME tinha um telefone e quando era necessário ocorria às situações, fazia o acompanhamento, e muitas vezes contactava-me a mim, tentava se encontrar um caminho, alguma solução. Muitas vezes era necessárias medidas protocolares de polícia, era preciso preservação de algum tipo de provas, era preciso encaminhar as pessoas para fazer exames médicos, etc. Há portanto muitas medidas que tinham que ser tomadas logo na altura, e tinham que ser avaliadas. Tudo isto, porque toda a sua complexidade, bem é óbvio que este tipo de serviço tem que ser desempenhado por quem tem formação, quem tiver habilitações específicas, quem tiver condições para efectuar um serviço efectivamente válido, e não hipotecar a investigação, que de facto venha a colocar todas as questões no lugar próprio, venha a conseguir preservar meios de prova, venha a conseguir logo em tempo oportuno fazer as diligências adequadas. Só se faz para efeitos de assegurar a investigação, quem tiver condições para o fazer, e só se presta um serviço qualitativamente válido quem tiver qualificações e sensibilidade decorrente de toda essa formação.

2- Estando previsto a existência de uma equipa NIAVE nos comandos territoriais, será suficiente para tomar conta de todos os inquéritos e situações do contexto de violência conjugal?

R: Eu penso que não é suficiente, nem é desejável. Não é desejável que seja a equipa NIAVE num comando territorial a tomar conta de todas as investigações, ou seja, na dimensão de um comando territorial, de um distrito, ser só uma equipa a fazer essas investigações todas; haverá por ventura distritos em que isso poderá ser viável; mas num distrito como Lisboa não será muito viável; no distrito de Lisboa há muito mais do que uma centena de processos a decorrer em simultâneo, e projectar estes elementos para investigação, é uma dispersão muito grande. Parece-me que o princípio que tem que presidir a esta questão, também de algum afastamento de alguns militares com formação NMUME, as estruturas, a hierarquia em graus, acima dos postos, terá que ser para possibilitar a intervenção em situações mais difíceis, mais complexas, em que efectuada uma triagem, ou suscitada questões que careçam de mais alguma intervenção um pouco mais trabalhada, terá que ser nesse sentido. Na minha opinião devíamos ter mais técnicos, mais militares habilitados nas equipas dos postos, serem eles a fazerem as investigações, serem eles a fazer todas as diligências que sejam legadas pelo tribunal no âmbito do processo e ainda toda a preservação dos meios de prova que sejam numa primeira fase, e avaliadas situações mais complexas ou que careçam de intervenção mais urgente aí é que já seria pertinente as equipas NIAVE, num escalão acima, ou dois escalões acima, como é o caso do comando territorial face ao posto, depois virem a intervir em situações que de facto justifiquem a sua intervenção. Todavia penso que seria pertinente que a Guarda pensasse seriamente nesta questão, e comesse a pensar numa preparação técnica diferente e diferenciada dos militares que prestam este apoio no escalão superior. Neste momento o que nós temos é militares na equipa de investigação do posto com formação NMUME, e militares no comando territorial com formação NMUME. Parece pertinente que estes militares que estão num escalão acima, nós consigamos dar alguma formação, quer do âmbito psicossocial, quer de assistência social, qualquer ordem de abordagem que lhes dê uma mais-valia efectiva, que não seja só terem maior disponibilidade para os casos mais graves e terem porventura neste patamar militares com mais experiência, mas também terem alguma formação e capacidade intervenção também um pouco ainda mais habilitado. Penso que deverá ser o caminho a seguir, e a seu tempo será proposto.

3- *Na possibilidade de não existirem militares habilitados com o curso NMUME em determinado Posto Territorial (o que é ainda bastante frequente), acha que os militares da Guarda estão sensibilizados para a problemática, capacitados para receber a queixa/denúncia e dar seguimento adequado e correcto às vítimas?*

R: De todo não. De resto isso já foi respondido na outra questão de uma forma mais ou menos elaborada, mas já agora só concretizar e dar alguns exemplos. O auto de notícia de violência doméstica, tem também o que se chama um relatório de avaliação de risco, há um documento que é preciso elaborar para permitir avaliar de facto o risco que a vítima corre, e por essa via melhor habilitar as autoridades, nomeadamente as autoridades judiciais, das medidas urgentes e concretas. Esse expediente só pode ser elaborado por quem tiver conhecimento de causa, e a própria terminologia tem algumas abordagens mais concretas. E é preciso ter sensibilidade e percepção do que se quer perguntar para obter cada uma daquelas respostas. De todo não é possível ser feito por quem não sabe fazer. Depois há toda uma questão que já se falou, que é a questão da sensibilidade. Temos que expirar a um modelo que seja o mais perfeito possível e que se afaste o mais possível do modelo antigo, em que as pessoas iam apresentar queixa ao balcão onde estava toda a gente a ouvir, e aliás quando se falava destas questões toda a gente suscitava muita curiosidade, e calava-se tudo para se ouvir o que a pessoa se estava a queixar. Cada vez mais nos estamos a afastar desse modelo e a ser capaz de fazer alguma coisa em que as pessoas se sintam verdadeiramente acolhidas e protegidas dentro deste contexto.

4- *Aquando do aparecimento de uma queixa/denúncia, os militares solicitam a intervenção de uma instituição (como por exemplo: APAV; UMAR;AMCV), para a partir desse momento, fornecer todo o apoio às vítimas. Existe, uma boa relação entre a GNR e as instituições, ou seja, existe trocas de informações para recolher informações relativamente às vítimas e aos agressores?*

R: Boas relações existem seguramente. Até inclusive se pode dizer que existe uma enorme sensibilidade de todas essas instituições, também elas vocacionadas para esta problemática em concreto. Diria que naturalmente fruto dos técnicos, dos propósitos dos princípios de que estão guarnecidos muitas vezes são para nós uma ajuda até na intervenção técnica mais pertinente. Não qualquer tipo de dificuldade. A dificuldade apenas se prende com o horário de funcionamento. Estas instituições acolhem, fazem, mas não descartam qualquer tipo de abordagem feita por qualquer vítima. Temos boas referências.

5- Será que existem trocas de informações entre a GNR e os outros serviços competentes nesta área?

R: Seguramente que existe. A GNR no âmbito das investigações, no âmbito dos inquéritos que nos são delegados pelo tribunal, a Guarda solicita informação as entidades. Por exemplo quando suscita que um determinado agressor tem qualquer tratamento, designadamente quando faz ameaças com qualquer tipo de arma, por norma se for designadamente de fogo, procura-se logo saber junto da PSP se tem armas em seu nome, ou se são armas clandestinas, quantas tem, enfim, há toda uma informação que é tratada a este nível sempre que suscita dentro do processo de investigação. Agora esta troca de informações existe de facto desta forma tendo em conta depois cada situação em concreto que é suscitada no âmbito de cada investigação. Não é tanto no âmbito preventivo, no âmbito preventivo o que se fazem são acções de sensibilização, mas no âmbito do OPC em concreto depois é investigar, e investigar remete para informações sobre coisas em concreto. Depois há também a implementação da base de dados sobre violência doméstica, que funciona na dependência do MAI, aliás que é descarregada no MAI. Naturalmente todos os OPC's remetem para lá informação, que naturalmente poderá ser partilhada há Guarda. E nestes termos em concreto não deverá chegar mais-valias deste tipo de informação, não há ainda feedback para melhorar a investigação, todavia há essa base de dados que já carrega muito e muitos elementos. Por outro lado o que existe também no âmbito de cada investigação, desde que seja possível perceber que já houve outras apresentações de queixas. Faz-se uma pesquisa junto das autoridades judiciais, junto dos órgãos de polícia criminal, da própria Guarda, tentando canalizar informação de queixas apresentadas da mesma vítima contra o mesmo agressor, ou eventualmente sobre aquele agressor por outras vítimas, caso essa informação seja possível que venha no processo. Porque nem sempre é possível de cada vez que vem uma queixa irmos saber se já houve alguma coisa sobre isso, e até seria num sistema que nos desse logo essa informação cruzada. Uma vez que ele não existe, até ao momento o que se faz, é quando no processo vimos a perceber que já houve mais episódios, e já houve mais queixas, portanto naturalmente vai-se procurar cruzar essa informação, solicitando onde ela possa ter entrado que nos dê essas referências. Finalmente o que existe também são algumas comunicações, por exemplo junto dos centros de saúde ou nos hospitais, quando a vítima vem dizer que já foi agredida mais vezes, e que foi assistida mas não apresentou queixa, tendo dado desculpas de outra ordem, e por aí procura-se junto dessas entidades obter essa informação, que venha ela também ser enriquecedora para o âmbito do processo, para aquilo que está em causa, embora possa não ser directamente relacionada com a queixa, mas terá que ter a ver com crime em si. De uma forma continuada.

6- *É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?*

R: Respondido na questão n.º 5.

7- *Por exemplo, a vítima vem apresentar uma queixa/denúncia, mas não quer receber o apoio por parte das instituições competentes. Existe por parte da GNR, um acompanhamento à vítima, ou seja, um policiamento virado para recolher informações e poder identificar futuras agressões?*

R: Essa questão tem duas vertentes. Em primeiro lugar a questão das pessoas não quererem ser encaminhadas para instituições, isso é muito frequente, as pessoas muitas vezes vêm apresentar queixa com uma frequência muito grande e depois retiram-na, ou vêm apresentar queixa e dizem que não querem nada contra o agressor, só querem que ele não as agrida, e depois desistem do procedimento, muitas vezes, enfim. As diligências e a falta de uma atitude contundente e determinada para a investigação por parte da vítima muitas vezes não existe, é muito frequente. Relativamente quanto aquilo que a Guarda pode fazer pelas vítimas, a Guarda tem que fazer um policiamento de uma forma geral que não permite andar a fazer acompanhamentos individuais e concretos, a menos que ocorra de uma ordem de uma autoridade judiciária, ou de qualquer outro contexto muito particular, não temos rigorosamente capacidade para fazermos esse tipo de acompanhamento. Por norma fazem-se as diligências investigatórias, move-se no processo as investigações a autoridade judicial, e solicitam-se as acções que concretamente possam levar à resolução ou apaziguamento do problema, e efectuam-se inclusivamente buscas domiciliárias para apreensão de determinados objectos que possam constituir perigo, ou que possam por em causa a integridade física da vítima, possam servir inclusive de prova para o processo ou não. Mas fora dessas acções mais concretas é evidente que numa ou noutra circunstância ao posto é indicado alguma especial atenção, mas isso é qualquer coisa que a um policiamento mais cuidado que pode porventura. Não há um acompanhamento, neste sentido de acompanhar, é só um acompanhamento meramente preventivo, e não de outra índole porque não temos capacidade para isso, como é evidente. Por isso é que há mecanismos no código do processo penal que permitem aos tribunais aplicar medidas que podem ir até a prisão preventiva, mas de todo pode ser o afastamento do agressor, o que muito poucas vezes acontece e isso porventura é um dos grandes problemas do nosso sistema, é que ainda não há prática abundante de decisões judiciais decretarem o afastamento do agressor de casa, esse é o grande problema. Por norma há o afastamento da vítima, a vítima é duplamente penalizada por estas questões, as vítimas, que muitas vezes são os filhos que muitas vezes são envolvidos. É muito raro o tribunal decretar o

afastamento do agressor. E essa medida resolvia rapidamente uma série de questões. Implicaria uma necessidade de acompanhamento, numa primeira fase os órgãos de polícia criminal, as forças de segurança de forma a garantir o cumprimento dessas decisões, e também evitar que houvesse ali algum tirar de esforço numa situação emocional mais agravada, numa fase inicial. Todavia essa ainda não vai ser uma prática, e vai sendo apenas o policiamento preventivo com mais algum cuidado dirigido, sem que isto se possa considerar algum acompanhamento directo. Não, a vítima está protegida por nós, isso não é possível, isso era segurança pessoal. E dentro do domicílio isso era muito mais complicado e inacessível.

F3 - Entrevista 3

NOME: Capitão Paulo Miguel Lopes de Barros Poiares

FUNÇÃO: Comandante do Destacamento Territorial de Vialonga/ Vila Franca de Xira

DATA/HORA/LOCAL: 10 de Fevereiro de 2009/ 17Horas/ Destacamento Territorial de Vialonga/ Vila Franca de Xira

Nota: Esta entrevista não foi alvo de qualquer tratamento literário

1- Quais os principais obstáculos para o encaminhamento e acompanhamento da vítima de violência conjugal para as instituições competentes aquando da apresentação da queixa/denúncia?

R: Com base na minha experiência, na minha função, a maior dificuldade é a questão dos horários das instituições, que depois estão fechadas a partir das 17h. Há os números de urgência que fazem o encaminhamento mas depois não é tão célere como desejávamos. O processo de decisão muitas vezes não está disponível. Era necessário alguém que nos ajudasse na decisão ou arranje os mecanismos mais rápido para dar apoio à vítima.

2- Estando previsto a existência de uma equipa NIAVE nos comandos territoriais, será suficiente para tomar conta de todos os inquéritos e situações do contexto de violência conjugal?

R: Não é suficiente, porque se esse núcleo tem a responsabilidade de apoio à vítima, não é em Lisboa que vai conseguir fazer um atendimento. Depois estamos a falar de uma grande área, que é o distrito de Lisboa, que são cinco destacamentos territoriais. Ou é uma grande equipa que consiga estar em cinco destacamento e cada destacamento com cinco postos. E de acordo com as informações que há 800 autos. Só para introduzir 800 autos, de certeza que é necessário esses militares estarem empenhados nisso. Quando na realidade se calhar o serviço onde eles deveriam estar era junto aos postos para atenderem as vítimas.

3- *Na possibilidade de não existirem militares habilitados com o curso NMUME em determinado Posto Territorial (o que é ainda bastante frequente), acha que os militares da Guarda estão sensibilizados para a problemática, capacitados para receber a queixa/denúncia e dar seguimento adequado e correcto às vítimas?*

R: Sensibilizados eles estão, agora capacitados se calhar não. Normalmente o que eles fazem, é quando é uma situação que sai do fora do normal, no caso de uma vítima de violência doméstica, entra em contacto com o comando de posto. Aí vão buscar as capacidades, depois ele dá o encaminhamento que é preciso fazer, e estabelecem as divisórias do que deve ser tomado para dar o apoio à vítima. Os militares estarão sensibilizados para a situação, mas muitas vezes não estão capacitados para dar resposta, nem a sensibilidade humana para lidar com a situação. Uma coisa é estar sensibilizado com o crime que é, outra é ter sensibilidade humana e ter essa formação em específico. A forma de falar com a pessoa. As indicações que existem neste destacamento, é o militar da guarda quando sentir alguma dificuldade nestas situações, ligar para o comandante de posto.

4- *Aquando do aparecimento de uma queixa/denúncia, os militares solicitam a intervenção de uma instituição (como por exemplo: APAV; UMAR;AMCV), para a partir desse momento, fornecer todo o apoio às vítimas. Existe, uma boa relação entre a GNR e as instituições, ou seja, existe trocas de informações para recolher informações relativamente às vítimas e aos agressores?*

R: Há boas relações, agora essa troca de informação, não sei se é as próximas estatísticas, não tenho ninguém a questionar me, ou fazer-me perguntas. Assim como quando chega ao próprio processo-crime, quando se chega ao tribunal, institucionalmente não existe.

5- *Será que existem trocas de informações entre a GNR e os outros serviços competentes nesta área?*

R: Se calhar vai havendo mais através das comissões de protecção crianças e menores, que têm aquela capacidade de acompanhar a criança, do que propriamente essas instituições. Se calhar há tantas mulheres a serem agredidas como há crianças. E se justifica as comissões de protecção de crianças também se justifica as de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica.

6- *É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?*

R: É normal as instituições pedirem-nos informação, agora relativamente à violência doméstica não.

7- Por exemplo, a vítima vem apresentar uma queixa/denúncia, mas não quer receber o apoio por parte das instituições competentes. Existe por parte da GNR, um acompanhamento à vítima, ou seja, um policiamento virado para recolher informações e poder identificar futuras agressões?

R: Na maioria dos casos não existem. Dependem também da forma como os factos da violência, porque eu tenho situações práticas que aconteceram e após termos a informação de que era uma pessoa que tinha sido agredido e queria voltar a casa, foi dada uma atenção especial e foi dada a indicação à patrulha para passar lá, e tentar perceber pelo ruído, mas não são situações generalizadas. São situações pontuais de acordo com o que se vai passando. Existem as vítimas que saem logo de casa e vão para casa de familiares por iniciativa própria, e aí, deixa de haver a nossa preocupação no caso. Nós tentamos através do pessoal do posto que ela vá para uma instituição, ela não quis, quis voltar para casa, e depois de a própria patrulha já lá ter ido durante a ocorrência e aperceber-se realmente da situação. Foi o quase flagrante delito. Só quando nos apercebemos da existência de uma situação de risco eminente.

APÊNDICE G – ENTREVISTA À APAV, UMAR E AMCV

- 1- Existem trocas de informações entre as instituições e a GNR? De que forma?
- 2- No seu entendimento, deveria existir uma cooperação mais abrangente entre as instituições e as forças de segurança?
- 3- No caso em que a vítima decide regressar a casa, a instituição comunica à força de segurança da área de onde vive a mesma, para verificar se continua a ser alvo de agressões?
- 4- É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?
- 5- No caso em que a vítima primeiramente se desloque à instituição para solicitar apoio (social, jurídico, psicológico), é informada a força de segurança da área de onde vive, sobre este caso?
- 6- Acha que os militares com o curso NMUME (Núcleo Mulher e Menor) da GNR, detêm as qualidades técnicas para tomarem conta destes casos?

G1 - Entrevista 4

NOME: Dr.^a Luísa Wadherr

FUNÇÃO: Gestora do Gabinete da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Lisboa (APAV)

DATA/HORA/LOCAL: 11 de Fevereiro de 2009/ 14 Horas/ Lisboa

Nota: Esta entrevista não foi alvo de qualquer tratamento literário

1- Existem trocas de informações entre as instituições e a GNR? De que forma?

R: Existem. Nós muitas vezes contactamos os militares a dar a conhecer que encaminhamos para lá uma pessoa, ou para fazer uma queixa, por exemplo. Nós próprios também fazemos vários contactos. Um dos contactos que fazemos com frequência é pedir a colaboração dos militares para acompanhar a senhora a casa quando ela vai buscar as coisas, porque vai sair de casa, por exemplo. Sempre que nós fizemos um contacto neste sentido, nunca deixou de ser feito. Honra seja feita. E há alguns que também encaminham as vítimas. Nós nas nossas estatísticas, que estão no site, se for ao Portal da APAV estão lá, e nós temos, como é que as vítimas foram encaminhadas; pela comunicação Social, pela publicidade, pelas forças de segurança, e quais, estão lá discriminadas. E lá é possível ver a percentagem de vítimas que nos são encaminhadas através da GNR.

2- No seu entendimento, deveria existir uma cooperação mais abrangente entre as instituições e as forças de segurança?

R: Deveria. Acho que sim, porque cada um faz o seu trabalho. Mas alguns já começam a fazer. Mas ainda há pouca articulação. E por vezes as pessoas, ou têm receio de entrar no terreno do outro, ou não se querem imiscuir. E então acho que a articulação deveria ser bastante melhor. Mas há um trabalho ainda a fazer. Era uma boa ideia haver uma pessoa que fizesse a comunicação. Isso ajudaria muito, por exemplo, se houvesse um no destacamento, nós já sabíamos quem era aquela pessoa, e já era tudo através dela. E tudo era mais rápido, e menos doloroso para a vítima.

3- *No caso em que a vítima decide regressar a casa, a instituição comunica à força de segurança da área de onde vive a mesma, para verificar se continua a ser alvo de agressões?*

R: Nós não temos por hábito fazer isso, porque a partir do momento em que a vítima vem a nós, nós mantemos sempre o contacto com ela, e portanto se a pessoa resolve voltar, e até porque o trabalho que nós fazemos com a vítima não é só retirá-la de casa. A vítima vem ter connosco, porque quer deixar de o ser. E nós estudamos a situação dela, e pedimos para ela deixar de ser vítima. Porque o que ela nos pede, é que o marido não a agredisse mais. Mas para isso nós não temos capacidade. Esse é sempre o primeiro pedido. Mas isso é um bocadinho uma ilusão. Há um caso ou outro, que até pode acontecer, porque a pessoa agrediu pontualmente, por alguma coisa que aconteceu na vida dele, que ela às vezes desconhece. E isso é possível trabalhar-se. Agora quando são aquelas vítimas de violência doméstica, já trabalhadas, com dez, quinze anos, o agressor já não vai deixar de ser agressivo, pelo menos sem uma intervenção ou uma ajuda. Que é coisa que não existe. Porque neste país, há um único projecto a ajudar as pessoas, que é lá encima no norte. E mesmo assim não tem capacidade de resposta para tudo. É uma coisa mínima, e muita gente desconhece que existe. E a nossa missão, é um pouco também elucidar as vítimas, ver que caminhos é que ela pode percorrer para deixar de ser vítima, mas a decisão é dela. Muitas vezes a decisão pode ser recorrer a um familiar, a uma instituição, a separar se, pode não ser o separasse. E até pode haver dois crimes, ela escolhe e depois nós ajudamo-la a percorrer o caminho que ela escolheu. E muitas vezes acontece que nesse caminho ela pode escolher não apresentar queixa, e nós respeitamos isso. Muitas vezes até a aconselhamos a não apresentar queixa naquele momento, mas numa segunda fase em que ela já está em segurança. Porque se nós fossemos a fazer a denúncia da situação, que era legítima, ou até fazer sem o conhecimento da vítima, podíamos colocá-la mais em risco. E o agressor pode passar-se a dar um tiro, e a vítima sem saber de nada. Isso é sempre um trabalho articulado com ela, por isso quando nós fazemos a denúncia temos que ter a certeza que esse factor de risco não está em causa. Nós quando trabalhamos com a vítima, também sabemos o funcionamento do agressor. Podemos prever, e quando nós prevemos que ela está em grande probabilidade de estar numa situação de risco. Então aí, denuncia-se quando ela está em segurança. Ela aqui tem apoio psicológico, apoio jurídico... Isso depende delas. Há pessoas que dizem: “Eu já não aguento isto, vou pedir ajuda, olha, vou à APAV”. Algumas até são seguidas, eles seguem-nas até à porta. Muitas vezes as mulheres estão em casas abrigo e eles vêm até cá. Porque esta morada funciona como morada oficial delas. Não interessa em que parte do país, casa de abrigo que elas estejam, mas é sempre esta morada. Eles às vezes conseguem esta morada, porque esta morada consta em todo o lado, no emprego delas, em tudo. Depois eles descobrem e depois cá e depois acham que a

gente as tem aqui escondidas. Eu nem importo que eles venham, porque isso ajuda-me a perceber o funcionamento do agressor e quanto mais nós conhecermos o funcionamento do agressor mais melhor podemos ajudar as vítimas, porque isto é um problema, porque é assim uma vítima não é uma vítima sozinha. Tem que haver uma vítima para haver um agressor e haver um agressor para haver uma vítima. Um só não existe e então nós temos que perceber esta problemática dos dois lados, para podermos fazer o melhor trabalho.

4- É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?

R: Muito raramente, não. Nós não temos por hábito, porque temos outros meios para chegar lá, é só a razão pela qual nós não recorremos à GNR, porque para nós percebermos qualquer coisa que nós precisarmos, muitas as vezes tem menos informação do que nós. Nós temos outros meios e portanto é só por isso. A GNR é utilizada para quê? Para coisas directas que tenham a ver directamente a ver com a protecção da vítima, isso sim, para as denúncias aí sim, o acompanhar as vítimas aí sim, por exemplo também já temos tido casos em que nós temos uma determinada utente e que está combinado ela vir mas nós sabemos que ela é uma pessoa em situação de risco, porque ele é uma pessoa extremamente perigosa, por exemplo ela ficou de vir aqui, não apareceu, não avisou que não vinha, não se encontra no local de trabalho, deveria ter ido com o filho às vacinas e não foi com o filho às vacinas, ou seja, e nós não conseguimos entrar em contacto com ela porque o telemóvel está desligado. Em situações destas, nós pedimos se a GNR, pode colaborar no sentido de ver e isso têm feito, vão lá a casa, sabe se ela lá está ou se não, se não está ninguém em casa falam com a vizinhança para ver o que passou ali.

5- No caso em que a vítima primeiramente se desloque à instituição para solicitar apoio (social, jurídico, psicológico), é informada a força de segurança da área de onde vive, sobre este caso?

R: Muito raramente por duas razões: primeiro porque a maioria das vítimas quer a confidencialidade e não quer dar a conhecer porque tem muita vergonha, elas têm muita vergonha que se saiba, há situações em que nós já fizemos, mas porque a vítima está em risco. Nós informamos a vítima “olhe passasse isto, nós podemos falar com a GNR da zona, para eles passarem por ali”. Às vezes ela vai para casa, quer ir para casa, porque a situação não é para sair, mas ela tem muito medo, por exemplo quando ele vier, porque ele sai de manhã e prometeu que quando eu chegar vai acontecer isto ou isto, são homens que estão armados, são homens que já utilizaram a arma, por exemplo e aconteceu uma situação muito grave de manhã em que ela fugiu, mas que depois quer voltar para casa, mas que

está com muito medo de quando ele chegar e então isso já tem acontecido o contacto e pedimos se eles podem passar por ali, para ver. Às vezes são vivendas, mais ou menos isoladas, se ela gritar também ninguém a ouve por se calhar também não tem vizinhos, situações dessas nós já temos pedido e eles fazem isso.

6- *Acha que os militares com o curso NMUME (Núcleo Mulher e Menor) da GNR, detêm as qualidades técnicas para tomarem conta destes casos?*

R: Bastante mais do que os outros, aliás nota-se uma diferença significativa, porque nós já tivemos no terreno, claro que já houve uns nove a dez cursos, mais ou menos dois por ano, portanto a pelo menos cinco para cá que é uma realidade com que nós trabalhamos e quando nós enviamos as vítimas, já enviamos direccionadas para essa gente, porque sabemos que têm mais formação e é curioso que recebemos um feedback positivo das vítimas, que gostaram muito do atendimento, que nunca pensaram que a GNR tivesse tão preparada, porque antigamente não era assim, o que é bom, sobretudo porque muitas vezes faz a diferença entre aquela vítima voltar ali ou não, confiar ou não. Quando não são atendidas por militares com formação NMUME esse feedback já não é positivo, é um facto que esses militares não estão preparados para as receber.

G2 - Entrevista 5

NOME: Dr.^a Maria Shearman de Macedo

FUNÇÃO: Coordenadora do Centro de Atendimento da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) de Lisboa

DATA/HORA/LOCAL: 26 de Fevereiro de 2009/ 15 Horas/ Lisboa

Nota: Esta entrevista não foi alvo de qualquer tratamento literário

1- Existem trocas de informações entre as instituições e a GNR? De que forma?

R: Sempre que for avaliado com a utente a necessidade de contactar as forças policiais a equipa técnica contacta por telefone e formaliza por escrito ou em algumas situações específicas pede reunião. Quando são as forças policiais a contactar a AMCV para solicitar informações sobre utentes é nosso procedimento pedir que seja formalizado o pedido por escrito e é respondido por escrito. Todos os contactos feitos dependem da concordância das utentes e são feitos tendo em conta estratégias de segurança e protecção das mulheres e crianças.

2- No seu entendimento, deveria existir uma cooperação mais abrangente entre as instituições e as forças de segurança?

R: As forças de segurança são parceiros imprescindíveis no combate à violência contra as mulheres e crianças e na protecção das mesmas. Devem estar sempre representadas nas redes de parcerias locais e nacionais e ter papel activo no desenho das políticas de intervenção e estratégias nestas áreas.

3- No caso em que a vítima decide regressar a casa, a instituição comunica à força de segurança da área de onde vive a mesma, para verificar se continua a ser alvo de agressões?

R: Nestas situações as senhoras são dotadas de informação sobre as questões e dinâmica da violência, bem com alertadas para os riscos e informadas dos recursos e procedimentos que devem ter em caso de reincidência da violência. Desenhamos com as senhoras planos de segurança, que pode incluir caso a utente concordar, comunicar com a esquadra da área de morada e sensibilizar para a situação de risco. Conforme a fase em que o processo está, informamos as instâncias respectivas da decisão de retornar a casa ou ao local de risco. Se houver menores sinalizamos para as CPCJ e/ou Ministério Público. Sempre que for possível

e fizer sentido à utente continuamos a disponibilizar os serviços do Centro de Atendimento e a acompanhar a situação.

4- *É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?*

R: Sempre que se avaliar como necessário à segurança e protecção das utentes e dos seus agregados contactamos as forças policiais necessárias e na mesma óptica, ou seja com o objectivo de proteger as vítimas, fornecemos as informação solicitadas quando formalizadas, conforme referido na resposta à questão n.º 1.

5- *No caso em que a vítima primeiramente se desloque à instituição para solicitar apoio (social, jurídico, psicológico), é informada a força de segurança da área de onde vive, sobre este caso?*

R: Para que as mulheres recorram aos nossos serviços de Centro ou de acolhimento em casa abrigo não é condição ter queixa-crime feita ou pretender fazê-la, no entanto informamos sobre os procedimentos e aconselhamos a que o façam, sempre que estiver salvaguardada a sua segurança. Ou seja, conforme as situações, o tipo de violência e o perfil do agressor, em alguns dos casos em que as vítimas continuam na relação de violência, a queixa pode aumentar o risco de vida, já que o sistema judicial não é célere suficiente a decretar medidas de coação que contenham o agressor e que previnam a incidência do crime. Assim deve-se ter em conta que são as vítimas as especialistas de experiências e que são elas que melhor conhecem os respectivos agressores e ter em conta a avaliação de risco que fazem e trabalhar com elas segundo essa mesma avaliação. Nos casos em que as mulheres não o queiram fazer respeitamos esta opção, desde que não haja menores em perigo.

6- *Acha que os militares com o curso NMUME (Núcleo Mulher e Menor) da GNR, detêm as qualidades técnicas para tomarem conta destes casos?*

R: Da experiência que temos do trabalho dos NMUNE estes são profissionais que têm vindo ao longo dos últimos anos a qualificar-se para a especificidade da investigação deste tipo de crimes, tendo aumentado a qualidade dos serviços prestados às vítimas, no entanto este tipo de crime exige uma intervenção multidisciplinar e institucional numa rede articulada de serviços especializados no apoio e na protecção a mulheres e crianças vítimas de violência, bem como na contenção e penalização dos agressores, sem descorar a área da prevenção.

G3 - Entrevista 6

NOME: Dr.^a Elisabete Brasil

FUNÇÃO: Gestora do Centro de Atendimento da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) de Almada

DATA/HORA/LOCAL: 02 de Março de 2009/ 11 Horas/ Almada

Nota: Esta entrevista não foi alvo de qualquer tratamento literário

1- Existem trocas de informações entre as instituições e a GNR? De que forma?

R: As relações e contactos com a GNR têm-se estabelecido de duas formas:

Por um lado, o que respeita ao trabalho diário de Casa de Abrigo e em especial de Centro de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência e, por outro, a forma mais institucional de relacionamento entre a GNR e a UMAR. Relativamente ao primeiro, diremos que os contactos existentes são com os postos da GNR, no sentido de solicitar apoio desta entidade para acompanhar utentes e técnicas nas retiradas de pertences/objectos pessoais, em condições de segurança. De referir que para estas diligências não existem pessoas de contacto na GNR pelo que ligamos para os Postos e articulamos com o graduado de serviço solicitando o referido apoio, o qual é sempre prestado, com maior ou menor brevidade, dependendo de outras diligências que estejam ou não a decorrer em simultâneo. Existem igualmente, ainda que de forma esporádica, contactos com o pessoal do NMUNE, ora NIAVE e que se prendem com questões concretas dos processos.

2- No seu entendimento, deveria existir uma cooperação mais abrangente entre as instituições e as forças de segurança?

R: Creio que a visão espartilhada da intervenção na Comunidade não é nem pode ser opção. A Cooperação institucional, o trabalho em rede e articulado, o cruzamento de informação, a partilha de conhecimento e o rentabilizar de recursos é, não um bom exemplo mas uma prática que deve ser posta em prática, respeitando contudo as competências e intervenção de cada instituição/serviço. Neste sentido, e dadas as responsabilidades assumidas pela GNR designadamente na área da violência doméstica, as ligações institucionais deveriam ser estreitadas e reforçadas, no sentido da prestação de um melhor serviço à comunidade e ao público-alvo.

3- *No caso em que a vítima decide regressar a casa, a instituição comunica à força de segurança da área de onde vive a mesma, para verificar se continua a ser alvo de agressões?*

R: A questão colocada faria sentido se esse trabalho fosse prática generalizada na GNR, o que desconhecemos. Verificamos que a GNR tem interesse em saber do paradeiro da vítima para dar cumprimento a notificações ou diligências no âmbito do inquérito por delegação do Ministério Público.

No trabalho diário não damos conta do seguimento dos processos que justifique tal comunicação, sendo que por vezes em situações de risco a UMAR solicita um acompanhamento na zona mais diferenciado sendo-nos transmitidas as dificuldades de meios humanos e físicos para o poderem fazer. Neste contexto, e salvo a existência de meios e actuação que desconheçamos, não se nos afigura de utilidade prática tal a informação referida na formulação da pergunta. Sempre se dirá que, quando do nosso conhecimento as informações relativas à ocorrência de novas agressões são transmitidas directamente ao Tribunal.

4- *É normal, as instituições solicitarem informações sobre determinado indivíduo (a) à GNR e vice-versa?*

R: Não. A GNR geralmente solicita-nos informação sobre o paradeiro da vítima conforme supra mencionado. Por vezes apercebemo-nos, nas retiradas de pertences que o alegado agressor é um indivíduo já sinalizado na GNR pelos comentários e conversas informais que vamos tendo nessa diligência, ou por respostas a questões que coloquemos.

5- *No caso em que a vítima primeiramente se desloque à instituição para solicitar apoio (social, jurídico, psicológico), é informada a força de segurança da área de onde vive, sobre este caso?*

R: Nas situações em que a vítima vem a atendimento e que regressa a casa e também no âmbito dos acompanhamento efectuados que pela avaliação de risco este seja médio e/ou elevado, é sempre efectuado contacto com a entidade policial com competência territorial na zona de residência da vítima, no sentido de uma maior atenção à situação, sendo solicitado que possam ir passando pela residência no sentido de uma maior protecção e prevenção da reincidência que a proximidade e o apoio da força policial pode desencadear no comportamento do alegado agressor. Contudo, invariavelmente é-nos dito que poderão aquando o patrulhamento eventualmente passar pela zona, sendo que temos verificado que na passagem de serviço essa informação perde-se e que a diligência pode ocorrer esporadicamente e por delicadeza com o serviço da UMAR não sendo vista como serviço próprio da força policial.

6- Acha que os militares com o curso NMUME (Núcleo Mulher e Menor) da GNR, detêm as qualidades técnicas para tomarem conta destes casos?

R: Não cumpre às instituições ou à UMAR pronunciar-se sobre as qualidades técnicas dos militares dos NMUME ou NIAVE, certo contudo é que são os militares com melhor preparação para este tipo de intervenção, com motivação para o fazerem e com formação específica na área, o que os coloca como actores privilegiados nesta intervenção.

Porém, o que verificamos é que estes militares com tal preparação estão a intervir no âmbito do Inquérito e não no atendimento e diligências de proximidade. No meu entender, não obstante a pertinência de militares da GNR com tal especialização serem importantes em sede de inquérito, considero a sua pertinência e especial necessidade em sede de primeiro atendimento (apresentação de denúncia/queixa) e diligências imediatas, assim como articulação com as entidades e recursos na Comunidade nessa área, retiradas de pertences, etc., dado que esta é a fase mais aguda e decisiva para quem pede ajuda numa situação de violência doméstica, pelo que todo o esforço e qualidade de intervenção deveria, em meu modesto entendimento, ser reforçado e repensado para esta primeira fase e não só na fase de inquérito.

ANEXOS

ANEXO H – Nº DE QUEIXAS/ DENÚNCIAS REALIZADAS NA GNR DESDE 2004 A 2008



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
COMANDO-GERAL
Chefia de Investigação Criminal

Figura H1- Valores mensais dos Crimes de Violência Doméstica

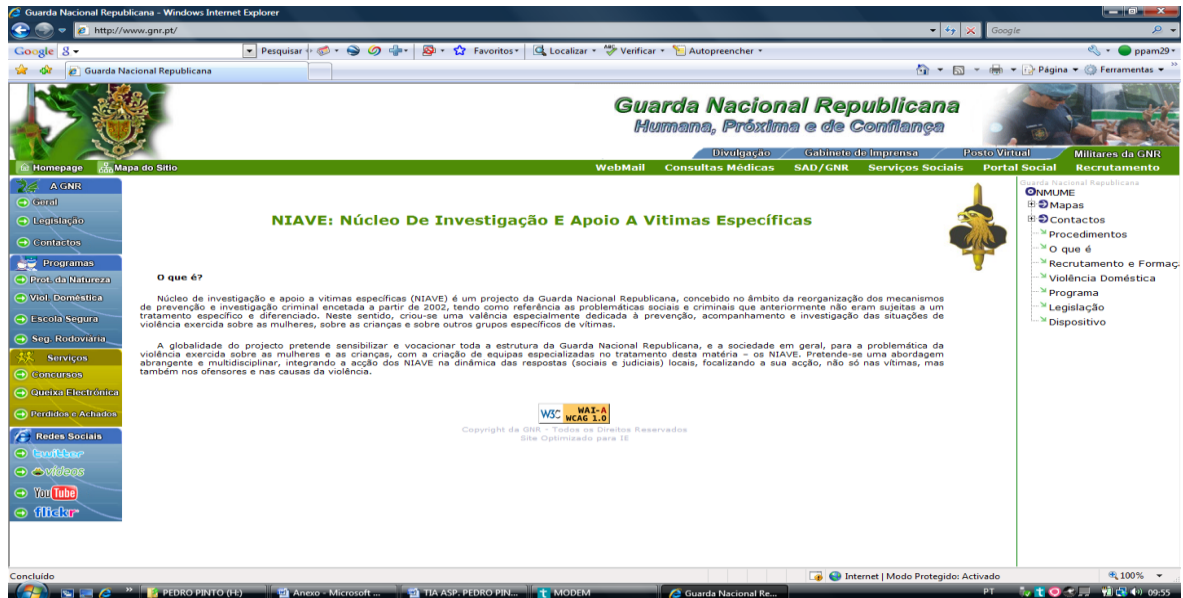
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

- Valores Mensais dos Crimes de Violência Doméstica de 2004 a Novembro de 2008

Meses	2004	2005	Variação	2006	Variação	2007	Variação	2008	Variação
Janeiro	507	596	18%	638	7%	648	1,57%	780	20,37%
Fevereiro	522	512	-2%	570	10%	637	11,75%	685	7,54%
Março	515	571	11%	741	23%	676	-8,77%	714	5,62%
Abril	511	625	22%	732	15%	705	-3,69%	775	9,93%
Maio	635	777	22%	710	-9%	671	-5,49%	850	26,68%
Junho	680	903	33%	787	-15%	802	1,91%	912	13,72%
Julho	698	793	14%	913	13%	890	-2,52%	861	-3,25%
Agosto	690	933	35%	934	0%	804	-13,92%	1088	35,3%
Setembro	634	672	6%	802	16%	827	3,12%	1011	22,2%
Outubro	608	685	13%	770	11%	746	-3,12%	928	24,4%
Novembro	506	634	25%	736	14%	751	2,04%	747	-0,54%
Dezembro	582	676	16%	644	-5%	700	8,70%	745	0,6%
Totais	7088	8377	18%	8977	7%	8857	-1,34%	10096	13,54%

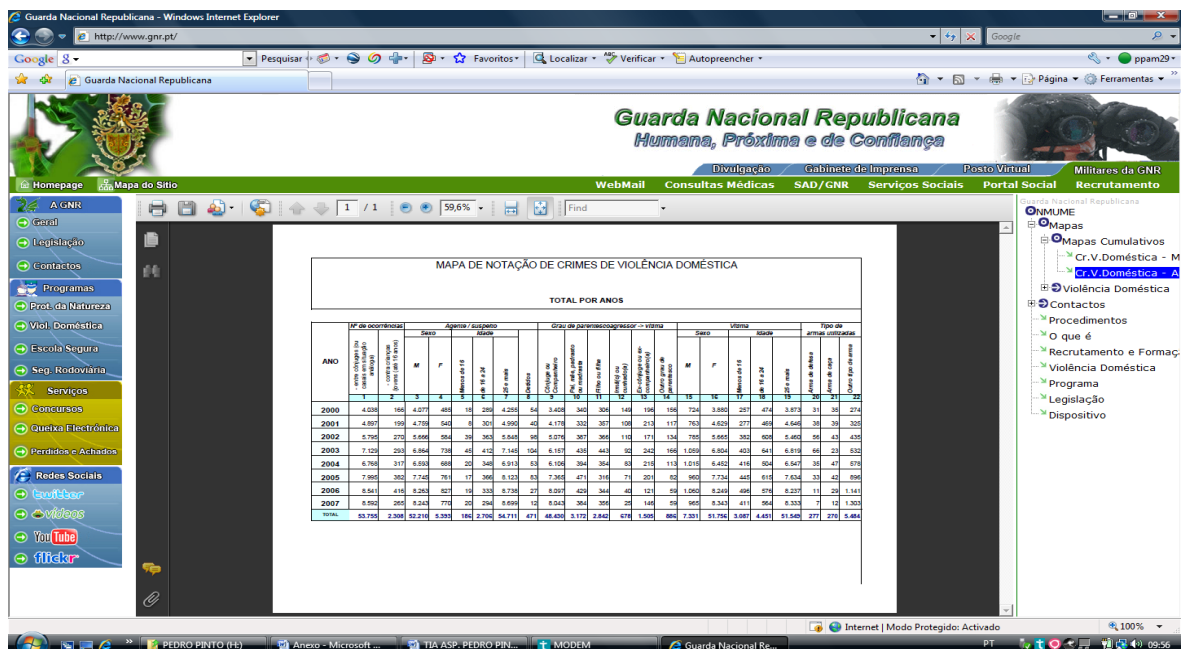
ANEXO I – INFORMAÇÕES QUE A GNR TEM DISPONÍVEL EM
WWW.GNR.PT

Figura I1: Definição do NIAVE



Fonte: www.gnr.pt

Figura I2: Mapa de Notação de Crimes de Violência Doméstica



Fonte: www.gnr.pt

Figura I3: Orientações para apresentar queixa/denúncia

Guarda Nacional Republicana
Humana, Próxima e de Confiança

O Que Fazem:

Procedimentos a adoptar pelas vítimas no caso de:

Tipos de Crime	O que fazer?	Onde pode apresentar queixa?	Conselhos úteis
Maus tratos e infracção às regras de segurança	- Deve dirigir-se para Exame Médico-Legal no Instituto de Medicina Legal (Lisboa, Coimbra e Porto) ou Gabinetes Médico-Legais a funcionar nos Hospitais	- NMUME - Posto da GNR - Esquadra da PSP	- Faça-se acompanhar, se possível, de familiar ou pessoa amiga. - Conserve as provas materiais da violação; não deve lavar-se antes de ser observado por um médico, devendo guardar sem lavar as roupas que vestia no momento. - É fundamental identificar o agressor.
Coacção Sexual	- Como referido para o crime de Violação, deve dirigir-se para Exame Médico-Legal no Instituto de Medicina Legal (Lisboa, Coimbra e Porto) ou Gabinetes Médico-Legais a funcionar nos Hospitais	- Polícia Judiciária - Ministério Público - Instituto de Medicina Legal (Lisboa, Coimbra e Porto) - Gabinetes Médico-Legais a funcionarem nos Hospitais	- Conserve as provas materiais da violação; não deve lavar-se antes de ser observado por um médico, devendo guardar sem lavar as roupas que vestia no momento. - É fundamental identificar o agressor. - Faça-se acompanhar, se possível, de familiar ou pessoa amiga.
Ofensas à integridade física	- Deve recorrer ao Hospital, Centro de Saúde	- Instituto de Medicina Legal (Lisboa, Coimbra e Porto) - Gabinetes Médico-Legais a funcionarem nos Hospitais	- É fundamental identificar o agressor. - Faça-se acompanhar, se possível, de familiar ou pessoa amiga.
Ofensas à integridade física	- Deve recorrer ao Hospital, Centro de Saúde	- Instituto de Medicina Legal (Lisboa, Coimbra e Porto) - Gabinetes Médico-Legais a funcionarem nos Hospitais	- É fundamental identificar o agressor. - Faça-se acompanhar, se possível, de familiar ou pessoa amiga.

Copyright da GNR - Todos os Direitos Reservados
Site Optimizado para IE

Fonte: www.gnr.pt

Figura I4: NMUME

Guarda Nacional Republicana
Humana, Próxima e de Confiança

NMUME: Objectivo

É objectivo geral deste projecto melhorar a qualidade da resposta policial ao fenómeno das violências exercidas sobre as mulheres e as crianças. Numa fase subsequente – Fase III – também sobre outros cidadãos em situação de particular vulnerabilidade – idosos e deficientes, integrando-os com respostas de carácter policial, jurisdicional e psicossocial.

Do objectivo geral do Projecto NMUME decorrem objectivos específicos, nomeadamente:

A nível policial, o estudo do fenómeno e das suas causas, a sinalização e identificação de situações e o atendimento especializado e personalizado às vítimas (e aos ofensores, quando aplicável);

A nível processual penal, a elaboração dos processos de inquérito, propondo as medidas adequadas à protecção das vítimas e à recuperação dos ofensores;

A nível psicossocial, o encaminhamento das vítimas (e, em certos casos, dos ofensores), no âmbito das redes locais de apoio social, o acompanhamento integrado das situações de violência e a participação activa nos processos preventivos da violência, centrada no combate às suas causas e na sensibilização/formação (destinada à população em geral e a grupos específicos).

Na composição dos NMUME existem:

- 2 elementos com formação NMUME, a nível central, que exercem funções de coadjuvação à coordenação e ao planeamento estratégico;
- 62 elementos, com funções operativas, integrando as equipas NMUME dos Grupos;
- 50 elementos (254 em 2008) com formação NMUME, nos Postos Territoriais (um por Posto).

Copyright da GNR - Todos os Direitos Reservados
Site Optimizado para IE

Fonte: www.gnr.pt

Figura I5: Definição de Violência Doméstica e formas de Violência Doméstica

The screenshot shows the website of the Guarda Nacional Republicana (GNR) with the title "Guarda Nacional Republicana Humana, Próxima e de Confiança". The page is titled "Violência Doméstica".

Definições

"Acto ou omissão cometido no âmbito da família por um dos seus membros, que constitua atentado à vida, à integridade física ou psíquica ou à liberdade de um ou de outro membro da mesma família ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade" (Conselho da Europa, 1986).

"A violência doméstica compreende todas as formas de abuso, temporário ou permanente, que incluem comportamentos de uma das partes que, por omissão ou acção, provocam danos físicos e/ou psicológicos à outra parte e que ocorrem nas relações intra-familiares: o mau trato infantil, o mau trato de idosos e a violência conjugal" (Alarcão, 2002:299).

"Entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a maus tratos, abuso sexual das mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, directa e/ou indirectamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como os/as deficientes" (Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2003, de 7 de Julho).

Formas de violência doméstica

O mau trato infantil

Os maus-tratos a crianças podem ser definidos como acções, por parte dos pais e outros adultos [e também os irmãos mais velhos], que possam causar dano físico e/ou psicológico ou que de algum modo firam os direitos e as necessidades da criança, no que concerne ao seu desenvolvimento intelectual, psicomotor, afectivo ou moral.

O mau trato de idosos

O mau trato de idosos abrange todas as acções e omissões de qualquer membro da família que acarretem um dano físico ou psicológico ao idoso: agressões físicas, verbais e/ou emocionais; desrespeito; descuido na alimentação, habitação ou cuidados médicos; intimidação e ameaças, entre outros (Alarcão, 2002:306).

A violência conjugal

A violência conjugal é uma forma de violência que engloba todas as situações de abuso que ocorrem de forma reiterada e com intensidade crescente entre o casal, isto é, a violência conjugal começa frequentemente por uma agressão psicológica e num segundo momento, surge a violência verbal que cria um clima de medo constante, surgindo finalmente a violência física no meio da qual podem aparecer as exigências de carácter sexual e a violação (Alarcão:305-306).

Tipos de violência doméstica

The right sidebar shows a navigation menu with the following items: ONJUME, Mapas, Mapas Cumulativos, Cr.V.Doméstica - M, Cr.V.Doméstica - A, Violência Doméstica, Mapa 2001, Mapa 2004, Mapa 2005, Mapa 2003, Mapa 2000, Mapa 2002, Contactos, Postos Territoriais, Grupos territoriais, Procedimentos, O que é, Recrutamento e Formação, Violência Doméstica, Programa, Legislação, Dispositivo.

Fonte: www.gnr.pt

Figura I6: Tipos de Violência Doméstica

The screenshot shows the website of the Guarda Nacional Republicana (GNR) with the title "Guarda Nacional Republicana Humana, Próxima e de Confiança". The page is titled "Tipos de violência doméstica".

Tipos de violência doméstica

Violência física

Inclui qualquer forma de contacto que magoe a vítima, indo desde a bofetada, o murro ou o pontapé até aos espancamentos ou agressões com objectos e armas. As lesões ou marcas nem sempre são visíveis uma vez que os agressores (uma grande parte) se certificam que as mesmas fiquem escondidas sob as roupas. "Na semana passada, chamaram-me à uma e meia da madrugada para levar uma mulher ao hospital. Tinha o braço e as costelas partidas pelo marido." (Silva, 1995:108).

Violência psicológica

Quando o agressor tenta levar a vítima ao desequilíbrio mental, inclusive pela minimização de sentimentos e culpabilização, bem como pelo isolamento da família e amigos. Muitas vezes são afirmações que pretendem minar a autoconfiança da vítima, e vão desde os insultos às humilhações em família e em público, às injúrias, intimidações ou mesmo chantagem (servindo-se muitas vezes dos próprios filhos).

Violência sexual

É entendida como qualquer tipo de contacto e/ou comportamento sexual não desejado pela vítima mas que lhe é imposto (agressões sexuais e violação). "E quando fiquei grávida a segunda vez, ele ameaçava que se eu perdesse o filho nunca mais me queria. Estive oito dias no hospital e o médico disse-me que havia perigo de abortar, que não devia ter relações sexuais. Mas ele queria ter relações todos os dias. Uma vez, como eu me recusei, bateu-me com o cinto." (Ibidem, 1995:93).

Violência financeira

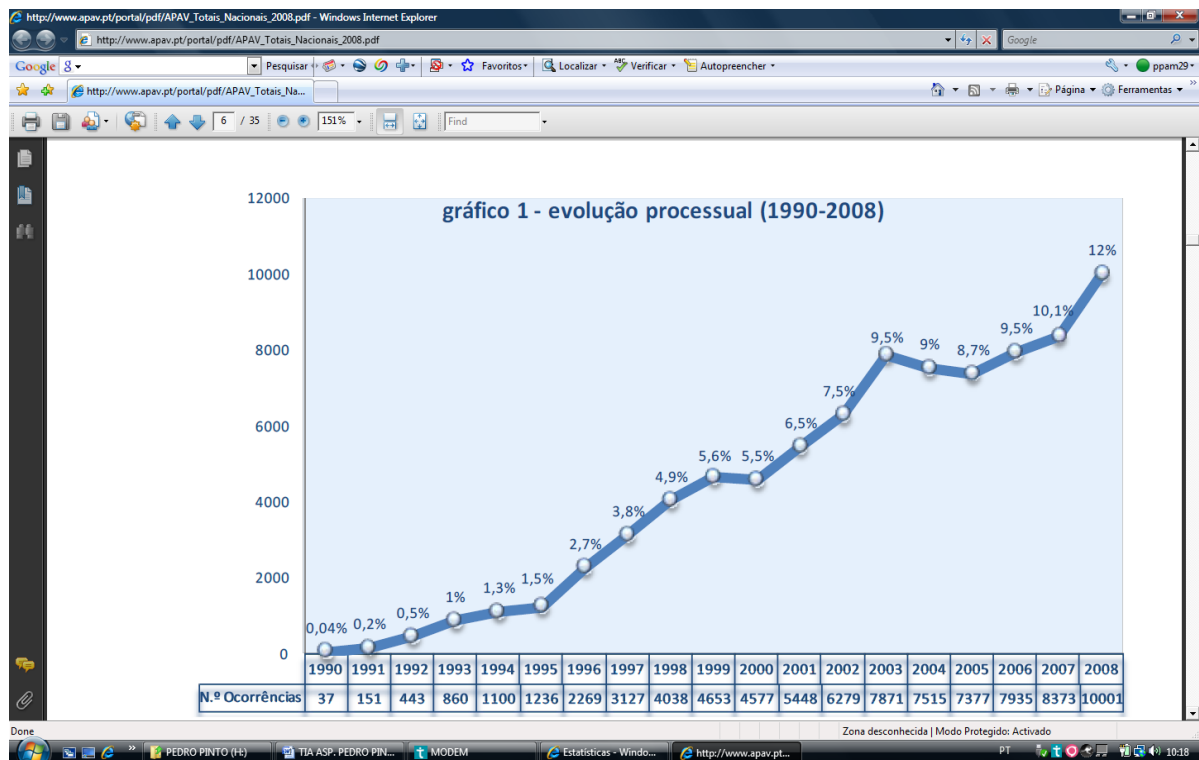
Traduz-se no facto de as vítimas serem economicamente dependentes dos agressores, que utilizam esse factor como forma de exercer pressão sobre as mesmas. O agressor pode mesmo impedir a vítima de arranjar emprego garantindo assim a sua dependência financeira, além de se recusar a dar dinheiro para as necessidades básicas, tais como, comida ou vestuário.

The right sidebar shows a navigation menu with the following items: ONJUME, Mapas, Mapas Cumulativos, Cr.V.Doméstica - M, Cr.V.Doméstica - A, Violência Doméstica, Mapa 2001, Mapa 2004, Mapa 2005, Mapa 2003, Mapa 2000, Mapa 2002, Contactos, Postos Territoriais, Grupos territoriais, Procedimentos, O que é, Recrutamento e Formação, Violência Doméstica, Programa, Legislação, Dispositivo.

Fonte: www.gnr.pt

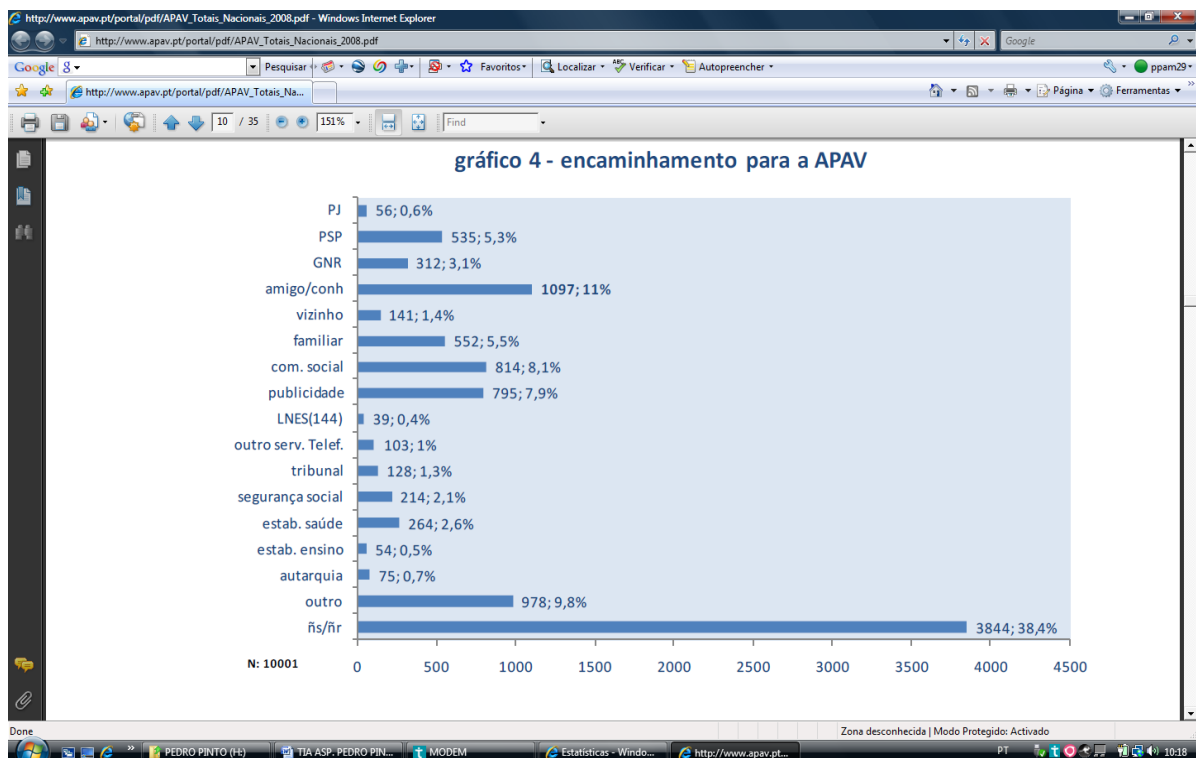
ANEXO J – DADOS DA APAV

Figura I7: Nº de Ocorrências na APAV desde 1990-2008



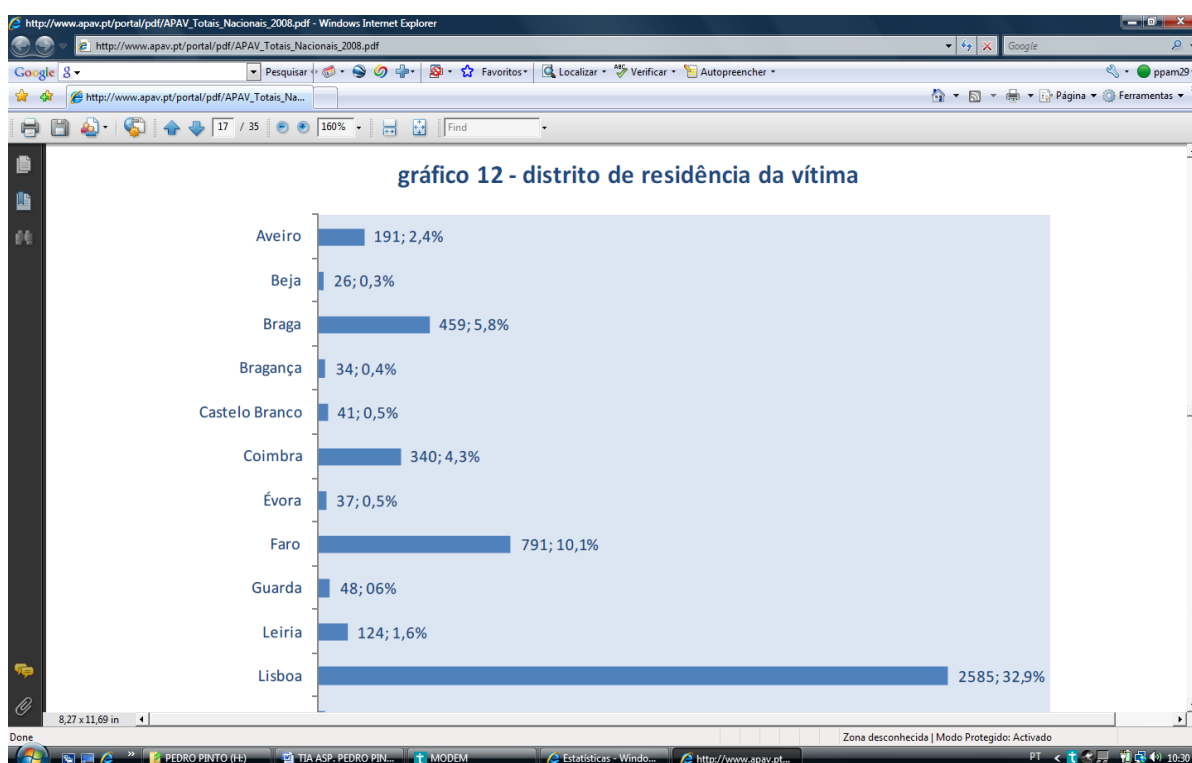
Fonte: http://www.apav.pt/portal/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf

Figura I8: Encaminhamento para a APAV



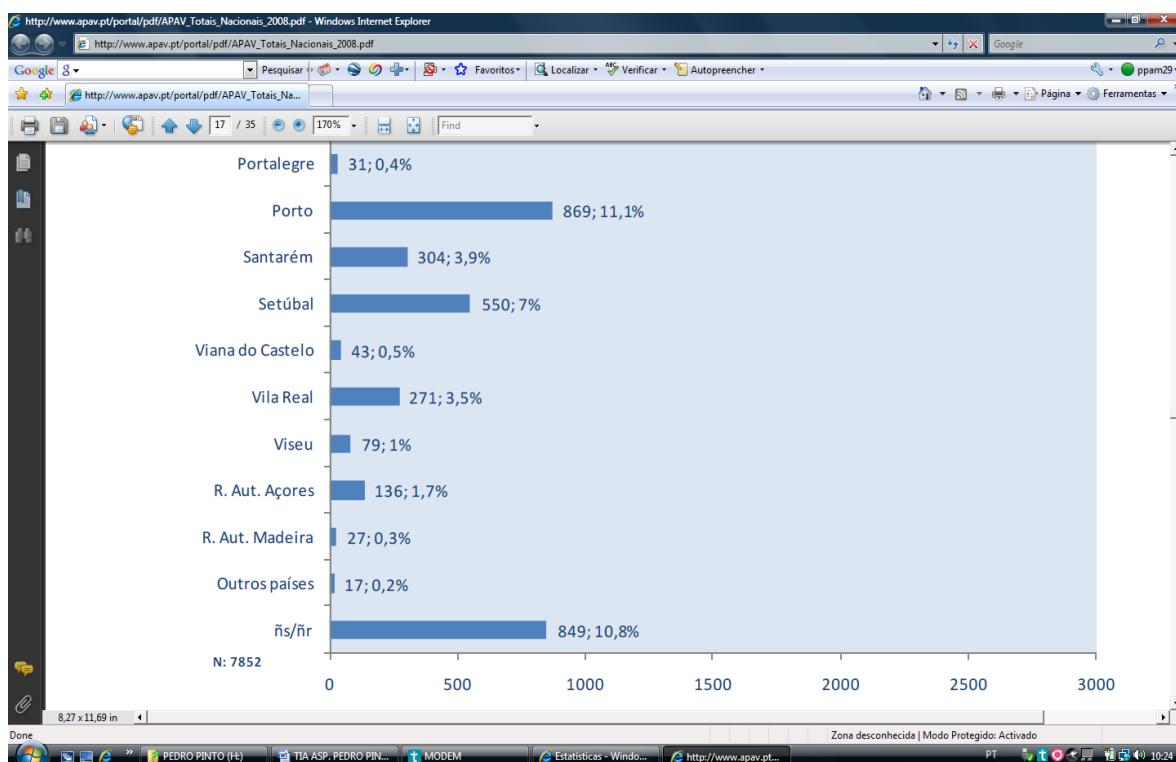
Fonte: http://www.apav.pt/portal/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf

Figura I9: Distrito de residência da vítima de Violência Doméstica



Fonte: http://www.apav.pt/portal/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf

Figura I10: Distrito de residência da vítima de Violência Doméstica (Continuação)



Fonte: http://www.apav.pt/portal/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf